

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR  
(1950-1990)**

**ROSANGELA DE LIMA**

**MARINGÁ  
2015**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR  
(1950-1990)**

Dissertação apresentada por ROSANGELA DE LIMA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:  
Profa. Dra. ANALETE REGINA SCHELBAUER

MARINGÁ  
2015

ROSANGELA DE LIMA

**HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR  
(1950-1990)**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer (Orientadora) – UEM

Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá – UFMT – Cuiabá/MT

Profa. Dra. Elaine Rodrigues – UEM

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Aprovada em 17/04/2015

À Analete Regina Schelbauer,  
*Há pessoas que nos falam e nem as escutamos,  
há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam,  
mas há pessoas que simplesmente aparecem em nossas vidas  
e nos marcam para sempre.  
(Cecília Meireles)*

Você é uma dessas pessoas que marcam!

## AGRADECIMENTOS

Depois de concluída esta etapa da minha vida, sinto que os agradecimentos são uma forma de equilibrar os sentimentos de quem vive momentos de tranquilidade e de inquietude no processo da pesquisa. Por isto, agradeço:

A Deus, amor que se manifesta nas pessoas, nas coisas e nas escolhas. Concedeu-me os dons da paciência e da perseverança, tão necessários para mim nestes dois anos!

À Professora Doutora Analete Regina Schelbauer, profissional e humana, pessoa que transborda uma leveza necessária à vida. Obrigada, porque não me ensinou aonde chegar, mas me fez pensar em possibilidades e caminhos para que eu pudesse escolher o meu. Este trabalho não seria possível sem as suas orientações!

À minha família, afetos que dão suporte às convicções e aspirações de um futuro melhor. Renovo-me a cada dia ao lado de vocês!

Aos amigos e amigas, porque uma conversa, uma brincadeira, um “porre” ou um abraço nos inspira a confiança de que tudo vai dar certo e, acima de tudo, de que não estamos sozinhos. Não vou guardá-los a sete chaves... deixo-os livres porque sei que sempre voltam!

Aos mestres que me ajudaram nesta caminhada rumo ao conhecimento. Em especial às Professoras Doutoras Elaine Rodrigues, Maria Cristina Gomes Machado e Elizabeth Figueiredo de Sá, que enriqueceram este trabalho com seus olhares atentos e sugestões valiosas. Serão, para mim, como a professora primária, inesquecíveis!

Às pessoas guerreiras, membros do Grupo de Pesquisa “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, pelo diálogo e generosidade dispensados em nossos encontros, os quais contribuíram significativamente com a minha formação durante a pesquisa.

Às pessoas que fazem parte do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, coordenadores, professores, colegas de turma e funcionários, que caminham juntos rumo à excelência.

À Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por possibilitar que eu me dedicasse à pesquisa.

Às pessoas que representam a Secretaria de Educação do Município de Cianorte e Escola Municipal Castro Alves, por me concederem o privilégio de esmiuçar os vestígios de sua história!

Ao meu querido esposo Rodrigo Ferreira da Silva e à minha amada irmã Rosimeire de Lima, por não medirem esforços para me ajudar na difícil tarefa de produção e organização dos mapas, imprescindíveis nesta pesquisa.

Ah, Rosilene de Lima Calegari, irmã-amiga, e Andressa Lariane Paiva Gonçalves, companheira, o que posso fazer por vocês?

E a todos que dedicaram um pouco de seu tesouro, o tempo, e me ajudaram neste processo, em especial: Líbia Aparecida Silva Linhares, Esdras Linhares, Cícília Rodrigues Monteiro, João Marcelo Calegari, Zilda de Assis Gracioli, Dora Lúcia de Oliveira Garcia, Edvaldo Rodrigues, Nadir Leandro de Souza, Silene Cristina de Almeida Arnoni, Cidinéia Miloche Ecks, Jéssica de Paiva Gonçalves, Sebastiana Maria Figueiredo de Oliveira, Valdecir Kepe, Rosana de Lima, Donizetti Antônio de Lima e Inês Lucas de Lima. Cada um, de um jeito especial, me atendeu e socorreu nos momentos em que precisei. Valeu!

Não poderia deixar de mencionar meus amores Rodrigo, Filipe e Camila: minha razão de existir e persistir... Cada um, à sua maneira, me fez e me faz feliz nesta passagem.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Demonstrativo: número de Escolas Rurais em funcionamento por ano em Cianorte, de 1962 a 1999 .....	125
Gráfico 2	Demonstrativo: percentual dos níveis de formação dos professores .....	137
Gráfico 3	Demonstrativo: percentual de habilitação específica dos professores em docência no ensino primário .....	138
Gráfico 4	Demonstrativo do número de alunos atendidos (aprovados e reprovados) por ano nas escolas rurais, no período de 1962 a 1999.....	145

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Ata de Exame (1962).....	47
Imagem 2	Livros Ata de Exames das Escolas Rurais (1962-1979).....	48
Imagem 3	Boletim Mensal de Ajuda (1985).....	53
Imagem 4	Livro Registro (1979) .....	55
Imagem 5	Projeto de Nucleação das Escolas Rurais Municipais.....	58
Imagem 6	Projeto de Nucleação da Escola Rural Municipal Tiradentes (1997) .....	61
Imagem 7	Escola Rural Municipal Acre, antes da ampliação e reforma (1961) .....	62
Imagem 8	Escola Rural Municipal Acre, depois da ampliação e reforma (1995) .....	63
Imagem 9	Ata de Reunião da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte (1999) .....	64
Imagem 10	Documento sem nome – frente (1971). .....	66
Imagem 11	Documento sem nome – verso (1971) .....	68
Imagem 12	Curso de Higiene Escolar ofertado às professoras primárias (1977) .....	94
Imagem 13	Escola Rural Princesa Isabel (ano de construção 1961) .....	95
Imagem 14	Escola Rural Marechal Rondon (ano de construção: 1968) .....	96
Imagem 15	Escola Rural Arthur Bernardes (ano de construção: 1960) .....	98
Imagem 16	Escola Rural Alagoas (ano de construção: 1963).....	101
Imagem 17	Escola Rural Afonso Pena (ano de construção: 1962).....	102
Imagem 18	Escola Rural 19 de Dezembro (ano de construção: 1961) .....	103
Imagem 19	Escola Rural Marechal Rondon (ano de construção: 1968) .....	104
Imagem 20	Impresso: “Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º grau”.....	128
Imagem 21	Nota de requisição de materiais (1997) .....	159
Imagem 22	Memorando nº 149/97, de 15/12/1997 .....	160
Imagem 23	Prédio da antiga Escola Rural Alagoas (2014) .....	162
Imagem 24	Prédio da antiga Escola Rural Nilo Peçanha (2014).....	163



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização das escolas rurais no Município de Cianorte, criadas nas décadas de 1950, 1960 e 1970.....	92
Mapa 2	Localização das escolas rurais nucleadas, desativadas e transformadas em urbanas em Cianorte.....	154

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Livros Ata de exames finais das Escolas Rurais (1962-1979).....	49
Quadro 2	Dados sobre os Processos de Cessação das Escolas Rurais de Cianorte (2006).....	73
Quadro 3	Dados de diários oficiais sobre a cessação de Escolas Rurais em Cianorte .....	75
Quadro 4	Livros Registro (1998 a 2001) .....	78
Quadro 5	Relação de Escolas Rurais, início de funcionamento e localização .....	79
Quadro 6	Relação de Escolas Rurais, localização e ano de construção.....	89
Quadro 7	Demonstrativo do espaço físico das escolas rurais: número de escolas com as dependências.....	97
Quadro 8	Especificidades de cada Escola Rural, mobília e materiais disponíveis.....	109
Quadro 9	Dados sobre a acomodação dos alunos nas Escolas Rurais .....	115
Quadro 10	Dados sobre oferta de cursos, turnos, salas de aula em funcionamento nas Escolas Rurais e número de alunos .....	123
Quadro 11	Comparativo entre os documentos/disciplinas ministradas nas Escolas Primárias Rurais de Cianorte (1962-1999).....	130
Quadro 12	Número de crianças em idade escolar residentes na zona rural de Cianorte (2010) .....	155

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da população urbana e rural de Cianorte .....	38
Tabela 2	Número de Escolas Rurais criadas por ano, em Cianorte, de 1956 a 1974.....	80
Tabela 3	Demonstrativo do número de escolas rurais e de salas de aula que possuíam .....	110
Tabela 4	Número e percentual dos alunos atendidos nas escolas rurais, por década, no período de 1962 a 1999 .....	146
Tabela 5	Número e percentual aproximado de alunos aprovados (AP), reprovados (REP), desistentes (DES) e transferidos (TRA) por ano, de 1980 a 1999.....	149
Tabela 6	Número de alunos matriculados (Mat.), concluintes (Conc.) e não concluintes (Não conc.), por série e ano, de 1980 a 1999.....	151
Tabela 7	Número de matrículas no ensino de 1º grau nas redes estadual e municipal e nas séries primárias em Cianorte (1991 e 1995).....	156

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
CBA	Ciclo Básico de Alfabetização
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IRE	Inspetoria Regional de Ensino
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NRE	Núcleo Regional de Educação
PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PEI	Programa de Educação Integrada
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEEC	Secretaria de Educação e da Cultura
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação

LIMA, Rosangela de. **HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR (1950-1990)**. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Maringá, PR, 2015.

## RESUMO

Este trabalho se insere no campo da História e Historiografia da Educação e se consubstancia em uma representação da história do ensino primário rural no Município de Cianorte, Estado do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1990. Inclui-se, portanto, nos estudos acerca da Educação Rural sob uma perspectiva regional. O recorte temporal marca, na década de 1950, a fundação do Patrimônio de Cianorte em 1953, sua elevação a município em 1955 e a construção das primeiras unidades escolares rurais em 1956. Nos anos de 1990, ocorreu a nucleação e, em seguida, a extinção das escolas primárias rurais, mediante a transferência da última escola rural e dos alunos para a zona urbana. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, pautou-se na análise de fontes históricas e na historiografia produzida na área, tendo como objetivo investigar a contribuição das escolas primárias rurais para a escolarização do município. A existência de um acervo documental expressivo, porém disperso, sobre tais instituições no município apontou a necessidade de intervenção nos arquivos, consubstanciando em um inventário de fontes, que, além de subsidiar esta e outras pesquisas, contribui para a preservação do patrimônio histórico escolar da comunidade em questão. Com base em tais documentos, na bibliografia sobre o tema e em documentos oficiais da época, como a legislação educacional e mensagens e relatórios de secretários e governos do Estado do Paraná, foram caracterizadas as escolas primárias rurais quanto à organização do ensino. Como resultado, considera-se que o ensino primário rural teve papel relevante frente à escolarização primária no município. Concomitante a este processo, os documentos favorecem o entendimento de que a questão da cessação das atividades escolares nestas instituições ocorreu de maneira compulsória tanto em relação aos processos de nucleação das escolas rurais quanto à sua extinção. São apontados, dentre os fatores, a municipalização do ensino de 1ª à 4ª séries, no início da década de 1990 no Estado do Paraná, e questões referentes à subvenção das escolas. Como consequência tem-se a reorganização da administração municipal com o intuito de atender às demandas impostas pelo aumento do número de matrículas neste nível de ensino.

**Palavras-chave:** História da Educação. Educação Rural. Ensino Primário Rural em Cianorte-PR.

LIMA, Rosangela de. **HISTORY OF RURAL PRIMARY TEACHING IN THE CITY OF CIANORTE-PR (1950-1990)**. 186 Sheets. Thesis (Masters in Education) – State University of Maringá. Adviser: Anaete Regina Schelbauer. Maringá, PR, 2015.

## **ABSTRACT**

This research work is grounded in the field of History and Historiography of Education and it constitutes a representation of the history of rural primary teaching in the municipality of Cianorte, state of Paraná (Brazil), between 1950 and 1990. It is therefore included in studies on Rural Education from a regional perspective. The time frame highlights, during the 1950s, the foundation of the Heritage of Cianorte in 1953, its raising to the category of municipality in 1955 and the construction of the first rural school units in 1956. In the 1990s, there was first the nucleation, and then the extinction of rural primary schools, through the transference of the last rural school and its students into the urban area. This bibliographic and documental study is mainly based on the analysis of historical sources and on the historiography produced in the area, aiming to investigate the contribution of primary rural schools to the municipality schooling process. The existence of an expressive documental archive on those institutions within the municipality, though widely spread, pointed to the need of intervention, constituting an inventory of sources, which, besides supporting this and other studies, contributes to the preservation of the school historic heritage of the community under study. Based on these sources, on the bibliography about the theme and on official documents of the time, such as the educational legislation and messages and reports from secretaries and governments of the state of Paraná, rural primary schools were characterized regarding the organization of teaching. As a result, it is considered that the rural primary teaching had a significant role in face of the primary schooling in the municipality. At the same time, the documents favor the understanding that the issue concerning the cessation of activities in these institutions was compulsory both in relation to the processes of nucleation of rural schools and to their extinction. Among the factors pointed out, there are the municipalization process of the teaching from 1st to 4th grades, in the beginning of the 1990s in the state of Paraná, and issues referring to the subvention of schools. As a consequence, there was a reorganization of the city administration, in an attempt to respond to the demands imposed by the raise of registrations in this teaching level.

**Key words:** History of Education. Rural Education. Rural Primary Teaching in Cianorte-PR.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 INVENTÁRIO DAS FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR</b> .....	28
2.1 A EDUCAÇÃO RURAL NO CENÁRIO CIANORTENSE.....	32
<b>2.1.1 A constituição do Município de Cianorte</b> .....	33
<b>2.1.2 A escola rural no contexto de Cianorte</b> .....	39
2.2 DOCUMENTOS LOCALIZADOS NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE .....	45
2.3. DOCUMENTOS LOCALIZADOS NA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES .....	72
<b>3 AS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS DE CIANORTE-PR E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO</b> .....	85
3.1 O ESPAÇO ESCOLAR RURAL.....	87
3.2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR .....	108
3.3 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR RURAL .....	119
3.4 OS PROGRAMAS DE ENSINO E OS CONTEÚDOS ESCOLARES .....	127
3.5 O CORPO DOCENTE .....	134
<b>4 AS ESCOLAS RURAIS E A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE CIANORTE</b> .....	142
4.1 A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL.....	143
4.2 A EXTINÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS .....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	165
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	172
<b>APÊNDICE 1 CD: História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990): fontes históricas</b> .....	186

## 1 INTRODUÇÃO

Sinto que não há como separar identidade pessoal e identidade profissional. Desde criança, estudante de escola pública, a escola era o abrigo que me fazia pensar em possibilidades que a vida difícil desesperançava. A imagem da professora primária passou a fazer parte da minha história, mesmo sem que eu tivesse consciência disso<sup>1</sup>.

O ano de 1996 marca o momento em que não pude realizar um sonho, uma vez que a educação profissional do Estado do Paraná passava por mudanças, entre elas, a cessação gradativa dos cursos de habilitação profissional ofertados pela Rede Estadual, inclusive do Curso de Magistério, por meio da Resolução nº 4.056, de 18 de outubro de 1996 (PARANÁ, 1996). “Esta Resolução previa que as matrículas iniciais do ano de 1997 ocorressem exclusivamente em Cursos de Educação Geral” (ALMEIDA, C. M. de, 2004, p. 120). Coincidentemente, era o ano em que eu ingressaria no Curso de Magistério.

Não por coincidência, ingressei no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá em 2001 e me formei em 2004. Habilitada profissionalmente, atuei como professora das séries iniciais do ensino fundamental nos quatro anos seguintes. Além disso, em 2005, iniciei meu trabalho como pedagoga na rede estadual de ensino, no Município de Cianorte, onde tive a satisfação de lecionar no Curso de Formação de Docentes.

A minha trajetória profissional na carreira do magistério estadual foi marcada por determinados *slogans educacionais* (RODRIGUES, 2012; SCHEFFLER, 1974). Os discursos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná eram sedutores a princípio, falava-se em uma educação de qualidade para a formação do cidadão, do homem crítico e participativo, e que cabia à escola pública formar. Defendia-se que teríamos a melhor educação do país e, como consequência, os melhores salários.

Com o tempo e o ciclo de mandatos de governo, ficou evidente que as capacitações, denominadas “Formação Continuada” ou “Semana Pedagógica”, ficavam em nível de troca de experiências entre profissionais da rede. Este modelo

---

<sup>1</sup> Na introdução deste estudo, é utilizada a primeira pessoa do singular, uma vez que, nesta seção, está incluída a trajetória pessoal da pesquisadora. Nas demais, emprega-se a primeira pessoa do plural.



de formação (ou posso dizer formatação?) sempre demonstrava os problemas da educação e descentralizava a responsabilidade para a sua resolução.

Mas a porta se abriu para mim e para outros (poucos) professores do Estado do Paraná com a Resolução n.º 7282-GS/SEED, que normatizou o afastamento de servidores da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR para aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (PARANÁ, 2012). Era a chance que eu precisava.

Eu estava determinada a retomar os estudos, uma vez que as reuniões pedagógicas e formações continuadas advindas da SEED não satisfaziam mais a minha “libido cognoscente”. Particpei do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Maringá e fui aprovada para desenvolver uma pesquisa sob orientação da Professora Doutora Analete Regina Schelbauer.

Ao iniciar as atividades do Programa, no ano de 2013, comecei a estudar as disciplinas “Escola Pública e Pensamento Educacional na Contemporaneidade” e “História da Educação no Brasil”. Surpreendentemente, descobri que desconhecia o meu campo de trabalho, no qual atuo profissionalmente há dez anos!

Ante o descontentamento a respeito do pouco que conhecia e, mais ainda, quanto ao que desconhecia, meu olhar direcionou-se ao objetivo de buscar elementos que contribuíssem para o conhecimento da história da educação, uma vez que, pela grande extensão territorial e regionalização que apresenta o país, a apropriação e constituição do processo educacional, embora sob a égide legal nacional, constrói-se singularmente. Para tanto, os estudos regionais sobre o processo de escolarização primária têm-se apresentado como uma das possibilidades de produção de conhecimento que podem servir de base a estudos comparados da história da educação brasileira (SAVIANI, 2007).

No Brasil, iniciativas de pesquisadores têm voltado a atenção para o processo educacional brasileiro, valendo-se de investigações sobre a institucionalização da escola primária, abordando aspectos acerca da formação de professores, da cultura escolar, das reformas educacionais, da expansão das instituições escolares, entre outros. Sempre com a preocupação de conhecer as práticas e as formas de apropriações que ocorreram e estão acontecendo no interior da escola.

Entre os resultados de pesquisas na área, destaca-se *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, organizada por Castro (2011); *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*, organizada por Araújo, Souza e Nunes Pinto (2012); *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*, organizada por Miguel, Vidal e Araújo (2011); *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, organizada por Vidal (2006); *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*, de Souza (2009); *Educação Rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação de professores*, organizada por Werle (2007). Produções como estas organizam os resultados de pesquisas e evidenciam ausência de informações na historiografia da educação brasileira, dentre elas, a questão da educação rural.

Neste sentido, concorda-se com Schelbauer (2014) quando afirma que a historiografia da educação paranaense carece de investigações que aprofundem a pesquisa no âmbito da escolarização primária no meio rural. Seguindo nesta direção, este estudo se volta à investigação desta modalidade de ensino, a qual esteve presente no Município de Cianorte, situado ao norte do Estado do Paraná.

A minha atenção foi despertada para este tema em uma reunião com o Grupo de Pesquisa “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, em que apresentavam estudos anteriores acerca da escolarização primária em Cianorte, realizados pelas pesquisadoras Gonçalves e Schelbauer (2011) e Gonçalves (2012). Tais pesquisas apontaram a existência de documentos sobre o ensino primário rural do município que poderiam subsidiar outras investigações.

Vale reiterar que a educação rural no Brasil é um tema ainda não explorado suficientemente. O recente Dossiê *Representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural*, organizado por Souza e Ávila (2014b), assim como o livro *Educação Rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação de professores*, organizado por Flávia Obino Corrêa Werle (2007), e o artigo *Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas*, de Damasceno e Beserra (2004), afirmam a necessidade de investimento em pesquisas regionais sobre o assunto. Quanto à preocupação com a educação rural no campo das pesquisas, Ávila (2013, p. 175) conclui que “[...] essa

modalidade de ensino não tem assegurado o seu lugar na história da educação brasileira, assumindo, na melhor das hipóteses, um lugar secundário nas pesquisas historiográficas”.

Instigada por tais afirmações e por ser Cianorte um município jovem, fundado em 26 de julho de 1953, procurei conhecer o tratamento dado à questão da educação rural brasileira no período anterior à sua fundação, em que o tema desponta como uma necessidade para o desenvolvimento do país. Assim, encontrei na tese de Ávila (2013) aspectos que contribuem para a abordagem histórica da escolarização primária rural no Brasil na primeira metade do século XX. Tratada como questão social a partir da década de 1930, “[...] esse momento marca a projeção da escola rural no cenário nacional” (ÁVILA, 2013, p. 174).

Não menos importante, o conhecimento sobre os discursos da política da educação rural no país, obtido por meio do artigo *Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964)* de Andrade (2014) auxiliou-me sobremaneira para a compreensão dos mecanismos de formação de valores e atitudes presentes em escolas rurais.

Com relação ao Estado do Paraná, Schelbauer (2014), ao analisar os relatórios e mensagens de governo, aponta a existência de 120 escolas primárias rurais subvencionadas pelo governo federal na década de 1920 e 254 na década seguinte. Ressalta, ainda, a presença de 1.288 escolas isoladas na década de 1930, sendo este o modelo de escola que predominou em relação à oferta do ensino primário no Estado, as quais se encontravam nas regiões mais afastadas dos centros urbanos e em áreas rurais.

Ante a constatação de Bareiro (2007) de que, após a intensificação do movimento de colonização e de povoamento do interior do Estado, as escolas primárias rurais passaram a ser disseminadas no norte do Paraná e com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento na área da história e historiografia da educação rural paranaense, deparei-me com a seguinte problemática: Em que medida o ensino primário rural esteve presente no processo de escolarização primária no Município de Cianorte durante o período de colonização e de expansão deste município? Decorrente desta questão, outros questionamentos despontaram: De que forma foi implementada a organização do ensino nestas escolas? Como se

configuraram os espaços escolares rurais neste contexto? Quais fatores propiciaram a ascensão das escolas primárias rurais em Cianorte e, posteriormente, a extinção dessas instituições?

Diante de tais indagações, foi traçado como objetivo geral investigar a história do ensino primário rural em Cianorte entre as décadas de 1950 e 1990, cujo período marca a inauguração do Patrimônio de Cianorte, em 26 de julho de 1953, sendo elevado a município em 13 de julho de 1955. É também na década de 1950 que aparecem os registros das primeiras escolas rurais, no ano de 1956. O recorte investigativo encerra-se na década de 1990, justificado pelo fato de que é nesta década que as escolas rurais deste município passaram pelo processo de nucleação<sup>2</sup>, sendo extintas no ano de 1999 (CIANORTE, 1999).

A primeira iniciativa de nucleação de escolas rurais em Cianorte data de 1985, com o projeto intitulado “Nuclealização (*sic*) Escolas Rurais Municipais”, referente à Escola Rural Municipal Nereu Ramos, a qual absorveria os alunos das escolas rurais “Ceará”, “Fernando de Noronha” e “Minas Gerais” após melhorias nas instalações e recursos. Explicitava-se como objetivo “[...] oferecer melhoria qualitativa e quantitativa de ensino [...]” (CIANORTE, 1985b), concentrando alunos e professores no mesmo espaço escolar, introduzindo condições para organizar o ensino seriado na zona rural. Porém, só na década de 1990, os processos de nucleação se efetivaram, transformando seis escolas rurais em núcleos para atendimento da população, tendo suas escolas desativadas. Essas escolas permaneceram em funcionamento até o ano de 1998, com a utilização de transporte escolar precário (CIANORTE, 1978-1999; FOLHA DE CIANORTE, 1999). Em 1999, os alunos foram transferidos, compulsoriamente, para a Escola Rural Municipal Castro Alves, que foi transferida para outro local, na zona urbana, em um prédio amplo, reunindo cerca de 500 alunos. No ano seguinte – 2000, oficialmente, esta escola deixou de ser denominada rural, por meio do Decreto Municipal nº 018/2000, de 25/04/2000, que alterou sua denominação e domicílio (CIANORTE, 2000).

Os documentos textuais e iconográficos que fazem parte dos acervos existentes sobre o ensino primário rural de Cianorte me conduziram à abordagem fundamentada na Nova História Cultural, uma vez que este referencial amplia as

---

<sup>2</sup> A nucleação “[...] consiste no agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural em uma Escola-Núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, a ideia é proporcionar um ensino de qualidade com instalações e materiais didáticos concentrados em uma única sede escolar” (BAREIRO, 2007, p. 58).

possibilidades de leitura das fontes disponíveis. A perspectiva da análise construída com base nesta concepção permite considerar que este trabalho se consubstancia em uma representação da história do ensino primário rural neste município, aqui tratada como resultado de uma pesquisa histórica em tempo e espaço determinados, sendo possíveis outras leituras do objeto em questão. Segundo Chartier (1990, p. 59),

[...] essa historicidade exige em primeiro lugar que o “consumo” cultural ou intelectual seja ele próprio tomado como uma produção, que evidentemente não fabrica nenhum objecto, mas constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra.

Neste sentido, considerando que a apropriação do conteúdo dos documentos é singular ao historiador que os analisa (CHARTIER, 1990), a presente produção é uma das leituras possíveis sobre esta modalidade de ensino em Cianorte.

Assim, a fim de sistematizar uma representação dessa história no período delimitado, outros objetivos, mais específicos, perpassaram a construção deste trabalho: inventariar os acervos documentais preservados, encontrados na Divisão de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e na atual Escola Municipal Castro Alves, antiga Escola Rural e última instituição escolar primária rural que esteve em funcionamento até o ano de 1999; analisar as características das escolas primárias rurais de Cianorte e a organização do ensino; refletir sobre a contribuição das instituições escolares rurais municipais para a escolarização primária no município.

Tendo em vista tais objetivos, na revisão da literatura, consegui tecer sentidos sobre a temática da educação rural no Brasil e no Estado do Paraná, os quais apontaram caminhos para o entendimento da configuração do ensino primário rural em Cianorte. Mas por que Cianorte? Entre as questões que envolvem a localização espacial que delimita esta pesquisa, justifico minha escolha tanto pela ausência de conhecimentos sistematizados no campo da historiografia da educação rural em Cianorte-PR, assim como pelo volume de fontes documentais que se encontram preservadas no município. Além disso, convém ressaltar a importância desse patrimônio histórico escolar tanto para a comunidade local como para a comunidade

científica, tendo em vista a possibilidade de outras investigações com os acervos existentes sobre a escolarização primária do município.

Com a preocupação de compreender os desdobramentos do ensino primário rural no Estado do Paraná, voltei o olhar para as produções historiográficas sobre o tema no Estado. As leituras de Schelbauer (2014) e Schelbauer e Gonçalves Neto (2013) sinalizaram para o conhecimento das modalidades de escolas primárias rurais e os processos histórico, político e econômico que envolveram a expansão dessas instituições, entre eles, a política da economia voltada para a colonização e o povoamento do interior, a preocupação com a agricultura e, conseqüentemente, com o transporte para o escoamento da produção e as discussões em torno da necessidade de democratizar o acesso à educação para o desenvolvimento do Estado.

Com relação ao processo de colonização do território onde se localiza Cianorte, ao norte do Estado, destacam-se os estudos de Kohlhepp (2014), Mota e Noelli (1999), Noelli e Mota (1999), Souza (2010), Steca e Flores (2002) e Tomazi (1999), que evidenciam a presença de habitantes no local antes do processo de ocupação e de momentos conflitantes no decorrer do povoamento dessa região, além das conseqüências climáticas oriundas do processo colonizador.

No que se refere à formação docente, os estudos de Miguel (2007; 2011), em nível estadual, e de Hegeto (2007) e Hervatini (2011), em nível regional, contribuíram para a compreensão dos aspectos a respeito da formação de professores para atuarem no interior do Estado. Tendo em vista a questão da feminização do magistério ser um dado presente na história do ensino primário rural de Cianorte, as pesquisas de Almeida, J. S. de (2004) e Bonato (2002) foram utilizadas no processo de investigação sobre a formação dos professores que atuaram nas escolas rurais do município. Além disso, para o entendimento acerca da formação oferecida, na época, pelo Estado do Paraná aos docentes leigos, André e Candau (1984) e as Mensagens de Governo (PARANÁ, 1970; 1978; 1984a) subsidiaram a análise dos documentos que demonstram esta situação em Cianorte.

Outras pesquisas de autores como Ramos (1991), Capelo (2000), Bareiro (2007), Tibucheski (2011) e Cattelan (2014) favoreceram o entendimento sobre a organização das escolas rurais e o processo de nucleação no Estado do Paraná, com vistas à racionalização do processo educacional e melhoria da qualidade do

ensino. A nucleação de escolas rurais objetivava minimizar os gastos com as escolas isoladas dispersas na área rural, concentrando professores e alunos em um único espaço físico, o que possibilitaria a organização seriada nestas instituições.

As escolas isoladas rurais de Cianorte, do Paraná e do Brasil trazem os vestígios da organização do ensino em classes multisseriadas. Assim, para compreender o que significa este tipo de organização que se fez presente no século XX e ainda permanece no cenário educacional brasileiro no século XXI, pautei-me na tese de Cardoso (2013) e nas pesquisas sobre a escola graduada no Brasil de Souza (2004).

Em se tratando de uma pesquisa de caráter regional, as produções memorialísticas que remetem à configuração do Município de Cianorte foram consultadas, destacando-se Cioffi, Praxedes, Varella e Mesquita (1995) e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP (1975).

Os documentos oficiais da época, como a Legislação Educacional e Mensagens e Relatórios de Governo e Secretários do Estado do Paraná<sup>3</sup>, também deram suporte à pesquisa; assim como os acervos documentais – textuais e iconográficos – existentes sobre a escolarização primária rural em Cianorte. Esses documentos foram inventariados para esta investigação e se encontram localizados na sede da atual Escola Municipal Castro Alves – antiga Escola Rural Municipal Castro Alves (CIANORTE, 2000) e na Divisão de Documentação Escolar, que faz parte da Secretaria de Educação do Município.

No decorrer da pesquisa, outros autores, como Barra (2013), Bastos (2005), Bencostta (2001; 2006), Cainelli (1994), Carvalho e Bernardo (2012), Castro (2009), Castro e Silva (2011), Coelho (2007), Dórea (2013), Faria Filho et al. (2004), Faria Filho e Vidal (2000), Larocca e Marques (2010), Parra (2008), Pinesso e Mori (2008), Rodrigues (2012), Santos (2003), Saviani (2007; 2010), Souza (2001; 2009; 2013), Veiga (1995), dentre outros, subsidiaram a análise dos documentos e a interpretação dos dados sobre a iconografia, a cultura material escolar, os conteúdos escolares, o espaço físico e a organização e funcionamento escolar nas instituições primárias rurais de Cianorte.

---

<sup>3</sup> Estes documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público do Paraná. Por ocasião das citações presentes ao longo dos textos que compõem esta dissertação, optou-se por manter a ortografia tal como se apresentam nos documentos originais da época.

Como procedimentos metodológicos, foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental, visto que, embora os acervos sobre o objeto de estudo sejam volumosos, entende-se que a história não se faz com mera descrição de dados. “No atravessamento dos documentos, perceber as recorrências, os indícios como formas de pensar a educação e as múltiplas relações sócio-político-econômicas, que produzem os discursos” (LUCHESE, 2014, p.151) são tarefas fundamentais no exercício da pesquisa. Para tanto, há que se estabelecer as devidas relações com as produções historiográficas existentes.

Igualmente importante é analisar as normas e finalidades que regem a escola, presentes nos documentos oficiais, os quais se tem acesso mais facilmente, no entanto, como insistiu Julia (2001, p. 19): “[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”.

No caminho da investigação, os procedimentos e os instrumentos para as análises foram sendo construídos e organizados, tomando forma singular diante do manuseio das fontes históricas. Os primeiros passos encontram-se explicitados na seção dois desta dissertação e os seguintes foram sendo tratados ao longo do trabalho, respondendo aos questionamentos e hipóteses criados diante dos arquivos.

Neste processo, as considerações de Dominique Julia (2001) foram pertinentes, ao destacar que a presença de determinados tipos de fontes possibilita a organização dos documentos em séries. Este procedimento permitiu que se inferisse sobre o atendimento realizado nas escolas rurais. Tais documentos foram problematizados em seu contexto histórico, a fim de aproximar-me da cultura escolar produzida no meio em estudo.

Assim sendo, este trabalho está organizado da seguinte maneira: a primeira seção constitui a Introdução, ora apresentada a fim de iniciar um diálogo acerca da temática, do objeto e objetivos da pesquisa; bem como iniciar uma interlocução com o estado da arte do tema em questão, porque, como aponta Alves-Mazotti (2006), a fragilidade da revisão bibliográfica é um dos problemas enfrentados pela pesquisa no campo da História da Educação, uma vez que “[...] a má qualidade da revisão da literatura compromete todo o estudo” (p. 26). Segundo a autora, a revisão da



literatura “[...] não se constitui em uma seção isolada, mas, ao contrário, tem por objetivo iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados” (p. 26). Comungando com essas ideias, o estado da arte desta investigação não se encerra nesta seção, mas se prolonga por toda a extensão do estudo.

Na segunda seção, o olhar está voltado para os documentos que ajudaram a elucidar os vestígios do objeto de pesquisa, consubstanciando-se em um inventário de fontes documentais. Predominaram os objetivos de mapear e descrever os documentos existentes sobre a escolarização primária rural no Município de Cianorte. Para tanto, as produções de pesquisadores como Belloto, (2002), Lopez (2002), Vendrameto (2002), Magalhães (2004), Vidal e Zaia (2002), Moraes (2002), Moraes e Alves (2002), Bacellar (2014), Gatti Júnior e Pessanha (2010), entre outros, serviram de subsídios no sentido de enriquecer e justificar esta proposta.

Uma vez verificado o grande volume documental preservado, porém disperso, este passo foi fundamental para esta pesquisa, por possibilitar a análise dos documentos que poderiam subsidiá-la, bem como direcionar o recorte investigativo. Além disso, esta etapa da pesquisa se constitui como uma forma de contribuir para a preservação do patrimônio histórico escolar do município. Segundo Gatti Júnior e Pessanha (2010), a conservação da memória e da cultura institucional tem levado os historiadores da educação a organizarem grupos de pesquisas com a finalidade de organizar os arquivos e preservar as fontes documentais escolares.

Neste sentido, o inventário aqui produzido poderá servir de base para pesquisas posteriores. Muitas pesquisas, no campo da história da educação, que poderiam ampliar o acesso a informações e conhecimentos e fomentar novos debates e investigações, por vezes, naufragam diante da ausência de acervos que poderiam guardar a memória e a história dos processos educacionais.

Meu compromisso com este campo de pesquisa possibilitou o inventário de documentos e me motivou a intervir na organização dos arquivos escolares. Compartilho com Rodrigues (2012) e Magalhães (2004) a ideia de que, muitas vezes, o pesquisador necessita criar formas que possibilitem a análise de documentos em determinadas instituições. Destarte, ainda na segunda seção, não poderia deixar de situar as instituições escolares estudadas no contexto de Cianorte

e do Paraná, onde tais documentos foram produzidos, veiculados e apropriados, como bem explicita Magalhães (2004, p. 142):

Sob a modalidade de monografia institucional, a narrativa historiográfica deve refletir, em síntese, um processo investigativo de complexificação e integração, compreendendo e explicando a evolução institucional no quadro da realidade sociocultural envolvente [...].

Dessa forma, foi lançado um olhar panorâmico sobre a constituição do município e levantados os elementos que influenciaram a expansão das escolas rurais na região investigada.

A terceira seção do trabalho é resultado da leitura dos dados presentes nos documentos inventariados, cujas atividades possibilitaram a descrição, análise e interpretação das características dos espaços escolares rurais e a organização do ensino nestas instituições. Para isto, foram pesquisadas nos documentos textuais e iconográficos as evidências sobre o espaço físico, a cultura material escolar, a organização e o funcionamento escolar rural, os programas para o ensino e as informações sobre o corpo docente que atuou nessas escolas. Durante este processo, descobri o meu jeito de escrever, porque, de acordo com Luchese (2014, p. 151), “[...] na análise do corpus construído, o pesquisador cria formas mais adequadas para o seu objeto e problema de pesquisa, de percepção de recorrências, regularidades e irregularidades. Mas não há um modo único de fazê-lo”.

Assim sendo, transitei entre os documentos da época, a memória do município e a historiografia produzida por entender que, “[...] na análise documental, o diálogo com as referências especializadas também é importante para a construção da análise” (LUCHESE, 2014, p. 152-153). As inferências que construí durante o processo de investigação e sistematização dos textos que compõem esta dissertação tentaram concatenar-se neste diálogo.

Na quarta seção, é feita uma reflexão sobre a contribuição das instituições escolares rurais para a escolarização primária no município. Para tanto, são explorados os dados quantitativos presentes nos documentos, problematizando o que representam mediante o contexto das escolas rurais. Estas escolas, muitas vezes construídas pela iniciativa da população e com subsídios da companhia colonizadora, contaram com a subvenção em grande parte da esfera municipal.

Tendo em vista a extinção desta modalidade de ensino no município, não é possível deixar de analisar este processo, refletindo sobre os fatores que contribuíram para o declínio das escolas rurais neste local.

Ao concluir o trabalho, são tecidas considerações acerca dos principais aspectos, a meu ver, que configuraram a história do ensino primário rural no município, na tentativa de responder aos questionamentos que me mobilizou para a pesquisa. No entanto, há uma certeza de que não se esgotaram as possibilidades de leitura dos documentos históricos e que outros pesquisadores podem investigar, questionar ou complementar o presente estudo.

Tendo em vista que “[...] o ensino primário foi formalmente eliminado da ordenação escolar brasileira em 1971” (SOUZA, 2004, p.111), cabe justificar que a expressão “ensino primário” foi utilizada, ao longo dos textos, para se referir às primeiras séries do 1º grau, de acordo com a Reforma do Ensino dada pela Lei 5692/71 (BRASIL, 1971) e, mais tarde, às séries iniciais do ensino fundamental, previsto na LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

Entre as práticas escolares e seus registros, a história do ensino primário rural de Cianorte foi construída por seus atores entre as décadas de 1950 e 1990. Entre os documentos históricos e a historiografia, as páginas que seguem convidam a conhecer uma parte desse processo.

## 2 INVENTÁRIO DAS FONTES DOCUMENTAIS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM CIANORTE-PR

Esta seção é resultado de idas e vindas aos arquivos onde se encontra o acervo documental que subsidia esta pesquisa. Trata-se de um instrumento de pesquisa produzido com o propósito de tornar passível de análise os documentos existentes sobre o ensino primário rural no Município de Cianorte.

Ousamos nomeá-lo de “Inventário”, de acordo com a definição dada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística e que se aplica aos nossos objetivos: “[...] instrumento de pesquisa em que a descrição exhaustiva ou sumária de um fundo<sup>4</sup> ou de uma ou mais de suas sub-divisões (*sic*) toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem de classificação” (1996, p. 45, apud VENDRAMETO, 2002, p. 44). Portanto, não só a classificação, como a descrição dos documentos fazem parte da construção de um inventário, sendo esta última fundamental, uma vez que “[...] somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram” (LOPEZ, 2002, p. 12).

É certo que muitos acervos existentes em instituições escolares não são tratados adequadamente. Mais por falta de conhecimento, talvez, do que de vontade dos funcionários. Em muitos casos, a própria instituição “[...] não sabe o que fazer com seus documentos” (WERLE, 2004, p. 31). Quanto a esses papéis acumulados ao longo do tempo, Belloto (2002, p. 10-11) afirma que

Documentos existem, independentemente de sua organização, de suas possibilidades de acesso, de sua dimensão, de seu estado físico, ou da extensão, profundidade ou densidade da informação contida nos documentos que o compõem. Podem ser amontoados disformes e ininteligíveis, o que os arquivistas denominam “massa documental acumulada” [...]. Se bem ou se mal organizados, cumprem bem ou menos bem o seu papel de dar o necessário suporte de atos dispositivos e de provas e de circulação da informação, que uma entidade necessita no dia-a-dia de sua atuação.

---

<sup>4</sup> Fundo de arquivo refere-se a um “[...] conjunto de documentos, de qualquer formato ou suporte, produzidos organicamente e/ou reunidos e utilizados por uma pessoa física, família ou organismo no exercício das atividades e funções deste produtor” (LOPEZ, 2002, p. 51).

A citação anterior nos remete à importância que os arquivos têm, mesmo que amontoados informalmente, para a história e a memória de uma instituição. Alguns documentos são guardados e outros descartados, cujas ações “guardar” e “descartar” trazem influências e/ou intenções das pessoas envolvidas com a documentação em determinada função ou momento.

Em sua organização, cabe ao historiador reconhecer as marcas da subjetividade presentes nas instituições e nos documentos existentes e “[...] saber fazer perguntas, questionar e dialogar com os documentos” (LUCHESE, 2014, p. 148), desnaturalizando cada um deles nos caminhos da investigação. Mas não há um caminho a seguir, o pesquisador é que constrói o seu caminho. Assim, “[...] a descoberta desses modos de construção pode ser feita através de vários itinerários e com outras fontes, impressas ou não” (NUNES, 1996, p. 67), descobri-los, porém, não é uma atividade simples.

Nos caminhos desta pesquisa, as ações de investigar, catalogar, selecionar e analisar as fontes documentais sobre o ensino primário rural em Cianorte foram tarefas desafiadoras.

Com certeza, não é excessivo destacar, a Escrita da História da Educação é realizada com base nos vestígios que conseguimos localizar. Catalogá-los, organizá-los e dar-lhes uma forma passível de análise é o desafio enfrentado pelos pesquisadores comprometidos com a produção no campo da História da Educação [...] (RODRIGUES, 2012, p. 20).

Com o compromisso da escrita a respeito desta história, iniciamos as atividades do processo de investigação. Em reunião com o Grupo de Pesquisa “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, a pesquisadora Andressa Lariani Paiva Gonçalves, orientada pela Professora Doutora Analete Regina Schelbauer, apresentou alguns dados sobre sua pesquisa intitulada *História e memória: fontes documentais da escolarização primária no Município de Cianorte*. Entre os dados apresentados, estava a informação de que havia documentos (Atas de exames finais) sobre a escolarização primária rural na Prefeitura do Município.

Com base nesta informação, iniciamos a busca por estes e outros documentos referentes às escolas rurais. Nosso primeiro passo foi entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação – SME, localizada na sede da Prefeitura do Município de Cianorte. No setor denominado “Divisão de Documentação Escolar”,

que faz parte da SME, encontramos, no primeiro momento, apenas alguns documentos relacionados à escolarização primária rural do município.

Não desistimos e continuamos nossa busca por outras fontes. Assim, por meio de informações de profissionais que atuaram, na época, no Departamento de Educação de Cianorte, criado em 1970, os vestígios do nosso objeto foram sendo desvelados. Começamos por um processo de conquista e de convencimento daqueles que mantinham a guarda dos documentos. Tarefa árdua e que necessitou de um tempo para que uma relação de confiança se estabelecesse entre “pesquisados” e pesquisadora.

Processo que nos concedeu grata satisfação ao encontrar inúmeros documentos sobre nosso objeto, mediante nossa proposta de organizar os arquivos existentes, já que, para organizá-los, foi necessário manuseá-los e, dessa forma, conhecê-los. Ainda na sede da Prefeitura, no setor denominado Secretaria de Assessoria de Comunicação Social, em meio a muitos álbuns, foi possível encontrar fotografias e recortes de jornais antigos que remetem à história do município e, conseqüentemente, da educação.

Num segundo momento, com a autorização da SME, visitamos a Escola Municipal Castro Alves, antiga Escola Rural Municipal Castro Alves e última unidade escolar rural em funcionamento no município até o ano de 1999, onde encontramos grande volume documental preservado.

À procura de outros vestígios, seguimos para o Núcleo Regional de Educação de Cianorte – NRE. Nesse local, encontramos arquivos escolares antigos de instituições extintas de Cianorte e região, os quais não foram selecionados para a pesquisa por não adentrarem ao nosso recorte investigativo.

Diante de tantos documentos, ainda que arquivados de maneira inapropriada de acordo com os princípios da arquivística, tomamos como tarefa primeira catalogá-los para, na medida do possível dentro do espaço-tempo desta investigação, inventariá-los de maneira que pudéssemos organizar e selecionar os documentos que nos dariam suporte.

Ao reconhecer o papel de pesquisadora/historiadora, lancei-me na tarefa de organizar tais documentos, destarte, sem a pretensão de inventariá-los tal como pressupõe a arquivística, mas no sentido de mapeá-los, dando suporte tanto a esta como a outras possíveis pesquisas. Ao todo, organizamos 179 novas caixas de

arquivo com os documentos históricos que se encontravam dispersos e catalogamos 2.044 exemplares que se encontravam em 67 caixas.

Foi muito interessante viver este processo. Além de mapear a documentação existente, o objetivo se estendeu no sentido de envolver os funcionários da Divisão de Documentação Escolar da Prefeitura Municipal com relação à sua importância, organização e preservação do patrimônio histórico escolar do município. A cada etapa do contato, fomos organizando e encontrando mais e mais documentos. Com a intenção de sistematizá-los, identificamos, etiquetamos e acomodamos os documentos em caixas de arquivo, preservando a organização original, de acordo com a orientação de manter a ordem em que os documentos se encontram (BACELLAR, 2014). Quanto a estes procedimentos, Magalhães (2004, p. 136) sinaliza que, “[...] a inexistência de um arquivo organizado, a dispersão da documentação por vários espaços e a precariedade das condições de conservação desafiam o historiador, mediante um protocolo, a intervir na construção do arquivo”.

Segundo o autor, alguns riscos devem ser evitados nesse processo de organização, para que “[...] o arquivo a construir e organizar seja uma representação orgânico-funcional da instituição” (MAGALHÃES, 2004, p. 136). Para tanto, salienta a necessidade de envolver a participação de um arquivista e de representantes da instituição. Diante da impossibilidade de termos um arquivista nos auxiliando, trabalhamos com a participação de uma representante da instituição.

Quanto aos documentos existentes na antiga Escola Rural Municipal Castro Alves, atualmente denominada Escola Municipal Castro Alves, a funcionária responsável pela documentação escolar foi muito solícita e nos auxiliou para que pudéssemos fazer a catalogação de fontes.

Para efeito de conhecimento, descrevemos o material encontrado no decorrer deste texto. Antes, porém, rever o contexto em que estes documentos foram produzidos é tarefa importante e necessária à pesquisa historiográfica, uma vez que é “[...] impossível falar de história das instituições educativas sem situá-las na região que estão inseridas e, ante a outras escolas, situá-las no contexto socioeconômico da época” (WERLE, 2004, p. 32). Além disso, segundo Belloto (2002, p. 9),

[...] os documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida de uma instituição. [...] Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultados do para quê, do como, do porquê, do quando e do

quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir dessa entidade.

Portanto, é preciso estabelecer as relações entre “[...] o nacional/universal, o regional, o local” (MAGALHÃES, 2004, p.134), visto que construir os nexos entre a instituição, seus documentos e o contexto a que estão vinculados é que nos permite reconstruir uma narrativa que almeja abarcar a totalidade da instituição estudada.

Com este intuito, reportamo-nos ao processo de constituição de Cianorte para, então, contextualizar a escola rural no Município e no Estado.

## 2.1 A EDUCAÇÃO RURAL NO CENÁRIO CIANORTENSE

A necessidade de expandir a escolarização primária no Brasil fez com que se constituísse um modelo de escola com baixo custo e que chegasse à população que se encontrava mais afastada dos centros urbanos. Segundo Ávila,

[...] embora consideradas sinônimos de atraso ou um mal necessário, essas escolas desempenharam, à revelia da precariedade de suas instalações e de formação de seus professores, importante papel na difusão do ensino primário nas diferentes regiões do país (ÁVILA, 2013, p. 176).

As escolas rurais, também denominadas isoladas, expandiram-se no cenário da educação paranaense. Em meados do século XX, a proporção de escolas rurais aumentou significativamente no norte do Paraná, tendo em vista o intenso processo de ocupação territorial (BAREIRO, 2007).

Assim sendo, nesta subseção, temos o objetivo de contextualizar a constituição e a inserção da escola rural no Município de Cianorte, a fim de que possamos traçar a gênese do nosso objeto de estudo e concatená-lo nas discussões e análises ao longo dos textos.



### 2.1.1 A constituição do Município de Cianorte

O processo de colonização do território localizado ao norte do Estado do Paraná iniciou-se por volta da década de 1920, por meio de concessões a companhias de colonização (STECA; FLORES, 2002). A possibilidade de concretização desse processo, segundo Kohlhepp (2014), teve início pouco tempo depois da Proclamação da República, em 1889. Foram concedidas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande milhares de quilômetros quadrados de terras para que o espaço que compreende o noroeste e oeste do Estado do Paraná fosse colonizado. Porém o não cumprimento dos termos da concessão pela companhia ferroviária fez com que, anos depois, as terras fossem devolvidas ao Estado.

Nesse sentido, a “[...] Revolução de 1930 trouxe a revogação de várias concessões de terras que não tinham preenchido as condições legais dentro de prazo de 5 anos” (KOHLHEPP, 2014, p. 54). Além disso, o autor afirma que a colonização agrária do norte do Paraná foi dificultada pela presença de dois grupos distintos na região: “os intrusos”, que ocupavam as terras e delas saíam mediante uma “compensação financeira”, e os “posseiros”, cujas famílias cultivavam as terras desocupadas e tinham interesse de obter sua posse.

Após o início da década de 1930, em que as crises cafeeira e econômica mundiais atingiram o grau mais elevado no período (KOHLHEPP, 2014), a colonização do Norte Novo do Paraná iniciou seu processo por intermédio do planejamento colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, em parceria com a *Paraná Plantations Ltd.* Tais empresas eram de origem inglesa e privadas, fundadas por Lord Lovat, um escocês especialista em áreas como a agricultura, o reflorestamento e a colonização (KOHLHEPP, 2014).

A sede da CTNP era em São Paulo e tinha como objetivos realizar operações de compra e exploração de terras, além de conseguir pessoas que se interessassem em colonizá-las (KOHLHEPP, 2014). A *Paraná Plantations*, por sua vez, com sede em Londres, financiava o grande projeto de colonização. A aquisição das terras do norte paranaense pela CTNP, contou com o apoio do governador do Estado na época, Senhor Munhoz da Rocha, e foi efetivada, mediante a compra de todos os

títulos de terras legais ou falsificados e por compensações financeiras realizadas a posseiros ou intrusos, por preços muito baixos (KOHLHEPP, 2014).

Entre os motivos que levaram o Estado a apoiar as ações colonizadoras de empresas privadas, estava o fato de que acreditava que ganharia com este tipo de colonização. De acordo com Steca e Flores (2002, p. 138),

[...] primeiro porque a venda das terras para Companhias privadas, ainda que por preços baixos e doze anos para pagar, dariam maiores lucros do que as simples concessões; depois, ao serem emitidos os títulos de posse, poderiam recolher impostos dos donos dos lotes e da produção e comercialização neles desenvolvidos.

Por ocasião da II Guerra Mundial, a CTNP foi vendida a um grupo de brasileiros, entre eles funcionários da própria companhia e banqueiros de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1944. No mesmo ano, a área denominada gleba Cruzeiro, situada no norte novíssimo, foi adquirida pela Companhia. Em 1951, a empresa recebeu o nome de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP (KOHLHEPP, 2014; SOUZA, 2010).

Na década de 1950, a colonização avançou em direção às terras do noroeste. Em 26 de julho de 1953, o Patrimônio de Cianorte foi fundado pela CMNP, cujo nome homenageia a empresa. Cianorte foi elevada a município em 13 de julho de 1955. Assim como muitos municípios da região, fez parte de um processo de colonização sistematicamente planejado pela CMNP (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Muitas disputas envolveram a questão da posse de terras no Estado do Paraná. A ausência de uma política confiável de compra e venda de terras pela ação colonizadora estatal, bem como os diversos problemas com relação ao transporte e acesso às áreas urbanas, no âmbito público, diferenciavam o planejamento de colonização e povoamento das áreas pertencentes à CTNP e, mais tarde, à CMNP (KOHLHEPP, 2014).

A historiografia tem apresentado questionamentos acerca desses processos de colonização, demonstrando que não foram pacíficos, muito menos ideais, entretanto as condições com relação à prestação de serviços oferecidas pela CTNP aos colonos implementaram um projeto que favoreceu uma colonização mais intensiva no norte do Estado em meados do século XX. Segundo Kohlhepp (2014),

entre os serviços prestados pela CTNP, estavam o fornecimento de meios de transporte, subsídios para o desmatamento, cuidados médicos, construção e manutenção de escolas.

Convém esclarecer que historiadores demarcam a presença de habitantes no local muito antes do processo de colonização do norte do Estado, região em que se encontram municípios como Maringá, Londrina, Campo Mourão, Cianorte, Umuarama, entre muitos outros (TOMAZI, 1999; NOELLI; MOTA, 1999; MOTA; NOELLI, 1999; KOHLHEPP, 2014). A ação colonizadora da CTNP/CMNP, nesse sentido, “retirava” de seu caminho qualquer obstáculo que pudesse interromper seus projetos, inclusive as pessoas que já habitavam as terras, mesmo que pela via da indenização.

Além dessas questões, os impactos ambientais que resultaram de um processo de colonização intenso com o “[...] desflorestamento radical no norte do Paraná teve como consequência uma crescente instabilidade de fatores climáticos, bem como erosões extremamente fortes, cujas consequências são imprevisíveis” (KOHLHEPP, 2014, p. 194).

Quanto a esses impactos no contexto de Cianorte, Souza (2010) salienta que, ao se reportar

[...] à história de urbanização de Cianorte, fica evidente a sua inadequação em relação aos elementos físicos, com destaque para as áreas de drenagem periurbana, mesmo levando em conta o fato do agente colonizador (CMNP) ter imprimido em todos os núcleos urbanos, de sua área de colonização, o planejamento (p. 70).

Acrescenta a autora que o domínio, por parte da CMNP, das áreas vegetadas constantes no projeto original de Cianorte apenas visava lucros por meio das vendas dos terrenos e lotes urbanos (SOUZA, 2010).

Entre os impactos causados pelo intenso processo de povoamento do município, tendo em vista o rápido desmatamento e as condições do solo dessa região<sup>5</sup> somadas às ações humanas, entre os anos de 1960 e 1970, surgiram grandes erosões na extensão do município. Uma delas ficou muito conhecida como

---

<sup>5</sup> A região de Cianorte “[...] encontra-se inserida quase que por completo no domínio da Formação Caiuá” (SOUZA, 2010, p. 71). Explica a autora que este tipo de solo caracteriza-se pela fragilidade, porque contém “[...] elevados teores de areia e quantidades irrisórias de argila em superfície. Quando ocorre o desflorestamento em áreas com esse tipo de solo, os processos erosivos são imediatos” (p. 69).

“Buracão da Mãe Biela” por se referir a uma senhora que perdeu sua casa na ocasião (SOUZA, 2010).

Tal processo de povoamento, após a inauguração de Cianorte, contou com pessoas de diversos pontos do Brasil e de outros países. No livro memorialístico, cujo objetivo é preservar a história e a memória de Cianorte desde sua gênese, as autoras apresentam o resultado da pesquisa realizada no Cartório de Registro Civil do município:

Em 1955, o Ceará contribuiu com o maior fluxo populacional (25%), seguido pela Bahia, Minas Gerais, São Paulo, com 16.66% cada um e 8.33% de contribuição de paranaenses. [...] A partir de 1956, o Estado de São Paulo passou a ser o maior contribuinte na migração, para, progressivamente, ir dando lugar aos paranaenses, que em 1980, passaram a compor cerca de 44% da população de Cianorte. No ano de 1960, registra-se o pico do fluxo paulista com 45.16% da população entrante (CIOFFI et al., 1995, p. 54).

Durante a execução desta pesquisa, encontramos documentos de trabalhadores que atuaram no Departamento de Educação do Município entre as décadas de 1950 e 1990, denominados “Cadastros Funcionais”, que registram a origem de pessoas de outras localidades, como: municípios do interior do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além dos países Portugal e Espanha. Assim, “[...] a população que veio a se instalar na cidade era derivada de várias partes do estado, do país e do mundo, o que formou uma população mista, sem a presença de nenhuma colônia específica ou predominante” (GONÇALVES, 2013, p. 7).

Sobre a história de Cianorte, é pertinente destacar que o livro memorialístico *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros* apresenta alguns depoimentos de pessoas que participaram do processo de desenvolvimento e expansão do município, os quais indicam a presença de moradores na área, chamados pelos pioneiros de “sutis”. Vale a pena transcrever alguns deles:

Eu cheguei a ter contato com os sutis bem no início de Cianorte. A Companhia tinha interesse em removê-los daqui porque a presença deles criava obstáculos à colonização da região de Japurá, local onde se encontravam. [...] Eles apresentavam ser uma mistura de índios e caboclos [...]. Em conversa com eles, disseram que

moravam ali há muito tempo [...] (Depoimento de Celso Antonio Broetto)<sup>6</sup>

À medida que a civilização ia chegando, ia empurrando-os para mais longe, e era uma gente esquisita [...]. Quem teve mais contato com eles foi o Sr. Wilsom Ferreira Varella<sup>7</sup> [...] ele fez amizade com os sutis [...]. Como ele ficou amigo deles, na hora que foi necessário tirá-los daqui para recolocá-los mais adiante, foi o Sr. Wilsom que entrou nas negociações e ajudou [...] (Depoimento de Helena de Moraes Barros).

[...] eles eram uns caboclos que estavam se apossando da Companhia. A companhia pagou a eles, indenizou-os, mas tirou eles de lá. (Depoimento de José Sebastião Pereira) (CIOFFI et al., 1995, p. 43-45; 47).

Em consonância com estes depoimentos, afirmamos, amparados em Schelbauer (2014) e Tomazi (1999), que a questão do povoamento do território da região de Cianorte não ocorreu de forma pacífica, uma vez que as terras não estavam totalmente desabitadas. Tomazi (1999) veicula a informação de que a violência esteve presente na questão da posse da terra no norte do Paraná, já que

[...] existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam desde há anos, contra terceiros, geralmente de pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a “grilagem” de terras, bem como pistoleiros e “jagunços”) para manter os seus domínios. De sorte que muitos capítulos da história da (re)ocupação da terra do Paraná, neste século, foram escritos com fogo e sangue [...]. A questão das terras na região norte do estado do Paraná, portanto, não é uma questão pacífica como muitos querem afirmar (p. 66-67).

No caso de Cianorte, embora os depoimentos revelem a presença dos “sutis” e que os mesmos tiveram que ser retirados do local, já que eram vistos como ameaças à colonização, ao mesmo tempo informam que eram “[...] super pacíficos, gente muito tranquila, caboclos mesmo. Gente boa” (CIOFFI et al., 1995, p. 45). Percebem-se, assim, contradições existentes entre os depoimentos dos pioneiros e a historiografia. Tais contradições evidenciam a forte presença dos discursos voltados ao “progresso”, veiculados pela CMNP, muitas vezes reproduzidos acriticamente.

<sup>6</sup> Primeiro funcionário do primeiro posto de saúde de Cianorte (CIOFFI et al., 1995).

<sup>7</sup> Primeiro prefeito de Cianorte, eleito em outubro de 1955, após a elevação de Patrimônio à Município de Cianorte (CIOFFI et al., 1995).

Assim como em outros municípios do Estado, inicialmente, a população habitava, em maior número, a zona rural. Este quadro teve suas modificações ao longo dos anos que recortam esta pesquisa, demonstrando a mobilidade do campo para a cidade. Entre as décadas de 1960 a 2010, dados do censo demográfico, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstram o progressivo aumento da população urbana e o conseqüente decréscimo da população rural. A tabela a seguir demonstra esta afirmativa:

Tabela 01 – Evolução da população urbana e rural de Cianorte.

Localização	Ano					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Urbana</b>	...	23.936	29.406	37.852	49.637	62.282
<b>Rural</b>	...	29.089	20.232	11.997	7.753	7.676
<b>Total</b>	31.987	53.025	49.638	49.849	57.390	69.958

**Fonte:** Dados de Censos Demográficos organizados pela autora (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Além da movimentação evidenciada por meio da tabela 1, observa-se que o número populacional total teve uma queda entre as décadas de 1970 e 1980, obtendo pequeno aumento em 1991. A partir de 2000, o número total de residentes em Cianorte aumentou consideravelmente, mas o número de moradores da zona rural continuou a diminuir.

Com a desocupação do espaço rural de Cianorte em grande escala, os investimentos em educação tomaram rumos diferenciados na política do município, diante da suposta ausência de necessidade de manter escolas no campo. Sobre a questão da educação rural em Cianorte, nosso próximo passo será a contextualização das escolas rurais neste município. Neste sentido, há que se considerar que a história se constrói singularmente, porém sob influências de um contexto maior. Portanto, os aspectos que engendram a educação rural no Paraná e no Brasil fazem parte da abordagem que contextualiza o tema em Cianorte.

### 2.1.2 A escola rural no contexto de Cianorte

Em meados do século XX, a escolarização primária se constituía um desafio a ser vencido no Estado do Paraná. O número de instituições primárias não atendia à demanda de crianças em idade escolar. O governador Moisés Lupion relatou a preocupação do Estado:

No que se refere ao ensino primário, é sabido de todos o nosso profundo déficit em unidades escolares, em todo Estado. Evidentemente, tal déficit não pode ser sanado no primeiro instante e as medidas adotadas para enfrentá-lo tinham de ser medidas de emergência. Com essa preocupação, determinamos que, na abertura das aulas das escolas daquele grau, se procurasse recolher em nossos grupos e escolas isoladas existentes tôdas as crianças que batessem às suas portas. [...] Parece-nos que é mais justo dar um pouco a todos, do que recusar a muitos e muitos o que se dá a alguns (PARANÁ, 1956, p. 12).

A presente citação faz parte da Mensagem de Governo do Estado do Paraná, Senhor Moisés Lupion, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária no ano de 1956. Ela nos permite interpretar, inicialmente, o contexto da educação no Estado do Paraná na década de 1950, especialmente nos anos de 1955 e 1956, momento em que Cianorte apontava como um núcleo em desenvolvimento, com sua elevação a município em 1955, após sua fundação em 1953.

Segundo a mensagem, as escolas isoladas deveriam atender a todas as crianças, cujas famílias procurassem por escolarização. Possivelmente, a medida tomada pelo governo sobrecarregou as escolas que, por sua vez, não tinham os recursos necessários à sua manutenção. No caso de Cianorte, as escolas isoladas estavam por ser construídas.

No contexto do Brasil, durante o século XX, as escolas isoladas se configuravam como um modelo de escola que atuaria com muitos objetivos e poucos recursos a fim de democratizar o acesso à educação às populações menos favorecidas. Dadas as condições especialmente agrárias do país, a maioria da população concentrava-se na zona rural e em locais mais afastados da zona urbana (SCHELBAUER, 2014).

Os grupos escolares, modelo de escola graduada, situavam-se nos centros urbanos e não estavam à disposição do povo trabalhador rural. Segundo Faria Filho

e Vidal (2000), os grupos escolares se constituíram como escolas-monumentos, com uma arquitetura que se propunha superar o atraso das escolas de primeiras letras que vigorou antes da República.

De acordo com Souza (2009, p. 29), este modelo de escola “[...] colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe, para cada classe, um professor” e denotava a modernização educacional que a República queria projetar. Tinha caráter de monumento, por sua vez muito oneroso, ficando visível a contribuição massiva dos outros modelos de escolas na educação do povo, sobretudo as escolas isoladas. Estas, segundo Saviani (2010, p. 172),

[...] chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem.

Informa Ávila (2013, p. 32) que “[...] as escolas primárias localizadas na zona rural brasileira receberam ao longo da Primeira República diferentes denominações conforme a região em que estavam instaladas”, tais como: escolas preliminares, escolas rurais, escolas isoladas, escolas isoladas rurais e escolas rudimentares<sup>8</sup>.

No cenário nacional, na primeira metade do século XX, o debate sobre a necessidade de manter o homem no campo se configurava como discurso a fim de manter a economia do país pautada na agricultura, além de delegar à escola pública o papel de formar o camponês para a lida com a terra por meio de conhecimentos sistematizados sobre as técnicas agrícolas. Como explicam Schelbauer e Gonçalves Neto (2013, p. 87):

O potencial agrícola da maior parte dos estados da federação conduzia o olhar sobre a vocação agrária do país, no qual o centro da questão consistia em criar estímulos ao trabalhador do campo para deixar a economia de subsistência e produzir dentro das novas regras de um mercado mundial. Sob este aspecto, a escola pública

---

<sup>8</sup> Segue a denominação das escolas por Estado, de acordo com Ávila (2013, p. 32): “[...] No Estado de São Paulo, por exemplo, eram conhecidas como escolas preliminares, depois, como escolas rurais e escolas isoladas (SÃO PAULO, 1912; 1915; 1919). Em Santa Catarina, escolas rurais e, na sequência, escolas isoladas (SANTA CATHARINA, 1908; 1920a). No Território do Acre, escolas isoladas (TERRITÓRIO DO ACRE, 1922), no estado do Mato Grosso, escolas isoladas rurais (MATO GROSSO, 1927), na Bahia, escolas rurais (BAHIA, 1925), no Rio Grande do Norte, escolas isoladas e escolas rudimentares (RIO GRANDE DO NORTE, 1925a, 1925b) e, em Minas Gerais, escolas rurais (MINAS GERAES, 1927)”.



passava a ser concebida como saída emergente, especialmente pela difusão das escolas primárias por causa do alto número de analfabetos residentes no meio rural. Mas também, pelo ensino agrícola técnico-profissional e superior, o qual formaria o trabalhador do campo, apto ao conhecimento das novas técnicas de produção e plantio, fundamentais ao desenvolvimento econômico do país.

As escolas rurais promoveriam, além dos necessários conhecimentos sobre higiene, habitação, alimentação e instrução para a sobrevivência, o conhecimento pertinente ao trabalho com a terra, priorizando a modernização do campo e, conseqüentemente, alargando a produção e a economia (MIGUEL, 2007).

Schelbauer (2014) aponta a existência de 120 escolas primárias rurais, relatadas em mensagem de governo, referente ao exercício dos anos de 1924 a 1928, e descreve as suas características, evidenciando sua presença no período de colonização: “Essa escola primária, subvencionada mediante acordo com o governo federal, situava-se, sobretudo, nas zonas de colonização e configurava-se como escolas isoladas, regidas por um único professor, em salas multisseriadas” (p. 81).

O Paraná viveu um intenso processo de colonização e povoamento de suas terras em meados do século XX. Com relação ao período de 1930 a 1960, Schelbauer (2014) afirma que os governos do Estado<sup>9</sup> foram “[...] caracterizados por práticas administrativas voltadas ao povoamento do território, por meio dos trabalhos de colonização das regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Estado [...]” (p. 77). Nesse sentido, os esforços para desenvolver e modernizar o Estado, no período, transitavam entre a agricultura, o transporte para o escoamento da produção e a educação do povo.

Tendo em vista a ocupação do interior do território paranaense e o baixo custo, as escolas isoladas se disseminaram, sustentando a expansão da escolarização primária. Assim, a escola rural teve papel relevante no movimento de colonização do Estado do Paraná, uma vez que as famílias concentravam-se na zona rural e lutavam pela educação de seus filhos.

A colonização do Norte e Sudoeste do Estado ocorreu com a ocupação da área rural pelas frentes pioneiras o que contribuiu para a predominância da população rural sobre a urbana no Estado do Paraná. À medida que ocorria a fixação das comunidades rurais

---

<sup>9</sup> No período mencionado, temos “[...] os governos de Manoel Ribas, como interventor (1932-1935 e 1937-1945) e governador (1935-1937), Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) como governadores” (SCHELBAUER, 2014, p. 77).

também eram implantadas as escolas para essas comunidades fruto da iniciativa destas (BAREIRO, 2007, p. 98).

Quanto às modalidades de escolas rurais existentes no Paraná, Schelbauer (2014) descreve os tipos de denominações e modelos que favoreceram o acesso à educação no meio rural entre as décadas de 1930 e 1960, paralelamente às escolas urbanas. São elas: “[...] as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores, [...] o grupo escolar rural e a escola primária rural, modelo de escola isolada que atendia às populações rurais, também denominadas nos documentos como Casa Escolar Rural” (p. 80).

Em Cianorte, as escolas rurais que permaneceram em funcionamento entre as décadas de 1950 e 1990 se ajustam ao modelo de escola isolada informado por Schelbauer (2014), com estrutura simples e edificada no meio rural, embora com várias denominações nos documentos, tendo como organização classe multisseriada e unidocente.

As denominações encontradas nos arquivos escolares deste município foram: Escola Isolada, Escola Rural, Escola Rural Municipal, Escola Municipal ou apenas Escola. Souza (2009), ao analisar as condições dessas escolas no Estado de São Paulo entre 1890 e 1976, afirma que “[...] caracterizavam-se durante o século XX pela carência e abandono. [...] Casas de tábuas, barracos, casebres e algumas edificações em alvenaria” (p. 149), nas quais os professores realizavam várias tarefas além de ensinar; tais como, fazer a merenda e cuidar do asseio. Essas funções, muitas vezes desempenhadas pelos docentes, devem-se ao fato que não havia funcionários para serviços gerais ou administrativos. Em Cianorte, a iconografia e demais documentos existentes sobre as escolas rurais aproximam nosso entendimento da afirmação de Souza (2009) quanto às suas características.

Com relação à educação do município, segundo Gonçalves e Schelbauer (2011), a primeira escola foi criada em 1955, na zona urbana, em ação conjunta entre a CMNP e moradores. A CMNP doou a madeira para a construção e os móveis foram feitos pela comunidade. “Dois meses depois foi registrada na Inspeção de Peabiru com o nome Casa Escolar Cianorte. Dona Alvina Gavioli foi a primeira diretora, permanecendo no cargo até 1962” (CIOFFI et al., 1995, p. 359-360). Antes disso, porém, os depoimentos de dois pioneiros lembram a iniciativa dos primeiros colonizadores, preocupados com a educação de seus filhos.

Não havia escola. Dentre os primeiros moradores se apresentou como sendo professora a Dona Alvina Gavioli. Havia vindo de Minas Gerais onde exercia a função de professora e se propôs a lecionar. Os líderes da comunidade mostraram interesse porque tinham filhos que precisavam frequentar a escola. Em contato com o prefeito de Peabiru, que era sede do município na época, o mesmo credenciou-a para lecionar. Num salão comercial cedido por alguém foi organizada a escola onde Dona Alvina passou a lecionar para dezenas de alunos (Depoimento de Celso Antonio Broetto). Então lá estava D. Alvina sentada no assoalho porque não havia carteiras. Estava com um caderno na mão fazendo as matrículas dos primeiros alunos (Depoimento de Mateus Biazzi) (CIOFFI et al., 1995, p. 359-360).

Com base nos documentos disponíveis sobre a escolarização primária rural referente ao período de 1950 a 1990, constatamos que as três primeiras escolas rurais no município foram construídas no ano de 1956. Gradativamente, esse número aumentou de acordo com o crescimento da população rural. Segundo registros nos documentos da época, nos anos seguintes, foram construídas mais oito escolas rurais, chegando a onze construções na década de 1950. A década de 1960 se apresentou com registro de maior número de construções, totalizando 48, enquanto que, na década de 1970, encontramos o registro de construção de apenas três escolas: Marechal Costa e Silva, General Emílio Garrastazu Médici e Dom João Bosco. O número total chegou a 62 unidades na extensão rural de Cianorte (CIANORTE, 1962-1979; 1978-1999; 1989; s/dc).

A partir da década de 1970, poucas unidades escolares foram construídas. Nesse período, ocorreu a geada de 1969, que causou sérios prejuízos na colheita do café em 1970, e acelerou-se a migração de parte da população rural para a zona urbana no norte do Estado (KOHLHEPP, 2014). Além disso, de acordo com Capelo (2000), o baixo preço do café, o aumento da produção internacional e as exigências do mercado somados à inserção da legislação trabalhista no meio rural e a consequente mudança para a forma de trabalho assalariado contribuíram para a policultura e para a desocupação progressiva do campo desde meados da década de 1960, evidenciando a queda da cafeicultura.

Em Cianorte, começou a ocorrer, com início em 1970, uma inversão na estatística populacional entre as zonas rural e urbana. Os índices, nessa década, apontavam que 45,14% da população residiam na zona urbana e 54,86% na zona rural. Dez anos depois, no ano de 1980, registrava-se o percentual de 59,24% de

residentes na zona urbana contra 40,76% na zona rural (IBGE, 1970; 1980 respectivamente).

Mesmo diante desse contexto, as escolas rurais multisseriadas e unidocentes permaneceram em funcionamento por quase quarenta anos. Sua reorganização, na década de 1990, promoveu mudanças na estrutura para o atendimento das crianças na zona rural até o ano de 1999.

Dessa forma, tendo como base os registros de construções das primeiras escolas rurais no ano de 1956, consideramos que esta data marca o início da Era das escolas rurais no Município de Cianorte. Com relação à extinção destas escolas, podemos considerar o ano de 1998 como o último em que as escolas tiveram seus prédios localizados na zona rural, atendendo a esta população, uma vez que os processos de nucleação das escolas rurais se efetivaram durante a década de 1990, concentrando professores e alunos em seis unidades escolares. Mas, em 1999, a última unidade escolar rural sofreu alterações quanto à sua localização, passando a funcionar na zona urbana. A tentativa, revelam os documentos analisados, era de que a nucleação favorecesse o fim de classes multisseriadas, consideradas “contraproducentes” por seus idealizadores no município (CIANORTE, 1997d).

Muitas escolas rurais do Estado do Paraná passaram pelo processo de nucleação, também entendido como consolidação das escolas rurais, o qual consistia em concentrar professores e alunos de pequenas unidades escolares dispersas na zona rural em um prédio maior e com melhor estrutura para o ensino, minimizando os custos. Isto era possível mediante a utilização do transporte escolar e favorecia a organização de classes unisseriadas (CAPELO, 2000; BAREIRO, 2007; TIBUCHESKI, 2011). Esclarece Ramos (1991) que, além desses objetivos, as escolas rurais consolidadas visavam ampliar o atendimento para oito anos, fato que não ocorreu em Cianorte.

Muitos recursos foram direcionados às escolas-núcleo, com reformas, ampliações e aquisição de materiais e equipamentos, além dos esforços empreendidos na tentativa de convencer as famílias a enviarem seus filhos às escolas nucleadas, que, muitas vezes, ficavam distantes dos sítios e fazendas onde residiam. Além disso, as condições do transporte escolar eram precárias e as poucas unidades disponíveis ficavam superlotadas.

Entretanto, a nucleação não garantiu a permanência dessas escolas na zona rural de Cianorte, sendo cessadas suas atividades no final do ano letivo de 1998. Em 1999, os alunos foram transferidos novamente a outra instituição escolar rural, sob a argumentação da Secretaria Municipal de Educação de que o número de alunos havia reduzido consideravelmente. No mesmo ano, a escola foi transferida para a zona urbana, alterando sua denominação e domicílio no ano de 2000, deixando de ser reconhecida como escola rural. Com a concentração de alunos e professores em uma unidade escolar na zona urbana e a utilização de recursos federais, as condições do transporte melhoraram, acalmando, pelo menos em parte, as famílias. Pontuamos que nem todas as escolas rurais foram extintas oficialmente. Algumas delas sofreram alterações quanto à sua denominação ou domicílio, permanecendo em atividade, na zona urbana, até os dias atuais, como foi o caso das Escolas: Castro Alves, Dom João Bosco, General Ernesto Geisel e João Bueno de Godoy.

Concluída a contextualização das escolas que são objeto deste trabalho, veremos, na sequência, o repertório de documentos que nos remetem às suas formas de existir.

## 2.2 DOCUMENTOS LOCALIZADOS NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

É importante salientar que podemos caracterizar a maioria dos documentos do arquivo aqui descritos como “acervo textual”. Esta denominação compartilhamos do Projeto de Pesquisa que resultou na organização do livro *Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: inventário de fontes documentais* (MORAES; ALVES, 2002). Há também documentos iconográficos que se referem às escolas rurais. São fotografias agregadas a documentos, pastas e livros etc. Organizamos um acervo digitalizado das principais fontes documentais e iconográficas existentes e disponibilizamos nas instituições em que a pesquisa foi realizada.

A seguir, teremos a descrição dos documentos encontrados nos arquivos da Prefeitura do Município de Cianorte, especificamente na Divisão de Documentação Escolar, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação.

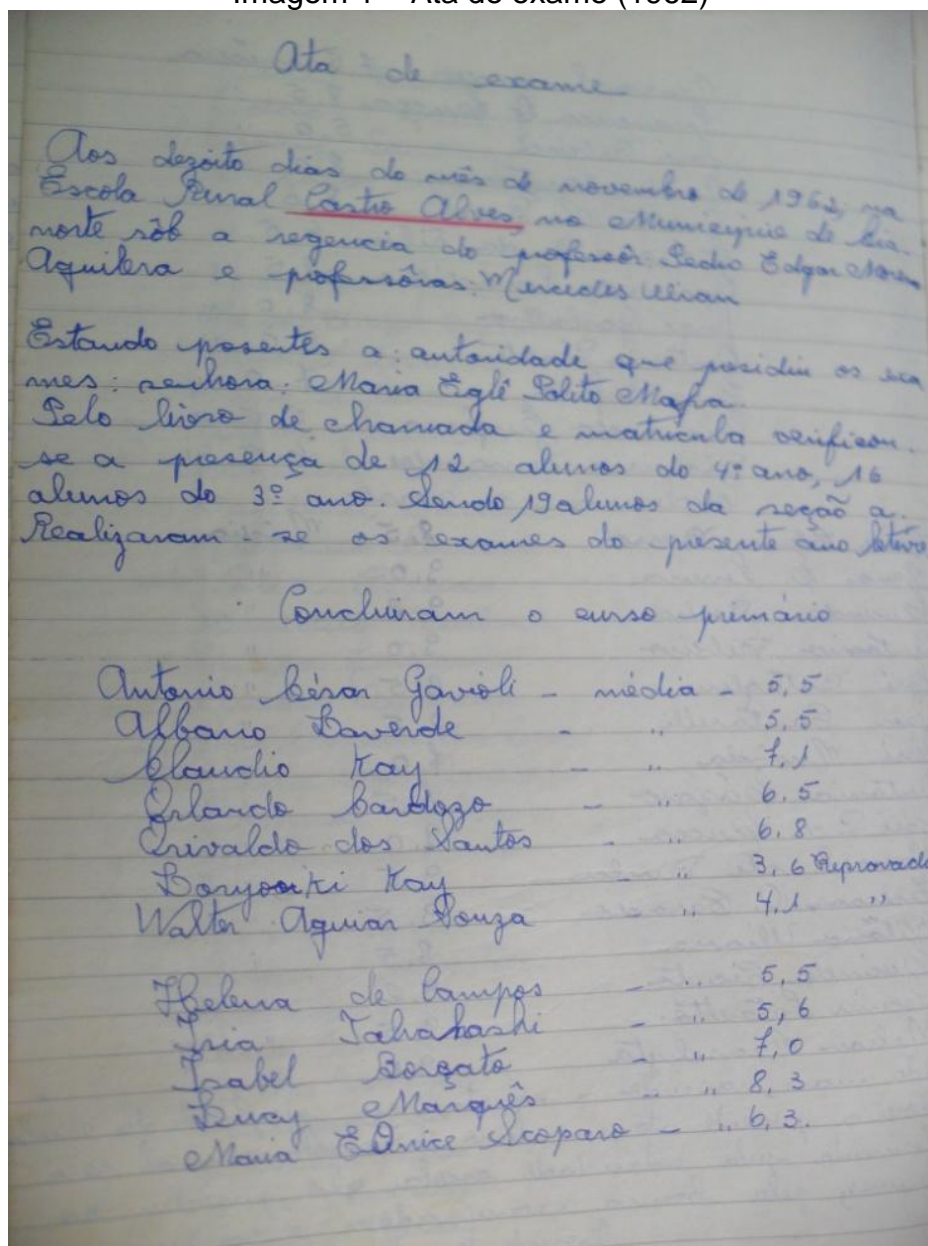
### **a) Livros Ata de exames**

Os “Livros Ata de exames”, catalogados em pesquisa anterior (GONÇALVES; SCHELBAUER, 2011), referem-se a vinte e sete Livros Ata que datam entre 1962 e 1979, acervados na Divisão de Documentação Escolar, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, na sede da Prefeitura do Município de Cianorte. Estes documentos eram destinados aos registros de aplicação de exames finais das escolas primárias rurais, com informações sobre a denominação das escolas, ano letivo, número de alunos presentes, notas dos alunos e resultados de aprovação e reprovação (CIANORTE, 1962-1979).

Não foram encontrados registros relacionados ao conteúdo escolar e frequência dos alunos nesses ou em outros documentos referentes a esse período, embora as atas registradas em seu interior indiquem a existência de “livro de chamada e matrícula”. A legislação vigente, no momento, LDB 4024/61, em seu artigo 28, alínea b, trazia a indicação de promoção ao “[...] incentivo e a fiscalização da frequência às aulas” (BRASIL, 1961).

A imagem, a seguir, refere-se a uma ata de exame final, com a indicação referente ao livro de chamada e matrícula mencionado. Além dessa informação, registra a presença de dois professores regentes por ocasião da realização dos exames finais, uma vez que a LDB nº 4024/61 exigia uma Comissão, da qual os professores deveriam fazer parte. Os presentes referem-se a alunos somente da 3ª e 4ª séries, “sendo 19 alunos da seção a”. A “seção a” indica que são alunos que iniciaram seus estudos há pouco tempo e que não estariam aptos a realizarem exames, conforme encontramos esta indicação em outras atas (CIANORTE, 1962-1979).

Imagem 1 – Ata de exame (1962)



Fonte: Livro Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979).

Observa-se que os nomes dos alunos estão divididos por gênero, primeiro os meninos e, a seguir, as meninas. Entendemos que se trata de uma antiga prática, uma vez que as classes multisseriadas das escolas rurais eram mistas. Além disso, não há permanência desse procedimento em todos os documentos analisados.

Verificamos que, em 1962, como na imagem anterior, entre as informações nas atas sobre os presentes, o número de alunos e as séries correspondentes, constam registros do nome do aluno, a média final e o resultado "Reprovado" para aqueles que não obtiveram o resultado mínimo necessário à promoção. De 1963 até 1973, acrescentava-se apenas o registro de AP (aprovado). A partir de 1974 até

1977, os registros referem-se a nome do aluno, idade, notas dos componentes curriculares da época: Português, Matemática e Estudos Sociais. Em seguida, há a informação sobre a média atingida pelo aluno nos exames e se o aluno era ou não repetente. A partir de 1978, passou-se a registrar, respectivamente: nome do aluno, idade, informação se o aluno era ou não repetente e notas dos componentes curriculares: Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências e Estudos Sociais e a Média Final (CIANORTE, 1962-1979). O registro da idade aparece em toda a série documental, observando-se que crianças e adolescentes com idades distintas frequentavam a mesma classe. Lembramos que foi na década de 1970 que o planejamento para a implantação da Lei 5692/71 aparece nas mensagens de governo consultadas, demonstrando o início da mudança na forma de efetuar os registros escolares.

O material encontra-se desgastado pela ação do tempo, entretanto, em geral, não compromete a sua leitura. Alguns livros apresentam folhas soltas e outras em decomposição. A imagem 2 permite visualizar um pouco o estado dos documentos, já amarelados e enfaixados com fita adesiva. Os números, colados nas lombadas, indicam o ano ou anos a que se refere cada livro.

Imagem 2 – Livros Ata de Exames das Escolas Rurais



**Fonte:** Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1962-1979).

Merece registro o fato de que as escolas foram denominadas nos Livros Ata de várias formas, a maioria como: Escola Isolada, Escolas Rurais e Escolas



Municipais; em menor número, constam as escolas particulares e confessionais: Escola Evangélica, Escola Particular Evangélica, Escola Rural Particular Luterana e o Educandário Nossa Senhora do Rosário.

No Livro 02, datado de 1966, entre as vinte e três escolas registradas, consta o registro de exames finais do Grupo Escolar Cianorte, sendo que as atas foram redigidas pelos professores das turmas, com os resultados “aprovado” ou “reprovado” por série. Observa-se, dessa maneira, que cada classe do Grupo Escolar contava com um professor. Tais registros apontam para a existência de um Curso Noturno, que atendia alunos entre 12 e 45 anos (CIANORTE, 1962-1979).

Foi possível identificar que os Livros Ata trazem em suas aberturas diferentes informações quanto à sua destinação: “Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte”, “Atas de exames” e “Atas de exames das Escolas Municipais de Cianorte”. Não há folhas destinadas ao registro de abertura nos livros datados de 1972/1973 e 1975, as quais devem ter sido perdidas. Nos livros referentes aos anos de 1976 e 1979, não constam registros de termos de aberturas. O quadro 1, organizado por Livro Ata, auxilia na visualização desses dados, bem como a denominação e número de escolas registradas nestes documentos:

Quadro 1 – Livros Ata de exames das escolas rurais – 1962 a 1979.

LIVRO/ ANO	TERMO DE ABERTURA	DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS	NÚMERO E LOCALIZAÇÃO		TOTAL
			Rural	Urbana	
1962	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Rural; Escola Evangélica.	25	01	26
1963	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Rural; Escola Rural Particular Luterana; Escola Particular Evangélica.	26	02	28
1964 (Livro 01) <sup>10</sup>	Não consta	Escola Isolada; Escola Rural.	29	-	29
1964 (Livro 02)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Isolada; Escola Evangélica; Educandário Nossa Senhora do Rosário.	03	02	05
1965 (Livro 01)	Atas de exames	Escola Isolada.	25	-	25

<sup>10</sup> Tendo em vista a existência de mais de um Livro Ata com registros referentes ao mesmo ano letivo, utilizamos números “Livro 01”, “Livro 02” e Livro 03” para diferenciá-los e facilitar a compreensão, de acordo com a própria organização destes documentos.

1965/1966 (Livro 02)	Atas de exames	Escolas Isoladas; Curso Noturno de Cianorte; Escola Evangélica.	1965: 15 1966: 01	1965: 02	1965: 17 1966: 01
1966 (Livro 01)	Atas de exames	Escola Isolada.	25	-	25
1966 (Livro 02)	Atas de exames	Escola Isolada; Grupo Escolar.	22	01	23
1967 (Livro 01)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Isolada; Escola Evangélica.	25	01	26
1967 (Livro 02)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Isolada.	26	-	26
1968/1969 (Livro 01)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Isolada; Escola Municipal.	1968: 26 1969: 36	-	1968: 26 1969: 36
1968/1969 (Livro 02)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Isolada; Escola Municipal.	1968: 32 1969: 23	-	1968: 32 1969: 23
1970 (Livro 01)	Atas de exames das Escolas Isoladas de Cianorte	Escola Municipal; Escola.	23	-	23
1970 (Livro 02)	Atas de exames das Escolas Municipais de Cianorte	Escola Municipal; Escola.	23	-	23
1970/1971 (Livro 03)	Atas de exames	Escola Municipal; Escola.	1970: 13 1971: 16	-	1970: 14 1971: 16
1971 (Livro 01)	Atas de exames	Escola Municipal; Escola.	20	-	20
1971 (Livro 02)	Atas de exames das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	25	-	25
1972/1973	Não há folha	Escola Municipal.	1972: 59 1973: 41	-	1972: 59 1973: 41
1973/1974	Atas de exames	Escola Municipal.	1973: 19 1974: 11	-	1973: 19 1974: 11
1974/1975/ 1976	Atas de exames das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	1974: 52 1975: 01 1976: 09	-	1974: 52 1975: 01 1976: 09
1975 (Livro 01) <sup>11</sup>	Não há folha	Escola Municipal.	33	-	33
1975 (Livro 02)	Não há folha	Escola Municipal.	26	-	26
1976	Não consta	Escola Municipal.	50	-	50

<sup>11</sup> Nos livros referentes ao ano de 1975, utilizamos livro 01 e 02 de acordo com a data da 1ª ata, visto não haver folha destinada ao termo de abertura nos dois livros.

1977 (Livro 01)	Atas de exame das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	29	-	29
1977 (Livro 02)	Atas de exame das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	28	-	28
1978 (Livro 01)	Atas de exames das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	52	-	52
1978 (Livro 02)	Atas de exames das escolas municipais de Cianorte	Escola Municipal.	03	-	03
1979	Não consta	Escola Municipal.	54	-	54

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Livros Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979).

Embora o quadro anterior apresente registros do Grupo Escolar Cianorte e das escolas particulares e confessionais, estas instituições funcionavam na área urbana<sup>12</sup>. As demais escolas, denominadas isoladas, municipais ou apenas escolas, tinham seus prédios localizados nos patrimônios de Vidigal e São Lourenço, atuais distritos de Cianorte, e na zona rural do município. Ressalta-se, portanto, o número expressivo de escolas rurais em funcionamento, registrado em cada Livro Ata.

No entanto, as escolas rurais existentes no Estado do Paraná não atendiam toda a demanda por escolarização. Na década de 1960, o censo demográfico apontou que havia 378.429 crianças entre 10 e 14 anos que residiam na zona rural. Destas, 163.375 apresentavam-se sem instrução primária em todo o Estado (IBGE, 1960).

## **b) Documentos sobre educação de adultos: livros ata e boletins mensais**

Encontramos quatro Livros Ata com informações específicas sobre o atendimento de alunos adultos. O primeiro Livro Ata analisado apresenta registros de 1975 a 1981, e refere-se ao Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL<sup>13</sup>

<sup>12</sup> As escolas denominadas nos documentos como Escola Evangélica, Escola Particular Evangélica e Escola Rural Particular Luterana se referem à mesma instituição, apenas sofrendo alterações quanto à sua denominação.

<sup>13</sup> O Mobreal foi criado em 15 de dezembro de 1967, pela Lei nº 5379/67 (BRASIL, 1967).

e dois de seus programas: Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e Programa de Educação Integrada (PEI), que funcionavam em instituições urbanas e rurais. Neste, encontram-se registros de entrega de certificados aos alunos referentes aos anos de 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981 (CIANORTE, 1975-1985).

O segundo refere-se a um Livro Ata de reuniões, no qual observamos registros de encontros realizados com os professores do PEI, do PAF e com monitores do Programa Pré-Escolar<sup>14</sup>, os quais faziam parte dos programas do MOBRAL. Nessas reuniões tratavam dos seguintes assuntos: sugestões por parte dos monitores; substituições; troca de experiências; sugestões de atividades; preocupação com o índice de analfabetismo no município; reuniões de mães – integração comunidade/escola, higiene; como aplicar matérias relacionadas a datas comemorativas; como aplicar provas com as palavras geradoras, numerais e quatro operações; relatos sobre situação dos alunos; confecção de materiais pedagógicos; Boletim de frequência; Diário; Planejamento e Avaliação. A existência de fotografias referentes ao Programa Pré-escolar, entre elas a que retrata a primeira turma do pré-escolar do MOBRAL, em 1982, indicam sua presença no município tanto em escolas rurais como urbanas (CIANORTE, 1975-1985).

No terceiro Livro Ata, identificamos Atas de Conselho de Classe, porém não localizamos o período a que se refere.

O quarto Livro Ata denomina-se “MOBRAL – Registro dos alunos”, do período de 1977 a 1985. Os registros constantes neste documento indicam que os alunos adultos eram atendidos tanto em escolas urbanas como em escolas rurais (CIANORTE, 1975-1985).

Além dos Livros Ata já descritos, encontramos outros materiais com registros de entrega de diplomas e dois Livros Ata caracterizados como “Álbum do MOBRAL”, com fotografias e recortes de jornais com notícias sobre o programa no município. Destacam-se, nesses álbuns, as fotografias dos alunos das classes de alfabetização, dos eventos em que participaram e das turmas do pré-escolar (CIANORTE, 1975-1985).

Outros documentos sobre a educação de adultos, como boletins mensais, com dados sobre a atuação dos professores no PEI, também fazem parte deste

---

<sup>14</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, a partir de 1981, “[...] atendeu à convocação do MEC para voltar suas ações prioritariamente ao atendimento pré-escolar [...] sem no entanto abandonar a educação de adultos e adolescentes” (SCHULTZ, 1983, p. 115). Além disso, o MOBRAL conduzia dez programas, em nível nacional, entre eles o Programa Pré-escolar (COELHO, 2007).

acervo. Por meio desses documentos, observamos que as escolas rurais eram utilizadas pelo PEI para a realização do trabalho com os adultos. A imagem 3, a seguir, refere-se ao Boletim do 8º mês, com dados sobre a execução do programa:

Imagem 3 – Boletim Mensal de Ajuda (1985)

**BOLETIM DO 8º MÊS**

Nome Completo do Professor Euclides de Matos Garque

Data do início das atividades: 15/03/85

Data de Assinatura do TC-P: 15/02/85

nº de supervisões: 0

Dados do Local de Desenvolvimento das Atividades

Estado/Território Paraná Município Cianorte

Endereço da Classe Escola Afonso Pena Nº: 206

Distrito São Lourenço Zona:  Rural  Urbana

Você Recebeu a Ajuda Referente ao Mês de Aula Anterior?  Sim  Não

Os Itens Abaixo Serão Preenchidos pelo Responsável pelo Projeto de Educação Integrada - REPEI

Convênio com:  SEC  SEMEC  ENTIDADE  COMUN  OUTROS

Data de Entrega do Boletim pelo Professor 18/11/85

Ruzilda Lavia  
Assinatura do Responsável pelo Projeto de Educação Integrada - REPEI

CIANORTE - NOVO MURAL - AÇÃO COMUNITÁRIA P.R. = AÇÃO COMUNITÁRIA

Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1985a).

Chamamos a atenção, em especial, para o campo “Dados do Local de Desenvolvimento das Atividades”, que indica o “Endereço da Classe” como a Escola Afonso Pena, situada na zona rural, conforme assinalado logo abaixo dessa informação. A imagem 3 também revela outros detalhes. Os campos onde aparecem os registros de datas nos informam o período em que o projeto foi realizado na escola, ou seja, os campos “Data de Assinatura do TC-P”: 15/02/85 e “Data de Entrega do Boletim pelo Professor”: 18/11/85. É importante atentar para o registro de uma informação a lápis abaixo do nome do Professor, que indica que há uma diferença de exatamente um mês entre a data de assinatura e o início das atividades, em 15/03/85. Ainda, deve-se observar a existência de uma parte do documento com campos que deveriam ser preenchidos pelo responsável do projeto.

Outra informação a lápis, logo acima do campo “Dados do Local de Desenvolvimento das Atividades”, indica que não houve supervisão.

O papel rosa, as letras azuis e a imagem impressa no documento, indicam que se trata de um formulário externo, embora não tenha informações da administração de origem, apenas a logomarca do programa. O carimbo, à direita da imagem do referido Boletim, traz as seguintes informações: “Novo Mobral – Ação Comum = Ação Comunitária – Cianorte-PR”, afirmando as condições de financiamento e recursos para a execução do Movimento Brasileiro de Alfabetização na década de 1980. Em consonância com o caráter do referido programa, o próprio formulário solicita a informação sobre o convênio em campo específico.

### **c) Livros Registro sobre a escolarização primária rural**

No mesmo acervo, encontramos 67 caixas de arquivo com 2.044 Livros Registro, datados entre 1977 e 1996, sendo um deles, denominado “Livro de Matrícula”, referente às matrículas das escolas primárias rurais do município. Neste único exemplar, encontramos registros de dados sobre nome, nacionalidade, sexo, filiação e profissão dos pais nos anos de 1984, 1985 e 1988 (CIANORTE, 1977-1996).

Nos Livros Registro, há informações fundamentais para a sistematização da história sobre como o ensino primário rural foi organizado. Esses documentos trazem informações, em sua capa, sobre o ano, a escola, as séries atendidas, o horário de funcionamento e o nome do docente responsável pela turma.

O timbre do Estado do Paraná, e, logo abaixo, os nomes: “Secretaria de Estado da Educação e da Cultura”, “Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR” e “Sistema de Informações Educacionais”, na parte superior do Documento, indicam se tratar de um material padronizado, encaminhado às administrações municipais para a execução dos registros escolares. Esse documento foi organizado a partir da Lei 5692/71, que norteou o Plano de Implantação da Reforma do Ensino no Estado.

Os livros, em sua maioria, encontram-se encapados tal como foram organizados pelos professores que atuaram na época. As informações escritas

manualmente na capa foram feitas pelos docentes, e evidenciam falta de algumas delas em determinados livros. A imagem 4 apresenta as informações aqui descritas:

Imagem 4 – Livro Registro (1979)

**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR  
SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

LIVRO REGISTRO

ESCOLA RURAL

MATRÍCULA  
PLANO DE CURSO ANUAL  
FREQUÊNCIA  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR  
ESTATÍSTICA

ANO LETIVO 79

ESCOLA RURAL: Arthur Bernardes

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA:

MUNICÍPIO: Cianorte DISTRITO: Vidigal

SÉRIE(S): 1a2 TURMA: "1" TURNO: diurno DAS 11 AS 15 HORAS

PROFESSOR(A): Jose Virgilio dos Santos

**Fonte:** Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1977-1996).

Conforme se pode observar na informação ao centro e no campo destinado ao nome da escola, trata-se de um Livro Registro padronizado para a “Escola Rural”, utilizado no ano de 1979. Mas não são todos padronizados com a informação “Escola Rural”. As informações impressas à direita revelam a intenção que se tem com relação aos registros: Matrícula, Plano de Curso Anual, Frequência, Conteúdo Programático, Avaliação do Rendimento Escolar e Estatística.

Em seu interior, encontramos registros de frequência nos dias letivos, relação nominal dos alunos matriculados e conteúdo programático. Nem todos trazem registros do Plano de Curso Anual, da Avaliação do Rendimento Escolar e da Estatística. Esta última refere-se à movimentação de alunos, como transferências e matrículas durante o ano letivo.

Durante a catalogação desse material, notamos a presença de três Livros Registro de atendimento de turmas “Pré-Escolar” na área rural, nos anos de 1985, 1989 e 1990, bem pouco se comparado com o número de classes de 1ª a 4ª séries. No período, a então vigente Lei 5692/71 estabelecia obrigatoriedade somente para o ensino de 1º grau, 1ª a 8ª séries, dos sete aos catorze anos. As referidas turmas de pré-escolar faziam parte do Programa do MOBREAL, como já mencionado anteriormente. Por meio das fotografias anexas aos Livros Ata “Álbum do Mobreal”, identificamos que existiram mais turmas de pré-escolar, além das registradas nos Livros Registro arquivados tanto na zona rural, utilizando o espaço físico das escolas rurais, como na zona urbana, as quais faziam uso de salas de aula de escolas estaduais e municipais (CIANORTE, 1975-1985).

Os três Livros Registro com data de 1977 são denominados “Livro de frequência e controle de notas”. Neles, observam-se registros das capacidades a serem desenvolvidas com relação aos conteúdos. Anexos a estes e em outros documentos, encontramos planejamentos de ensino.

Outro aspecto observado em três Livros Registro datados de 1982 é a presença de ensino noturno, cujos registros encontram-se organizados em séries e em livros distintos. Verificamos que tanto o horário de aula estabelecido (das 19 às 22h) como a professora regente de classe são os mesmos, o que nos leva a inferir a existência de uma classe multisseriada de jovens e adultos. Estes documentos referem-se à Escola Municipal Marechal Rondon, situada no patrimônio de Vidigal, considerada uma área rural na época.

Estes materiais configuram uma série documental, datados entre 1977 e 1996, excetuando-se os anos de 1993 e 1994, uma vez que não localizamos Livros Registros desse período. Por ocasião do fechamento das escolas rurais e da necessidade de devolver alguns terrenos aos seus proprietários, muitos documentos de perderam.



#### **d) Cadastro funcional**

O documento intitulado “Cadastro Funcional”, apresenta informações sobre professores e funcionários que atuaram no setor de educação do município.

Vários cadastros contêm uma fotografia 3x4 do trabalhador e muitos não estão preenchidos totalmente. Mesmo assim, estão registrados muitos dados, tais como: Nome do Professor ou funcionário, Data de nascimento, Cidade, Estado, Residência, Pai, Mãe, Título de eleitor - zona - secção, Carteira de identidade, CPF, Carteira profissional, Carteira de saúde, Certificado de reservista, Estado civil, Nome do cônjuge, Cursos que possui, Registro de diploma: ano, livro, folha, Escola que expediu, última série cursada, Data de admissão, Tempo de serviço, Lotação atual e Histórico com informações das mudanças dos locais de atuação ou dados sobre a admissão (CIANORTE, 1976-1991).


Esses documentos já possuíam uma organização prévia pela ordem crescente de datas de demissões, entre 1976 e 1991, o que foi mantido por nós. Ao todo, contamos 249 cadastros, os quais foram catalogados e analisados. No decorrer da pesquisa e organização dos documentos, localizamos outras fichas com especificações semelhantes.

#### **e) Documentos textuais e iconográficos sobre o processo de nucleação das escolas rurais**

Em meio aos arquivos e de forma dispersa, encontramos documentos que podem auxiliar na compreensão do processo de nucleação das escolas rurais em Cianorte. Um deles se trata de um projeto intitulado “Nuclealização (*sic*) Escolas Rurais Municipais”, com data de 17/12/1985, referente à Escola Rural Municipal Nereu Ramos, que absorveria os alunos das escolas rurais Ceará, Fernando de Noronha e Minas Gerais após melhorias em suas instalações e recursos. A intenção dessa primeira tentativa de nucleação objetivava, segundo seus idealizadores no município, concentrar alunos e professores em um mesmo espaço físico, a fim de diminuir as despesas e aumentar a qualidade do ensino, que se daria pela organização seriada.


A imagem 5 trata do referido documento, em papel timbrado da Prefeitura do Município de Cianorte e Departamento de Educação e Cultura, que nos possibilita atentar para os seus detalhes:

Imagem 5 – Projeto de Nucleação das escolas rurais municipais



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



**PROJETO :** Nuclealização Escolas Rurais Municipais

**NUCLEO :** Escola Rural Municipal "NEREU RAMOS", Estrada Aldeia, 06 Km da Sede.

**ABRANGÊNCIA :** Escola R.Mun. "Ceará", Estrada Aldeia, distante 04 Km. do Núcleo.  
Escola R.Mun. "Fernando de Noronha", Estrada/Ocaçu, 07 Km. aproxim. do Núcleo.  
Escola R.Mun. "Minas Gerais", Estrada Tucuru-tu, distante 05 Km. aprox. do Núcleo.

**OBJETIVO :** Oferecer melhoria qualitativa e quantitativa/ de ensino, oportunizando a integração e integração técnico - pedagógica - administrativa e financeira.

**AÇÕES :**

1. Melhoria no prédio: instalações sanitárias elétrica, cerca, vidros, pintura e Sistema de água (SANEPAR).
2. Reequipamento: 70 Carteiras, 03 Escrivani-nhas, 03 cadeiras, 01 armário e 04 quadro de Giz.
3. Transporte: 01 Micro - Ônibus para trans- porte de alunos (Matutino e Vespertino).

**RECURSOS HUMANOS:** 04 professores regente, 02 professores admi- nistrativo, 02 serventes.


**RECURSOS FINANCEIROS:** O montante das Ações Nº 01 e 02.

**ROS:**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:** Janeiro de 1 986 - Ações 1 e 2. As demais ações atenderão o ano letivo (fev.a dezembro).

**ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:** Departamento de Educação e Cultura, Departº / de Transporte.

CNE, 17/12/85



MARIA EGLI POLITO MARRA  
DELETORA

NEUSA MARTINI SELLA  
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1985b).

A organização deste documento demonstra a preocupação em se detalhar as ações referentes ao projeto que se almejava desenvolver. Para tanto, especifica os dados sobre Nome do Projeto, Núcleo, Abrangência, Objetivo, Ações, Recursos Humanos, Recursos Financeiros, Cronograma de Execução, Órgãos envolvidos e assinaturas dos representantes da Divisão de Educação. Com relação a este último, a assinatura da diretora no documento nos parece contraditória, uma vez que não há dados que nos permitam afirmar que as escolas isoladas rurais contavam com uma pessoa designada como diretor. As escolas rurais nem sempre contavam com funcionários, sendo que os professores, muitas vezes, se aventuravam nas mais diversas funções: assinar, providenciar a merenda, organizar a escola. Entretanto vale lembrar que os termos se modificam com relação aos seus significados com o passar dos anos. Nesse sentido, o termo “diretora” que aparece na imagem 5 refere-se a um dos cargos existentes no Departamento de Educação, na época, e não ao atual cargo de diretor, comum nas escolas públicas paranaenses.

Atenção especial deve-se ter com as especificações contidas no documento apresentado na imagem 5, por serem dados importantes à nossa pesquisa. Nota-se que os órgãos envolvidos no projeto eram o Departamento de Educação e Cultura e o Departamento de Transporte, uma vez que, para transformar uma escola em núcleo e desativar outras três que se localizavam entre quatro e sete quilômetros afastadas, como o próprio documento descreve, o transporte seria uma via fundamental para a sua efetivação.

No item “Ações”, entre as melhorias que se pretendia realizar no prédio, estavam instalações sanitárias, elétricas e sistema de água da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. Dessa forma, inferimos que essas condições, muito básicas no presente, não faziam parte da realidade das pessoas que viveram naquele momento. Atentando-se para as ações de número dois, quanto ao reequipamento da Escola Rural Municipal Nereu Ramos, seria feito mediante 70 carteiras, três escrivaninhas, três cadeiras, um armário e quatro quadros de giz.

Entre os principais objetivos, ao concentrar o atendimento da população rural em uma escola núcleo, estava o de melhorar a qualidade e a infraestrutura do ensino em classes seriadas, de acordo com os moldes da escola da zona urbana (TIBUCHESKI, 2011). No caso da nucleação da escola em questão, tendo em vista que a escola possuía duas salas de aula, o objetivo seria atender duas séries

distintas no turno matutino e as outras duas no vespertino. De fato, esta organização ocorreu nesta escola a partir do ano letivo de 1986, exceto no ano de 1992, em que a escola atuou com uma classe multisseriada. Muitas outras escolas rurais continuaram a atender seus alunos em classes multisseriadas até o ano de 1992 (CIANORTE 1977-1996; 1978-1999).

Outro documento refere-se ao Ofício nº 735/97, com data de 08 de setembro de 1997, encaminhado ao Senhor Paulo Renato de Souza, ministro da educação e do desporto em Brasília, capital do país. Trata-se de uma solicitação do prefeito do município para a aprovação do projeto de ampliação do espaço físico, bem como de liberação de recursos para melhoria da Escola Rural Municipal Tiradentes, uma vez que esta escola atenderia aos alunos das escolas desativadas: Álvares de Azevedo, Visconde de Mauá e Goiás (CIANORTE, 1997c).




Encontramos também o Projeto de Ampliação da Escola Municipal Rural Tiradentes, encaminhado ao MEC em 19/12/1997. Neste documento, redigido cerca de 12 anos após o início do processo de nucleação da Escola Rural Municipal Nereu Ramos, comentado anteriormente, é possível visualizar os objetivos da administração municipal quanto à “[...] efetivação da Nucleação e extinção das contraproducentes salas multisseriadas” (CIANORTE, 1997d), conforme consta no próprio documento, no campo 15 “Justificativa da Proposição”.

Verificamos que o referido documento foi redigido em um formulário padronizado pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC e traz os seguintes título e subtítulo: “Plano de Trabalho” e “Descrição do Projeto”. Faz referência, em campo específico (campo nº 12), à ampliação de escolas. No campo nº 13, com relação à abrangência do projeto, foi assinalada a alternativa “Ensino Fundamental Regular”. Deve-se atentar para o fato de que o documento revela a dificuldade que a educação passava, no município, com as classes multisseriadas, o que se pode observar pelo excerto do documento mencionado, expresso no campo 15: “Em decorrência dos baixos índices de produtividade ocorrida em sala de ensino multisseriadas, propomos a nucleação paulatina de escolas [...]” (CIANORTE, 1997d).

Além disso, ao final da justificativa descrita no campo 15 do documento, a Prefeitura do Município se compromete com a complementação dos valores do investimento para a execução da obra, demonstrando interesse de que as escolas

fossem agrupadas. A imagem 6 refere-se ao documento aqui descrito e possibilita a visualização desses e de outros dados.

Imagem 6 – Projeto de Nucleação da Escola Rural Municipal Tiradentes (1997)

 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO</b>		<b>PLANO DE TRABALHO</b> DESCRIÇÃO DO PROJETO		 <b>ANEXO IV</b>	
01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE <b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE</b>			02 - CGC <b>76.309.806/0001-28</b>		03 - UF <b>PR</b>
04 - N.º DO PROCESSO	05 - EXERC <b>1997</b>	06 - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS 1 - NÃO CONSIGNADOS 2 - CONSIGNADOS		07 - NOME DO BANCO <b>BANCO DO BRASIL S/A</b>	08 - COD. DO BANCO <b>01</b>
09 - NOME DA AGÊNCIA <b>CIANORTE</b>			10 - CÓD. AGÊNCIA <b>618-1</b>	11 - N.º CONTA <b>1277-7</b>	
12 - AÇÃO		13 - ABRANGÊNCIA DO PROJETO			
<input type="checkbox"/> CONCLUSÃO DE ESCOLAS <input type="checkbox"/> TRANSPORTE DO ESCOLAR <input type="checkbox"/> SAÚDE DO ESCOLAR <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTOS PARA ESCOLA OUTROS PROJETOS DE INTERESSE DO MEC (ESPECIFICAR): _____		<input type="checkbox"/> REFORMA DE ESCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS <input type="checkbox"/> CAPACIT. RECURSOS HUMANOS <input type="checkbox"/> MATERIAL DIDÁTICO/ PEDAG. <input type="checkbox"/> CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS		<input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR <input checked="" type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR <input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA <input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO ESPECIAL	
14 - DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO ◊ <i>Ampliação da Escola Rural Municipal Tiradentes, sito a Estrada Boa Sorte.</i>					
15 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO <p><i>As mudanças econômicas, sociais e políticas pelas quais passa nossa sociedade fazem com que busquemos, incessantemente, oferecer à clientela escolar uma política de Educação que vise equalizar as oportunidades educacionais não apenas em termos quantitativo de ofertar de "vagas", mas, principalmente, em termos qualitativos de preparo "global" da clientela para continuidade do processo de escolarização (1.ª a 4.ª séries):</i></p> <p><i>Nesta busca podemos reconhecer diferentes situações, transformá-las e criar alternativas de soluções, adequando à realidade da clientela almejada.</i></p> <p><i>Em decorrência dos baixos índices de produtividade ocorrido em sala de ensino multisseriadas, propomos a nucleação paulatina de escolas, o que se constitui num processo de agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural, tornando-as <b>Escolas/Núcleo</b>.</i></p> <p><i>Consciente do compromisso de oferecer à clientela um ensino de melhor qualidade e uma acomodação condizente, justifica-se o aludido Projeto na concessão de recursos para ampliação da cozinha, refeitório e sanitário, porque de acordo com o que cita anteriormente a referida escola absorve clientela escolar das Escolas Rurais Municipais desativadas: Alvares de Azevedo - Estrada Cristalina, Visconde de Mauá - Estrada Cambuci e Goiás - Estrada Ligação Terra Boa.</i></p> <p><i>Diante desta situação, evidencia-se o interesse e a necessidade da Administração em solicitar a ampliação desta área escolar acima citada, com vistas concretizar a <b>Efetivação da Nucleação e extinção das contraproducentes salas multisseriadas.</b></i></p> <p><i>Informamos que, o valor a ser gasto na ampliação da referida Escola, conforme previsto em orçamento e cronograma físico financeiro não confere com o valor solicitado no anexo V - B, visto que a Prefeitura do Município de Cianorte, compromete-se complementar com recursos próprios a diferença.</i></p>					
16 - AUTENTICAÇÃO					
DATA: 19/12/97			<b>FLÁVIO VIEIRA</b> _____ NOME DO DIRIGENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL		 _____ ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1997d).

As imagens a seguir (7 e 8) referem-se a duas fotografias que representam o “antes e depois” de uma das escolas ampliadas e reformadas a fim de atender a maior número de alunos em um mesmo local na zona rural, com a utilização do transporte escolar, conforme a justificativa e ações presentes nos três documentos apresentados, que dizem respeito ao processo de nucleação das escolas rurais.

A imagem 7 nos permite contemplar a arquitetura escolar da época. Refere-se ao prédio onde funcionava a Escola Rural Municipal Acre, em 1961, construção modesta, edificada em madeira, sem pintura e com uma sala de aula, antes da reforma e ampliação que ocorreu com o processo de nucleação na década de 1990.

Imagem 7 – Escola Rural Municipal Acre, antes da ampliação e reforma (1961)



**Fonte:** Relatório/Ficha das escolas rurais (CIANORTE, s/dc)

A imagem 8, na sequência, refere-se às instalações da mesma escola da imagem anterior, Escola Rural Municipal Acre, após a ampliação e reforma em 1995, de acordo com o projeto de nucleação das escolas rurais de Cianorte.

Percebe-se, nesse novo modelo, um prédio amplo, ainda edificado com madeira, mas com uma pintura amarela e branca, que era padrão das escolas nucleadas em Cianorte. Com uma estrutura que conta com um número maior de salas de aula, é possível visualizar uma aparência bem saneada, um espaço amplo

no pátio, assim como um espaço externo coberto que, provavelmente, era utilizado como refeitório.

Imagem 8 – Escola Rural Municipal Acre, depois da ampliação e reforma (1995)



Fonte: Pastas catálogo (CIANORTE, 1996-1999).

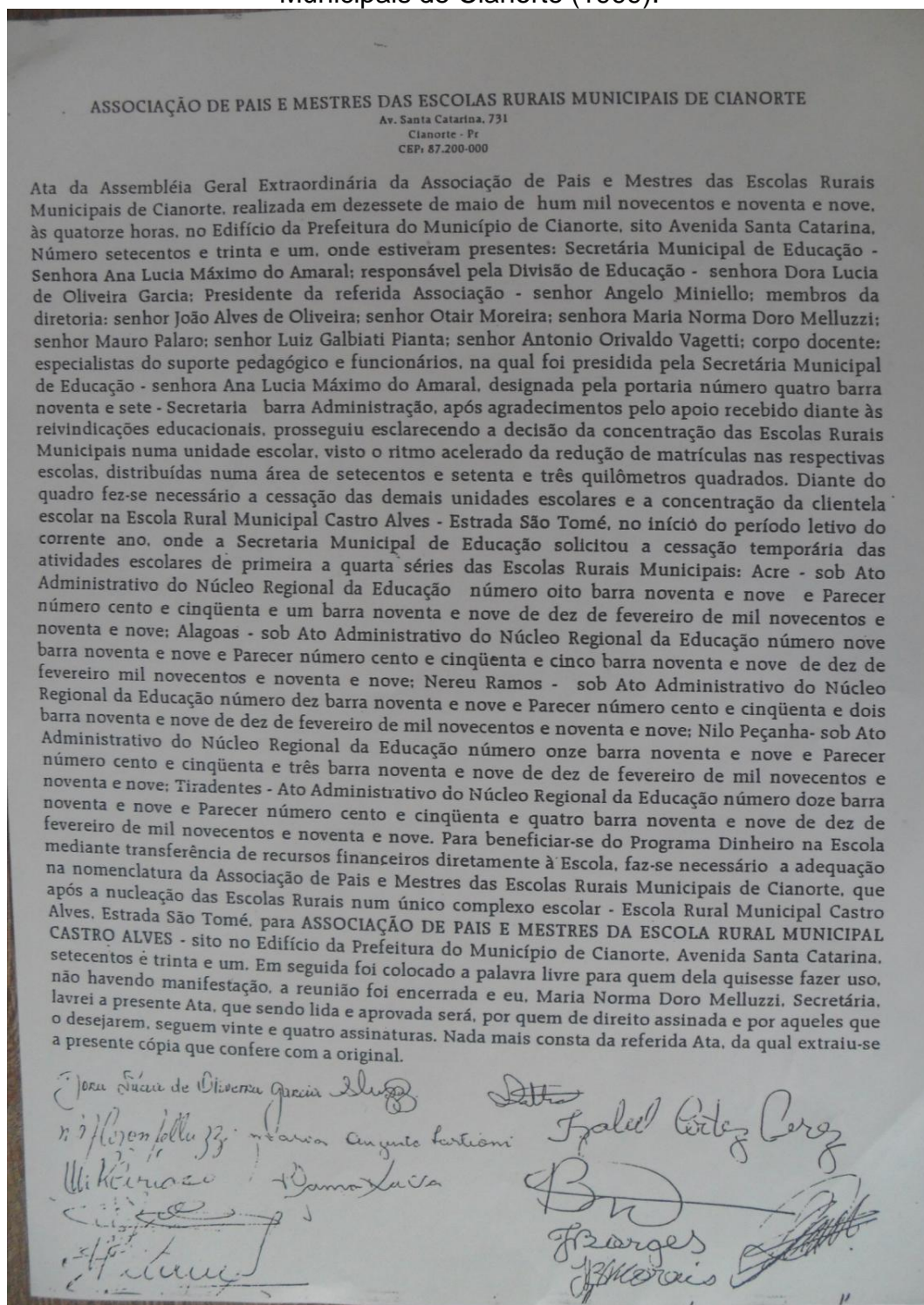
Além destas, outras fotografias fazem parte do acervo, as quais se encontram em álbum, livros ata e pastas com recortes de jornais ou anotações que guardam parte da memória das instituições.

Após a nucleação das escolas rurais em seis unidades, a administração municipal tratou de viabilizar a construção do “Estatuto da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais”, cujo documento era um dos pré-requisitos para a obtenção de recursos do Governo Federal. O estatuto foi registrado no Cartório Distribuidor em 16 de outubro de 1997, sob nº 114-97, Livro 19, folhas 07, e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em 16/10/1997, protocolado sob o nº 43661, protocolo A-3 e registrado sob nº 807, no Livro A-3, além de ser registrado no Tribunal de Contas (CIANORTE, 1997a).

Outros documentos, como ofícios, notas de requisição de materiais, lista de materiais, memorandos para solicitação de carta convite para compra de materiais escolares e orientações sobre procedimentos para obter recursos às escolas rurais, podem ser encontrados no acervo da Prefeitura.

Ainda sobre a nucleação, localizamos uma ata que se refere à “Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais de Cianorte”. A seguir, temos a imagem da cópia do documento:

Imagem 09 – Ata de Reunião da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte (1999).



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1999)



O documento registra uma reunião da APM das Escolas Rurais, na qual se apresentam os motivos pelos quais houve a decisão de concentrar os alunos das seis escolas rurais em um único espaço, com data de 17 de maio de 1999, a um pequeno público de 24 participantes. A Ata demonstra a forma pela qual este processo ocorreu: comunicação da decisão, explicitação de motivos e nenhuma manifestação dos presentes. É oportuno destacar que o jornal local noticiou, em primeiro de abril de 1999, a situação do transporte escolar dos alunos que haviam sido transferidos para a zona urbana no início do ano letivo (FOLHA DE CIANORTE, 1999, p. 22-23), o que nos faz inferir que a reunião configurou-se como um momento de justificativa da Secretaria Municipal de Educação sobre a medida tomada anteriormente. No mesmo documento, aparecem informações sobre a relação de Atos Administrativos e Pareceres a respeito da cessação temporária das atividades escolares de 1ª a 4ª séries das escolas rurais municipais e a adequação na nomenclatura da APM das escolas rurais, para conseguir benefícios financeiros do Governo Federal.

#### **f) Documentos textuais e iconográficos, sem nome, com dados sobre as instituições escolares rurais**

Encontramos uma certa organização de documentos específicos que tratam das escolas rurais de Cianorte. Havia 58 pastas contendo documentos, registros e informações, entre eles a planta baixa da escola e um impresso chamado “Plano de Implantação da Lei 5692/71”, padronizado e enviado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná para as escolas rurais.

Cada uma das pastas contém documentos individuais de 58 das 62 escolas. Além dos que já descrevemos anteriormente, identificamos a existência de uma série de documentos, sem nome, que registra dados e características específicas sobre cada escola primária rural. A imagem abaixo refere-se à frente de um desses documentos:

Imagem 10 – Documento sem nome – frente (s/d)


ESCOLA MUNICIPAL ACRE  
Nome do Estabelecimento

Endereço Estrada Bolivar Km12 Fone -

Município Cianorte Distrito Cianorte I.R.E. 40ª Delegacia N.º 10ª

Localização: Urbana  Rural

Dependência Administrativa: Federal  Estadual  Municipal  Particular



Construído em: / / 1961 Decreto de Criação N.º de / /  
Com o nome de Escola Municipal "Acre"

Diretor	Designação	Dispensa
Maria Eglê Polite Mafra	Decreto 203 - 6/01/61	

Cursos que funcionam no Prédio: Pré-Primário  Primário Diurno   
Primário Noturno  Ginásio  Normal  Outros  Quais:

Número de dependências que funcionam como salas de aula

Número de dependências utilizadas para outras finalidades  Citar cada uma delas  
Cozinha e Mitório

Área de cada dependência especificada sua utilidade

sala	48m <sup>2</sup>						
Mitório	cozinha						
2m <sup>2</sup>	15m <sup>2</sup>						

Fonte: Relatório/Ficha das escolas rurais (CIANORTE, s/dc)

Como é possível notar na imagem 10, além da fotografia da escola, que nos fornece dados já comentados anteriormente, já que se trata da escola apresentada na imagem 7, há dados sobre o nome do estabelecimento, endereço, Inspetoria Regional de Ensino e Delegacia às quais a escola era subordinada; a localização rural, a dependência administrativa que, neste caso, é a municipal; ano em que foi construída, nome da diretora e decreto que a designou, neste caso, Senhora Maria Eglê Polito Mafra. Deve-se atentar para o fato de que as escolas isoladas rurais, como dito anteriormente, não contavam com uma pessoa para o cargo de diretor. A referida senhora era diretora do Departamento de Educação de Cianorte, sendo responsável por todas as instituições.

Foram registrados ainda dados sobre o espaço físico reservado à sala de aula e outros espaços, como cozinha, mictório<sup>15</sup> e casa do professor, com as metragens que possuíam, além de informações sobre o funcionamento da escola, como curso e turno ofertados.

Outras informações, como o número de alunos, móveis e utensílios presentes na escola, podem ser observadas no verso do documento, visualizado na imagem 11. Consideramos relevantes os dados sobre o “número de alunos” do estabelecimento, seguido da informação sobre o “número de alunos da Caixa Escolar”, organizados separadamente.

Na lateral direita, os números “(72) (73) (74) (75)” parecem ser indicações dos anos de referência para o preenchimento deste documento. Os registros realizados indicam que esses documentos foram preenchidos com dados referentes ao ano de 1971 e 1972, como expresso em alguns deles, mas muitos não trazem tal informação. Em geral, não foi possível precisar a data em que a maioria destes registros foi realizada.

---

<sup>15</sup> A maioria das escolas rurais, assim como as residências localizadas na zona rural de Cianorte não possuíam banheiros com as devidas instalações sanitárias (água e esgoto). Sendo assim, os mictórios tinham a função dos atuais banheiros, eram casinhas feitas de madeira em cima de buracos que serviam de fossas sanitárias. Geralmente, eram construídos em locais afastados das residências ou das escolas por causa dos fortes odores. Possuíam uma pequena abertura no assoalho, que também era feito de madeira, para que as necessidades fisiológicas humanas fossem depositadas diretamente na fossa sanitária.

Imagem 11 – Documento sem nome – verso (s/d)

Citar o número de salas usadas em cada turno e os cursos que funcionam.

Das 8 às 11 hs.	Das às hs.	Das às hs.	Das às hs.
Pré-primário	Pré-primário	Pré-primário	Pré-primário
Primário <input checked="" type="checkbox"/>	Primário	Primário	Normal
Normal	Normal	Normal	Primário
Ginásio	Ginásio	Ginásio	Ginásio

Bens Móveis 20 carteiras duplas, 1 mesa e 2 quadros.

N.º de alunos desse estabelecimento: 12

Alunos da Caixa Escolar: 5

Ensino Gratuito sim  não

Observações:

Fonte: Relatório/Ficha das escolas rurais (CIANORTE, s/dc)

Considera-se que o documento apresentado nas imagens 10 e 11, embora não conste nele título ou timbre, tenha sido enviado ao município por algum órgão superior, tendo em vista o papel espesso e de cor rosa utilizado e os dados solicitados no documento. Em conversa informal, uma professora que trabalhava no Departamento de Educação da prefeitura, na época, relatou que o documento foi

encaminhado pela SEED, sendo uma exigência desta Secretaria, caracterizando-o como um “cadastro funcional do espaço físico das escolas rurais municipais”. O mesmo material pode ser visualizado em documentos de outros períodos no Arquivo Público do Paraná. As características deste documento podem ser um indício de que o mesmo poderá ser encontrado em outros municípios do Estado.

#### **g) Regimento das Escolas Municipais e Rurais Municipais**

O Regimento das Escolas Municipais e Rurais Municipais, com data de 1989, apresenta informações sobre a organização da Educação Municipal, que atendia os estudantes em escolas rurais e urbanas. O Departamento de Educação de Cianorte, que substituiu a Inspetoria Municipal de Ensino a partir de 1970, adaptou o regimento a fim surtir efeitos a todas as instituições. Naquele momento, o documento afirmava que as escolas rurais municipais se caracterizavam pela sua localização na zona rural e nos distritos, e todas elas estavam sob a responsabilidade do Município (CIANORTE, 1989).

#### **h) Livros Ata de Reuniões**

Exemplares dispersos de livros ata foram aparecendo pouco a pouco no processo de organização dos documentos. Os Livros Ata de Reuniões apresentam registros de orientações aos professores das Escolas Rurais Municipais, organização do calendário escolar, encerramento de semestres e anos letivos, recursos da caixa escolar, reunião de pais, entre outros. O registro das reuniões realizadas ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 (CIANORTE, 1970-1989).

#### **i) Documentos referentes ao Projeto Logos II**

Encontramos inúmeros documentos com referência ao Projeto Logos II, os quais acomodamos em 15 caixas de arquivo, uma vez que se encontravam

esparcos na Divisão de Documentação Escolar. Tratam-se de pastas de cursistas, com relatórios e controles de frequência, fichas de acompanhamento de módulos, avaliações aplicadas aos participantes, planos de aulas práticas e depoimentos escritos pelos professores em curso a respeito desta formação para o trabalho em sala de aula. Verificamos alguns documentos preenchidos a lápis, com lacunas em seus registros. Foram preenchidos e produzidos entre as décadas de 1970 e 1980. Além destes achados, há dois exemplares encadernados do impresso: *Manual de Procedimentos do Orientador e Supervisor Docente*, com informações sobre os procedimentos e modelos de fichas que compõem a organização do ensino supletivo que o material subsidia (BRASIL, 1980).

André e Candau (1984) esclarecem que o Logos II refere-se a um projeto de âmbito nacional, que tinha a finalidade de habilitar docentes leigos que atuavam nas séries primárias em todo país. Foi criado devido ao preocupante índice revelado, em 1975, que cerca de 58% dos professores, em todo Brasil, não possuíam a habilitação do magistério. A estatística mostrara ainda que, de um total de 166.693 professores leigos, 98.758 não possuíam o 1º grau completo.

Com o intuito de melhorar o perfil profissional, o início das atividades referente ao Projeto Logos II ocorreu no ano de 1976. O Projeto focalizaria os Estados que tivessem um número expressivo de professores sem a habilitação docente, entre eles o Paraná. A Prefeitura de Cianorte firmou convênio com a SEEC, em 1977, a fim de ofertar a formação por meio desse projeto (PARANÁ, 1978). Outras informações sobre a implantação do curso podem ser encontradas no documento denominado *Histórico da Implantação do Núcleo 022 – Cianorte Logos II*, que apresenta seus registros iniciais no ano de 1977 (CIANORTE, 1977b).

#### **j) Pastas catálogo denominadas “Recortes”, seguidas do ano de referência**

As pastas catálogo denominadas “Recortes” foram organizadas com base nos anos de referência e apresentam notícias veiculadas em jornal local sobre a educação de Cianorte, incluindo-se as escolas rurais, durante a década de 1990 (CIANORTE, 1996-1999). Várias fotografias de eventos realizados nas escolas

podem ser encontradas nestas pastas, porém não foi possível identificar as datas de produção em todas as imagens.

#### **k) Documentos sobre a Implantação da Reforma do Ensino Lei 5692/71 em Cianorte**

A existência de dois tipos de fontes documenta a implantação da Reforma do Ensino, amparada pela Lei 5692/71, em Cianorte.

Um deles é o Processo encaminhado à SEED para aprovação do “Projeto de Implantação da Reforma”. Neste documento, há ofícios, termos de compromisso quanto à subvenção das escolas, fotografias dos prédios escolares, relatórios, planta baixa e fachada de estabelecimentos de ensino, calendário escolar, recursos, sistema de avaliação, objetivos das disciplinas que compõem a matriz curricular, equipe responsável e cronograma da implantação, entre outros.

O segundo documento intitula-se “Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º grau”. Vários exemplares deste impresso foram enviados pela Secretaria de Estado da Educação e apresentam-se bem conservados. Este documento era direcionado especificamente às escolas rurais, com o objetivo de auxiliá-las quanto às mudanças necessárias para atendimento da referida Lei.

#### **l) Documentos diversos**

Documentos diversos acerca das escolas rurais, como cadernos ponto, correspondências, tíquetes de medicamentos entregues aos alunos e relatórios de materiais, fazem parte do acervo. Entre eles, um mapa antigo, intitulado “Localização de escolas isoladas do Município de Cianorte Est. Paraná” (CIANORTE, s/da). No documento, constam anotações manuais sobre as escolas rurais, bem como a localização de 62 unidades escolares no território do município.

Concluída a descrição dos documentos arquivados na Divisão de Documentação Escolar, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação, localizadas na Prefeitura do Município de Cianorte, passaremos à Escola Municipal Castro Alves.

## 2.3 DOCUMENTOS LOCALIZADOS NA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES

A guarda de muitos documentos referentes às escolas rurais do Município de Cianorte está sob a responsabilidade da Escola Municipal Castro Alves, última escola rural que manteve seu funcionamento no município até 1999. No ano de 2000, sua denominação e domicílio foram alterados e passou a ser considerada uma escola municipal urbana.

Em suas dependências, encontramos: Livros Registro de Classe, Relatórios Finais, Processos de Cessação de Escolas Rurais, Pastas Individuais de Alunos que frequentaram estas escolas, Resoluções de Autorização de Funcionamento, Decretos de criação de escolas rurais e de alterações, Boletim Escolar, Certificado de ex-aluno, Caderno Escolar e Vida Legal do Estabelecimento. Segue a descrição desses documentos.

### **a) Pasta individual do aluno**

Nas pastas individuais dos alunos, constam históricos escolares, guias de transferência, cópias de certidão de nascimento dos alunos, ficha individual com disciplinas cursadas, notas e resultados. Estas pastas datam de 1979 até o ano de 2000, quando houve a mudança de nomenclatura desta Escola e ela deixou de ser denominada rural. Todos os documentos de alunos de todas as escolas rurais que funcionaram após 1979 encontram-se arquivados nesse acervo. São milhares de pastas, agrupadas por ordem alfabética em gavetas de arquivo (CIANORTE, 1979-2000). A escola possui uma relação nominal desses documentos, encadernada em ordem alfabética, que facilita a localização dos documentos dos ex-alunos quando necessário.

### **b) Processos de Cessação das Escolas Rurais**

Estão arquivados doze Processos de Cessação das Escolas Rurais, que apresentam a intenção de cessar, em caráter definitivo, as atividades de escolas



desativadas provisoriamente nas décadas de 1980 e 1990. O quadro 2 traz informações sobre cada processo:

Quadros 2 – Dados sobre os Processos de Cessação das Escolas Rurais de Cianorte (2006)

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição/escola</b>	<b>Informações contidas no processo</b>
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.788-9	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Afonso Pena; (Resolução nº 3021/07) (Parecer nº 1427/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Afonso Pena: atividades cessadas temporariamente pela Resolução nº 6169/94, no período de 1994 a 1995, e definitivamente a partir de 1996.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.961-0	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Carlos Gomes (Resolução nº 3022/07) (Parecer nº 1425/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Carlos Gomes: atividades cessadas definitivamente a partir do ano letivo de 1984.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.969-5	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Floriano Peixoto, situada no Patrimônio de São Lourenço (Resolução nº 3962/07) (Parecer nº 940/07-CEF-SEED)	Escola Rural Municipal Floriano Peixoto, situada no Patrimônio de São Lourenço: cessação voluntária e definitiva das atividades escolares a partir do ano letivo de 1985.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.781-1	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Padre José de Anchieta (Resolução nº 3021/07) (Parecer nº 1427/07-CEF-SEED)	Escola Rural Municipal Padre José de Anchieta: atividades cessadas temporariamente pela Resolução nº 6169/94, no período de 1994 a 1995, e definitivamente a partir de 1996.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.961-0	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Rondônia (Resolução nº 3022/07) (Parecer nº 1425/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Rondônia: atividades cessadas temporariamente a partir de 1994 a 1995, através da Resolução nº 6169/94, de 16/12/94, e definitivamente a partir de 1996.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.776-5	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Benjamin Constant (Resolução nº 3035/07) (Parecer nº 1426/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Benjamin Constant: atividades cessadas temporariamente através da Resolução nº 6169/94 de 16/12/94, no período de 1994 a 1995, e definitivamente a partir do ano letivo de 1996.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.777-3	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Gonçalves Dias (Resolução nº 3035/07) (Parecer nº 1426/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Gonçalves Dias: atividades cessadas temporariamente através da Resolução nº 2016/95, de 17/05/95, no período de 1995 a 1996, e definitivamente a partir do ano letivo de 1997. Houve atividades no ano letivo de 1995.

Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.959-8	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Santa Catarina (Resolução nº 3022/07) (Parecer nº 1425/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Santa Catarina: atividades cessadas temporariamente no período de 1994 a 1995 pela Resolução nº 6169/94 e definitivamente a partir de 1996. Houve atividades no ano letivo de 1994.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NUM 9.080.962-8	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Marechal Castelo Branco (Resolução nº 3022/07) (Parecer nº 1425/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Marechal Castelo Branco: atividades cessadas definitivamente a partir do ano letivo de 1985.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.963-6	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal General Emílio Garrastazu Médici (Resolução nº 3022/07) (Parecer nº 1425/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal General Emílio Garrastazu Médici: atividades cessadas temporariamente através da Resolução nº 4106/95, de 27/10/95, no período de 1995 a 1996, e definitivamente a partir de 1997. Houve atividades em 1996.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.780-3	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Luiza Rufini Varella (Resolução nº 3479/07) (Parecer nº 963/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Luiza Rufini Varella: cessação temporária através da Resolução 2016/95, de 17/05/95, no período de 1995 a 1996. Cessação voluntária e definitiva a partir do início do ano letivo de 1997.
Processo de cessação definitiva das atividades escolares Sistema integrado de documentos NRE CNE NUM 9.080.960-1	01/ ago./ 2006	Legalização (cessação) da Escola Rural Municipal Rio Grande do Sul (Resolução nº 3362/07) (Parecer nº 939/07-CEF/SEED)	Escola Rural Municipal Rio Grande do Sul: Houve cessação temporária através da Resolução nº 101/84, de 13/01/84. Cessação voluntária e definitiva a partir do início do ano letivo de 1986.

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Processos de Cessação de Escolas Rurais (CIANORTE, 2006).

Com base nas informações contidas no quadro 2, os processos de cessação das escolas rurais são datados 01 de agosto de 2006. Observa-se o funcionamento de três escolas na década de 1990, mesmo diante da sua cessação temporária. São os casos das Escolas Rurais Municipais: General Emílio Garrastazu Médici, Santa Catarina e Gonçalves Dias. Na mesma década, cinco escolas deixaram de funcionar: Luiza Rufini Varella, Benjamin Constant, Rondônia, Padre José de Anchieta e Afonso Pena.

Na década de 1980, observa-se a cessação das atividades escolares de quatro escolas rurais. São elas: Rio Grande do Sul, Marechal Castelo Branco, Floriano Peixoto e Carlos Gomes.

Outros documentos demonstram a cessação de atividades escolares de outros estabelecimentos de ensino, não elencados no quadro 2 por não terem sido localizados os processos de cessação dessas escolas. São eles:

Quadro 3 – Dados de diários oficiais sobre a cessação de Escolas Rurais em Cianorte.

Documento	Data	Descrição/escola	Informações contidas no documento
Diário Oficial do Estado – poder executivo – DOE – educação – Módulo VII 22/08/2007 – Resolução nº 3034/07	22/08/2007	Legalização (cessação) das escolas: Escola Rural Municipal Campos Salles; Escola Rural Municipal Almirante Barroso; Escola Rural Municipal 26 de Julho; Escola Rural Municipal Rocha Pombo.	<b>Escola Rural Municipal Campos Salles</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1994 a 1995 pela Resolução nº 6169/94 e definitivamente a partir de 1996. <b>Escola Rural Municipal Almirante Barroso</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1994 a 1995 pela Resolução nº 6169/94 e definitivamente a partir de 1996. <b>Escola Rural Municipal 26 de Julho</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1995 a 1996 pela Resolução nº 2016/95 e definitivamente a partir de 1997. <b>Escola Rural Municipal Rocha Pombo</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1995 a 1996 pela Resolução nº 2016/95 e definitivamente a partir de 1997. Houve atividades no ano letivo de 1995.
Diário Oficial do Estado – poder executivo – DOE – educação – Módulo VII 22/08/2007 – Resolução nº 3039/07	22/08/2007	Legalização (cessação) das escolas: Escola Rural Municipal Pará; Escola Rural Municipal São Paulo.	<b>Escola Rural Municipal Pará</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1995 a 1996 pela Resolução nº 2016/95 e definitivamente a partir de 1997, porém houve atividades no ano letivo de 1995. <b>Escola Rural Municipal São Paulo</b> – atividades cessadas temporariamente no período de 1995 a 1996 pela Resolução nº 2016/95 e definitivamente a partir de 1997, porém houve atividades no ano letivo de 1995.

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Diários Oficiais (PARANÁ, 2007a; 2007b).

Os documentos anteriormente descritos declaram a cessação das atividades escolares de seis escolas rurais, a fim de legalizar oficialmente a situação das mesmas. Nota-se, porém, que houve atividade em três delas no ano letivo de 1995, o que indica a existência de crianças em idade escolar nessas localidades. Com base nos Relatórios Finais das escolas rurais, descritos no próximo item, em 1995, funcionaram 16 escolas. Para a continuação dos estudos, as crianças, que frequentavam tais escolas, tiveram que utilizar o transporte escolar, uma vez que, a partir do ano letivo de 1996, o número de escolas rurais em funcionamento foi significativamente reduzido. Com base na análise dos Livros Registro e Relatórios Finais, contabilizamos apenas seis escolas em funcionamento em 1996.

Tendo em vista a descrição dos documentos nos quadros 2 e 3, percebe-se um esforço da administração municipal em manter as escolas desativadas na década de 1990. Os processos de cessação justificam o fechamento das escolas pela ausência de alunado na região rural. A necessária utilização de transporte escolar e a queixa das famílias com relação às condições precárias e superlotação dos mesmos, entretanto, demonstra uma situação contrária. Além disso, em 1991, o censo demográfico indicou que havia 11.997 pessoas residentes na zona rural, de um total de 49.849 habitantes no município (IBGE, 1991).

Não por coincidência, foi no início dos anos de 1990 que a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries se efetivou no Estado do Paraná, pressionando uma reorganização administrativa na esfera municipal, a fim de distribuir os recursos para atender à demanda que lhe foi imposta. Entre os objetivos do Estado para tal processo de municipalização estava a questão da descentralização da responsabilidade com a educação, em especial com relação ao seu financiamento. Assim, o percentual de investimentos por parte da esfera estadual diminuiu consideravelmente nos anos posteriores, de 14% antes da municipalização para 3% em 1995 (SANTOS, 2003).

Segundo Santos (2003), o processo de mudança engendrado pelo Estado não permitiu a participação dos profissionais da educação, tampouco da comunidade diretamente atingida por essas medidas. Estimamos que, em Cianorte, tais atitudes em relação à extinção das escolas rurais tenham sido reproduzidas, uma vez que não há registros sobre participação da comunidade rural nas tomadas de decisão quanto à dinâmica de encaminhar os alunos para as escolas nucleadas, bem como para o prédio escolar na zona urbana após desativadas as últimas unidades escolares localizadas na zona rural.

### **c) Relatórios Finais das Escolas Rurais**

Os Relatórios Finais das Escolas Rurais referem-se ao período de 1978 a 1999 e estão encadernados em 23 volumes. Além dos resultados de aprovação, reprovação, transferência, desistência ou outras movimentações dos alunos, apresentam as informações a seguir:

- De 1978 a 1979: Lei Federal 5692, de 11 de agosto de 1971, nome do estabelecimento, relação nominal dos alunos, sexo, disciplinas curriculares da “educação geral”: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Artigo 7º (Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programa de Saúde e Ensino Religioso), e Resultado Final: AP ou REP. O resultado dos alunos apresenta-se expresso em conceitos: E= 80 a 100; B= 60 a 79; S= 50 a 59; I= 00 a 49. Em 1978, verificamos os resultados de quatro escolas e, em 1979, 19 escolas rurais.
- De 1980 a 1987: Constan as mesmas informações relacionadas anteriormente (de 1978 a 1979), exceto quanto aos registros dos conceitos. A partir de 1980, verifica-se o registro de notas. Além disso, observamos a existência de duas encadernações de relatórios finais em 1980. Cada uma apresenta os resultados de 37 a 52 escolas rurais.
- Em 1988: Legislação: Lei Federal 5692, de 11 de agosto de 1971, nome do estabelecimento, relação nominal dos alunos, sexo, disciplinas curriculares “Núcleo Comum”: Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências, Ed. Física, Ed. Artística. “Parte diversificada”: não constam registros nos campos. Neste livro, encontramos registros de 34 escolas rurais.
- De 1989 a 1997: Os registros são os mesmos relacionados em 1988, exceto quanto ao número de escolas e quanto aos registros de grade curricular: não constam registros nos campos de Ed. Física e Ed. Artística. Cada relatório contém os resultados das escolas rurais, constando informações sobre 31 unidades no ano de 1989, mas este número diminuiu gradativamente até o ano de 1996, restando seis instituições.
- Em 1998: Os registros são os mesmos relacionados em 1989. Esta encadernação contém Relatórios Finais referentes ao ano letivo de 1998, emitido em 08/02/1999, com situação ativa nesta data das seguintes escolas: Escola Rural Municipal Acre (78 alunos); Escola Rural Municipal Alagoas (70 alunos); Escola Rural Municipal Castro Alves (182 alunos); Escola Rural Municipal Nereu Ramos (136 alunos); Escola Rural Municipal Nilo Peçanha (99 alunos); Escola Rural Municipal Tiradentes (102 alunos), totalizando 667 alunos em atividade escolar na zona rural.

- Em 1999: Os registros são os mesmos relacionados em 1989 com relação à grade curricular. No entanto, aparecem as Leis 5692/71 e 9394/96. Neste ano letivo, a Escola Rural Municipal Castro Alves passou a atender a todos os alunos das escolas rurais existentes em 1998, totalizando 544 alunos, que passaram a utilizar o transporte escolar. A diferença entre o número anterior está relacionada aos alunos aprovados para a 5ª série, segunda etapa do anterior ensino fundamental de oito anos (CIANORTE, 1978-1999).

#### d) Livros Registro

Verificamos a existência de Livros Registro referentes à escolarização rural na Escola Municipal Castro Alves. São livros que abrangem o ano letivo de 1998 a 2001.

No livro de 1998, observamos registros da Escola Rural Municipal Tiradentes. De 1999 a 2001, os livros se referem à Escola Rural Municipal Castro Alves. Somente a partir de 2002, o nome da escola passou a ser registrado como “Escola Municipal Castro Alves”, mesmo após o Decreto Municipal nº 018/2000, de 25/04/2000, que alterou a denominação e domicílio da referida escola: “[...] de Escola Rural Municipal Castro Alves para Escola Municipal Castro Alves. De Estrada São Tomé, Lote 200 A para a Rua Dom Pedro II, Lote 598” (CIANORTE, 2000). Portanto, os Livros Registro com data a partir de 2002 não foram catalogados por não constarem registros de escola rural. Listamos, no quadro 4, os Livros Registro catalogados, com as especificações de ano, escola, séries/turmas e turno:

Quadro 4 – Livros Registro (1998 a 2001).

DOCUMENTO	ANO	ESCOLA	SÉRIES/TURMAS	TURNO
Livro Registro	1998	Escola Rural Municipal Tiradentes	2ª série	Tarde
Livro Registro	1999	Escola Rural Municipal Castro Alves	1ª série B, 1ª série C, 1ª série D, 2ª série B, 2ª série C, 2ª série E, 3ª série B, 3ª série C, 4ª série A, 4ª série B.	Manhã
Livro Registro	2000	Escola Rural Municipal Castro Alves	1ª série A, 1ª série C, 1ª série D, 2ª série D, 3ª série A, 3ª série B, 3ª série C, 3ª série D, 4ª série A, 4ª série C	Manhã
Livro Registro	2001	Escola Rural Municipal Castro Alves	1ª série D, 1ª série E, 2ª série Reforço (à tarde), 3ª série A, 3ª série C, 4ª série A, 4ª série C.	Manhã, exceto reforço

Fonte: Dados organizados pela autora de Livros Registro (CIANORTE, 1998-2001).

Com a concentração de alunos em um único prédio escolar a partir de 1999, a última escola rural passou a ter 10 turmas de 1ª a 4ª séries. Neste ano letivo, a escola passou a utilizar as dependências da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte, mediante convênio entre a UEM e a Prefeitura do Município.

### e) Cópias de documentos oficiais

Encontramos cópias de alguns documentos oficiais que tratam das escolas rurais. Um deles é o Decreto Municipal nº 56/82, de 16 de agosto de 1982, que, visando regularizar a situação das escolas, ratifica a criação e denominação das escolas rurais de primeiro grau em funcionamento em Cianorte. Constam, neste documento, 30 escolas relacionadas, com as respectivas localizações e datas do início do funcionamento de cada uma delas nos anos de 1956, 1957, 1958, 1960, 1961, 1963, 1965, 1966, 1967, 1968, 1970 e 1974 (CIANORTE, 1982). Conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Relação de Escolas Rurais, início de funcionamento e localização.

Nº	INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	NOME DA ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1.	01/03/1956	Escola Municipal Floriano Peixoto	Quadra 10 Datas 10 e 11 – Distrito de São Lourenço
2.	01/03/1956	Escola Municipal Rocha Pombo	Lote nº A-75 – Gleba Patrimônio Cianorte
3.	01/05/1957	Escola Municipal Castro Alves	Lote nº 200-A – Gleba Patrimônio Cianorte
4.	01/03/1958	Escola Municipal Visconde de Mauá	Lotes nº 304 e 305 – Gleba Rio Ligeiro
5.	01/03/1960	Escola Municipal Manoel Ribas	Lote nº 268 – Gleba São Tomé
6.	01/03/1961	Escola Municipal Acre	Lote nº 600 – Gleba Patrimônio Cianorte
7.	01/03/1961	Escola Municipal Getúlio Vargas	Lote nº 132 – Gleba Patrimônio Cianorte
8.	01/03/1961	Escola Municipal Goiás	Lote nº 395 – Gleba Rio Ligeiro
9.	01/03/1961	Escola Municipal 19 de Dezembro	Lote nº 56 – Gleba Rio Ligeiro
10.	01/03/1963	Escola Municipal Alagoas	Lote nº 534 – Gleba São Januário
11.	01/03/1963	Escola Municipal Amapá	Lote nº 428 – Gleba São Lourenço
12.	01/03/1963	Escola Municipal Espírito Santo	Lote nº 445 – Gleba São Lourenço
13.	01/03/1963	Escola Municipal Minas Gerais	Lote nº 799 – Gleba Patrimônio Cianorte
14.	01/03/1963	Escola Municipal Papa João XXIII	Lote nº 523 – Gleba Patrimônio Cianorte
15.	01/03/1963	Escola Municipal Pará	Lote nº 429 – Gleba Patrimônio Cianorte
16.	01/03/1963	Escola Municipal Paraíba	Lote nº 505 – Gleba São Lourenço
17.	01/03/1963	Escola Municipal Rio de Janeiro	Lote nº 750 – Gleba São Januário
18.	01/03/1963	Escola Municipal Rio Grande do Norte	Lote nº 340 – Gleba Sutis

19.	01/03/1965	Escola Municipal Rio Grande do Sul	Lote nº 13-A – Gleba Rio Ligeiro
20.	01/03/1966	Escola Municipal Ceará	Lote nº 753-A - Gleba Patrimônio Cianorte
21.	01/03/1967	Escola Municipal Cianorte	Quadra 19 Data 01 – Patrimônio Igarité
22.	01/03/1967	Escola Municipal Marechal Castelo Branco	Lote nº 766 – Gleba São Januário
23.	01/03/1967	Escola Municipal Santa Catarina	Lote nº 623 – Gleba São Lourenço
24.	01/03/1968	Escola Municipal Bahia	Lote nº 591 – Gleba São Januário
25.	01/03/1968	Escola Municipal Fernando de Noronha	Lote nº 381-A – Gleba Bolivar
26.	01/03/1968	Escola Municipal Rondônia	Lotes nº 59, 100 a 103 e 196 a 198 – Gleba São Tomé
27.	01/03/1968	Escola Municipal São Paulo	Lote nº 177 a 629 – Gleba Saquarema
28.	01/03/1970	Escola Municipal Dom João Bosco	Quadra 48 Datas 7 e 8 da Zona 6 Cianortinho
29.	01/03/1970	Escola Municipal Marechal Costa e Silva	Lote nº 908 – Gleba São Lourenço
30.	01/03/1974	Escola Municipal General Emílio Médici	Lotes nº 34 a 101 – Gleba Saquarema

**Fonte:** Dados organizados pela autora do Decreto Municipal nº 56/82 (CIANORTE, 1982).

Com base nesses dados, a tabela 2 apresenta o número de Escolas Rurais criadas por ano, discriminadas no Decreto Municipal nº 56/82:

**Tabela 2 – Número de Escolas Rurais criadas por ano, em Cianorte, de 1956 a 1974**

ANO	Nº DE ESCOLAS
1956	02
1957	01
1958	01
1960	01
1961	04
1963	09
1965	01
1966	01
1967	03
1968	04
1970	02
1974	01
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

**Fonte:** Dados organizados pela autora do Decreto Municipal nº 56/82 (CIANORTE, 1982).

Outros documentos oficiais foram catalogados: Resoluções Estaduais nº 3387/82, de 10/12/1982 e nº 113/84, de 13/01/1984, as quais tratam da autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino situados na zona rural do Município de Cianorte, mantidas pelo município. Quanto à primeira, Resolução nº 3387/82, tem efeito retroativo à data de sua publicação e refere-se a estabelecimentos criados anteriormente para ministrarem o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau (PARANÁ, 1982). Não foi possível identificar a data



retroativa a qual se refere esta Resolução, uma vez que a cópia encontra-se ilegível e não encontramos a original. Neste documento, observamos um total de 48 escolas rurais relacionadas. A segunda Resolução, nº 113/84, refere-se ao período de 1979 ao final do ano letivo de 1984, e regulariza a situação das escolas para ministrarem o ensino de 1ª à 4ª série (PARANÁ, 1984b), assim como na Resolução anterior. Há um total de 15 escolas rurais relacionadas no documento.

Localizamos um documento sem data e sem título, que apresenta uma relação de escolas com o número da Resolução de aprovação de cada uma delas. Estão relacionadas 61 escolas, sendo 44 rurais e 17 municipais. A data, pelo logotipo do documento, pode estar relacionada à gestão 1996/2000.

#### **f) Vida legal do Estabelecimento de Ensino**

O documento “Vida Legal do Estabelecimento de Ensino” foi expedido em 24/10/2013, por meio do Sistema de Estrutura e Funcionamento – SEED/PR, *on-line*. O documento apresenta informações sobre a vida legal do estabelecimento: autorização de funcionamento, oferta de cursos, renovações e alterações, etc. Atualmente, no Estado do Paraná, cada instituição escolar tem os registros de seu funcionamento em um documento como este, disponíveis via *internet*.

Entretanto, este documento não retrata fielmente o funcionamento da escola em questão, já que a data real do início de suas atividades escolares corresponde ao ano de 1957, quando foi construída na zona rural. O documento apresenta informações sobre o seu funcionamento a partir de 1979 até os dias atuais. Não constam registros sobre o período anterior, porque foi pelo Decreto nº 2.161, de 09 de dezembro de 1983, que o Estado do Paraná criou os Núcleos Regionais de Educação e extinguiu as Inspetorias Regionais e Auxiliares de Ensino, constantes na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 1983). Nesse período, Cianorte era jurisdicionada ao Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, até a criação de um Núcleo no município, que ocorreu pelo Decreto nº 4.462, de 10 de dezembro de 1984 (CIOFFI et al., 1995).

Lembramos que a Escola Rural Municipal Castro Alves não foi extinta e continua em funcionamento na zona urbana, após a mudança de endereço e de denominação, “Escola Municipal Castro Alves”, a partir do ano 2000.

### **g) Documentos diversos**

Verificamos a existência de outros documentos isolados:

- Certificado de ex-aluno, com data de 15/12/1971. Refere-se à certificação de conclusão de 4ª série, documento padronizado do Estado do Paraná. Pelos dados, percebe-se que o aluno concluiu a 4ª série com 15 anos de idade. Consta também: “[...] concluiu a 4ª série do Grupo Escolar Fagundes Varella”. Porém esta escola é denominada formalmente como “Escola Rural Municipal Fagundes Varella” na Resolução nº 113/1984. O ex-aluno informou ter estudado em escola rural (isolada) e não em grupo escolar;
- Boletim Escolar, datado de 1967, contém informações sobre o nome da escola (Escola Isolada João Bueno de Godoy), número da Inspeção Regional de Ensino (40ª), nome do aluno, nome do professor, notas mensais e médias;
- Caderno escolar, com datas registradas pelo aluno de 17/02/1965 a 1966, com registros de atividades de Português, Matemática e anotações de Geografia. Nome do aluno: Laércio Marcomini. Segundo registros a lápis no caderno, o aluno estudou na Escola Isolada João Bueno de Godoy em 1965 e na Escola Isolada Marechal Rondon em 1966;
- Álbum de fotografias: 2000/2001/2002/2003/2004/2005, com fotos de projetos mais recentes desenvolvidos na escola;
- Proposta Pedagógica com data de 2006, com uma reportagem anexa, realizada pelo Jornal local “Tribuna de Cianorte”, referente a um projeto da Escola Rural Municipal Castro Alves.

Finalizada a descrição dos documentos arquivados na Escola Municipal Castro Alves, concluímos o inventário de fontes documentais sobre a história da escolarização primária rural de Cianorte.

Considerando a massa documental existente, lembramos que, comumente, existem queixas dos pesquisadores no campo da história da educação com relação aos escassos arquivos escolares. Quando existentes, são encontrados em locais inapropriados e arquivados aleatoriamente, dificultando a tarefa de quem se propõe investigá-los.

Não podemos reproduzir tais argumentos em sua totalidade com relação aos arquivos históricos encontrados em Cianorte sobre a escolarização primária. Gonçalves e Schelbauer (2011) e Gonçalves (2012) catalogaram as fontes documentais, entre as décadas de 1950 e 1970, sobre este nível de ensino no município, por constatarem o número expressivo de documentos existentes. Nossa pesquisa, que nos levou a organizar o presente inventário de fontes, direcionado à escolarização primária rural do município, somada aos resultados que as pesquisadoras alcançaram se consubstanciam em um riquíssimo suporte material para futuras investigações.

Nosso trabalho, além de catalogar e descrever os documentos para subsidiar esta pesquisa, estendeu-se no sentido de salvaguardar o patrimônio histórico escolar que essas fontes representam para as comunidades local e científica. Mas “[...] ainda hoje se desconhece que os arquivos escolares são, como os demais arquivos, ‘celeiros da história’ [...]” (MORAES, 2002, p. 20).

Observamos que há muito a ser feito em relação a esses acervos documentais. O mais urgente, entendemos, seria o desenvolvimento de trabalhos para a “[...] localização, higienização, referenciação, catalogação, acondicionamento e preservação de documentos” (MORAES; ALVES, 2002, p. 17) de maneira adequada.

Almejamos que as indicações aqui realizadas possam despertar o interesse de historiadores, educadores, arquivistas, museólogos, cientistas sociais, bibliotecários ou outros pesquisadores que tenham como interesse a história e a memória dos documentos. Sua preservação e estudos podem elucidar muitas questões que estão obscurecidas em função da ausência de fontes para a pesquisa educacional e social.

O Município de Cianorte, talvez por ser relativamente jovem, não conta com um centro de memória ou algo parecido para a preservação de sua história institucional escolar, administrativa, cultural. Esperamos que as pesquisas citadas, bem como esta que se apresenta possam ser o primeiro passo para tal empreendimento.

Sobre este inventário, apropriamo-nos da afirmação de Belotto (2002, p. 12) para confirmar: “O que se quer tentar deixar bem claro, para a real compreensão do valor deste inventário, é a caracterização das distintas formas de documentos que constituem os recursos informacionais de uma entidade [...]”.

Para concluir esta seção, retomamos Moraes (2002) quando enfatiza a importância e a necessidade do inventário de documentos das instituições escolares públicas.

[...] este *Inventário* tem por finalidade contribuir para o avanço do conhecimento da realidade educacional do país, por meio da divulgação de novas fontes a respeito do ensino [...] e, principalmente, o objetivo pedagógico de sensibilizar os agentes escolares das instituições públicas – professores, funcionários, alunos e pais de alunos – em relação à importância do documento histórico, contribuindo tanto para sua preservação e incorporação ao patrimônio da escola quanto para sua utilização na atividade educacional (MORAES, 2002, p. 20).

Nosso desejo é que, de “arquivo morto”, ou seja, depósitos de papéis velhos e sem serventia, tais documentos passem à condição de “arquivo permanente”, como “lugares de memória” (VIDAL; ZAIA, 2002, p. 33-34), em que se reconheça a história da educação de Cianorte.

Assim, compreendendo o valor dos documentos aqui inventariados, seguiremos trabalhando com as fontes, no sentido de tecer uma representação da história do ensino primário rural do município. Em consonância com Miguel (2004), consideramos que a “[...] relação que se estabelece entre o pesquisador e o objeto de pesquisa é mediada pela atitude de busca, de desvendar o que não se sabe, de procurar explicações para o que ainda não está explicado” (p. 112). E é nesse sentido que, na próxima seção, tal representação se inicia pela sistematização das características das escolas primárias rurais e pela organização do ensino. Características e formas que só conseguiremos colocar em evidência por meio do contato, leitura e análise dos documentos.

### **3 AS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS DE CIANORTE-PR E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

A nossa tentativa, nesta seção, é compor os modos pelos quais a organização do ensino foi implementada nas escolas primárias rurais em estudo.

Embora compreendamos que a organização do ensino de uma instituição escolar seja permeada por questões conexas que integram o todo escolar, para fins didáticos, abordamos seus aspectos mediante as estruturas disponíveis para a sua realização, organizando as subseções da seguinte forma: o espaço escolar rural; a cultura material escolar; organização e funcionamento escolar rural; os programas de ensino e os conteúdos escolares; e, o corpo docente. Desta maneira, apesar de as subseções intencionarem abordar separadamente tais elementos, comumente eles se entrelaçam e se relacionam no decorrer da escrita.

Os principais documentos que nortearam a pesquisa foram selecionados devido à característica serial que apresentam. São cinco séries de documentos, os quais estão elencados de acordo com as informações presentes em cada uma das séries. São eles:

- Uma série de documentos sem nome, que tratamos nesta pesquisa por Relatório/Ficha das Escolas Rurais (década de 1970), por apresentarem dados relevantes sobre o espaço físico, a iconografia e a cultura material escolar. Em menor intensidade, foi possível extrair, desses documentos, resquícios sobre a organização e funcionamento escolar rural (CIANORTE, 1971-1972; s/dc);
- Livros Ata de exames finais referentes ao período de 1962 a 1979 (CIANORTE, 1962-1979); Livros Registro, datados de 1977 a 1996 (CIANORTE, 1977-1996), e Relatórios Finais de 1978 a 1999 (CIANORTE, 1978-1999), que fornecem dados mais pontuais sobre a organização e funcionamento escolar rural, os conteúdos escolares e a participação das mesmas na escolarização primária do município;
- Fichas de “Cadastro Funcional”, organizadas originalmente de acordo com a data de demissões dos professores, de 1976 a 1991, que registram informações sobre o corpo docente que atuou nas escolas rurais da época (CIANORTE, 1976-1991).

Os demais documentos inventariados que apresentam dados sobre a configuração da estruturação do ensino primário rural, somados às séries documentais selecionadas nos levaram à tessitura da narrativa sobre a caracterização dos espaços escolares e a organização do ensino nestas instituições.

Nesse sentido, o conjunto do acervo foi relevante para a construção da análise, no entanto, algumas fontes nos possibilitou sua colocação em séries, as quais subsidiaram a pesquisa. Segundo Julia (2001), a organização de séries documentais pode nos colocar diante de fatores que nos aproximam das práticas vivenciadas.

Trabalhamos com as fontes disponíveis com base em considerações feitas por Magalhães (2004) de que a história institucional não se faz apenas pela descrição dos documentos, mas de acordo com a trajetória histórica que envolve as instituições, sua criação, seus objetivos e sua relação com as comunidades micro e macro sociais. Nas palavras do autor:

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro-histórico, por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceitualização espaciotemporal: o nacional/universal, o regional, o local. É nesse redimensionamento que as abordagens de tipo meso permitem representar com rigor e atualidade a instituição educativa como totalidade, em permanente relação e desenvolvimento (MAGALHÃES, 2004, p. 134).

Para a abordagem do nosso objeto, consideramos o pressuposto da Nova História Cultural de que o nosso trabalho se traduz em uma, não a única, representação da história do ensino primário rural de Cianorte. O conceito de fonte, problematizado com base neste referencial, permite trabalhar com os dados disponíveis, lembrando que “[...] a noção de documentos, ampliada pela Nova História, possibilita que qualquer indício de uma época possa ser utilizado, para além dos documentos ditos oficiais” (LUCHESE, 2014, p. 148). Chartier (1990, p. 16-17) fortalece tais pressupostos ao afirmar que “[...] a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos”.

Assim, entendemos que a análise dos espaços ocupados pelas escolas rurais tem relevância para a identificação e compreensão dos aspectos que configuraram o

ensino primário rural neste local, visto que, como descreveram Faria Filho e Vidal (2000, p. 20), “[...] tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais”.

Sob este prisma, pretendemos compreender as representações construídas nas escolas rurais de Cianorte por meio das práticas registradas nos documentos produzidos por aqueles que compartilharam dessa modalidade de ensino. Para tanto, entendemos, amparados em Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Com o sentido de compreender tais representações no espaço escolar rural em estudo, propomo-nos descrevê-las e problematizá-las a seguir.

### 3.1 O ESPAÇO ESCOLAR RURAL

A caracterização do espaço físico no percurso da investigação sobre instituições escolares, segundo Magalhães (2004), corresponde à materialidade da instituição. Fazem parte da materialidade, as “[...] condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas [...] instâncias basicamente objetivas e de funcionamento” (p. 139).

Em análise sobre os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil, Faria Filho e Vidal (2000) retomam a questão das construções e da estrutura arquitetônica das escolas. As categorias de escolas nomeadas por esses autores nos parecem bastante interessantes. Dos espaços improvisados e recursos escassos para o funcionamento do ensino elementar no Império brasileiro, chamadas “escolas de improviso”, às “escolas monumento”, grandes edifícios que fizeram parte do avanço que o poder da República doravante queria demonstrar, o ensino primário esteve restrito àqueles que detinham condições econômicas mais favoráveis, em detrimento daqueles que estavam à margem da sociedade. Dessa forma, as “escolas funcionais” seriam a

forma mais simples e menos onerosa para que a democratização do acesso à escolarização fosse possível.

Segundo Dórea (2013), a preocupação com os prédios escolares no Brasil esteve presente em várias reformas de ensino. Especialmente nas décadas de 1920 e 1930, a autora identifica ações dos reformadores no sentido de melhorar as condições dos espaços em que funcionavam as escolas, assim como construir espaços específicos para o ensino. No Paraná, durante as primeiras décadas do século XX, tais preocupações ocorreram por conta do processo de institucionalização dos primeiros grupos escolares (BENCOSTTA, 2001).

Certamente, a disseminação dos Grupos Escolares encontrava entraves diante dos altos custos e as administrações dos estados brasileiros não conseguiam atender às demandas (FARIA FILHO; VIDAL, 2000), motivo que implicou a criação de outros espaços na década de 1930, os quais, paralelamente, constituíram-se, ainda que insuficientemente, para atender às necessidades de escolarização primária da população pobre. No Estado do Paraná, na mesma década, temos a existência de apenas 71 grupos escolares e o número expressivo de 1.288 escolas isoladas (SCHELBAUER, 2014).

Constatam Faria Filho e Vidal (2000) que o maior número de matrículas e os melhores edifícios se concentravam na zona urbana, estabelecendo a diferença entre escolas urbanas e rurais. Em conformidade com os autores, as escolas das zonas rurais foram construídas sob os princípios da simplicidade e do barateamento, sem padrões definidos, e deveriam atender às condições mínimas, como salas de aula, pátio coberto, sanitários e residência do professor.

Foi nas décadas de 1950 e 1960 que este modelo de escola mais barato e funcional se disseminou no Brasil (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Nesse período, no Paraná, não foi diferente, uma vez que as frentes pioneiras de colonização e povoamento tomavam iniciativas para a construção de escolas (BAREIRO, 2007). Os seus apontamentos sobre a criação de escolas rurais em municípios do norte do Estado se confirmam em Cianorte, já que verificamos que houve maior número de construções de escolas na década de 1960, chegando a 62 escolas rurais em funcionamento na década de 1970.

Vale ressaltar que, no ano de 1962, a Lei 4.599, de 02 de julho de 1962, que instituiu o Fundo Estadual do Ensino, foi sancionada, podendo ter contribuído para a



construção destas escolas. Esta Lei também criou a Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, cuja função era a administração desse fundo. Em seu artigo 2º, entre outros tipos de recursos, estabeleceu as “[...] contribuições de proprietários rurais, para instalação e funcionamento de escolas primárias em suas propriedades” (PARANÁ, 1962a, p. 10).

No mesmo ano, um convênio entre os governos federal e estadual, referente ao Programa Educacional de Emergência, foi firmado no Estado do Paraná. Entre os objetivos para reduzir os problemas educacionais do Estado, estavam a “[...] construção, equipamento e recuperação de escolas urbanas e rurais, visando ampliar prontamente a rede escolar primária e média do País” (PARANÁ, 1962b, p. 7). Mas a situação dos municípios recentemente criados no norte do Paraná, em meados do século XX, ainda carecia de infraestruturas básicas, como melhoria no transporte, comunicação, educação, saúde e saneamento. O planejamento de colonização, organizado pela CTNP, denominado “Colonização-Dirigida”<sup>16</sup> (STECA; FLORES, 2002), promoveu um intenso processo de ocupação e povoamento, porém não extraiu tais dificuldades.

Apesar deste contexto de carências, cerca de 48 escolas rurais foram construídas em Cianorte na década de 1960, enquanto que, na década anterior, o número fora de apenas 11. Os moradores, em parceria com a CMNP, ajudavam na construção de escolas para seus filhos e muito pouco se esperava da esfera administrativa estadual. O quadro 6 demonstra o ano em que foram construídas, a identificação e a localização destas escolas:

Quadro 6 – Relação de Escolas Rurais, localização e ano de construção.

Nº	Ano de constr.	Nome	Localização
1.	1956	Escola Rural Municipal João Bueno de Godoy	Distrito Vidigal
2.	1956	Escola Municipal Floriano Peixoto	Patrimônio São Lourenço, km 28
3.	1956	Escola Municipal Rocha Pombo	Estrada Esquilo, km 08
4.	1957	Escola Municipal Castro Alves	Estrada São Tomé.
5.	1958	Escola Municipal Almirante Barroso	Estrada Bolivar, km 10
6.	1958	Escola Municipal Nereu Ramos	Estrada Aldeia, km 06
7.	1958	Escola Municipal Visconde de Mauá	Estrada Cambuci, km 05
8.	1958	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Estrada Cristalina, km 12
9.	1959	Escola Municipal Barão do Rio Branco	Estrada Jaguaruba, km 18

<sup>16</sup> A colonização-dirigida refere-se a um processo de colonização realizado “[...] por empresas ou pelo poder público, cujo planejamento atende à vinda de colonos e onde as terras são divididas e organizados eficientes meios de comunicação e transporte, pois seu objetivo é a venda de terras e o povoamento” (STECA; FLORES, 2002, p. 138).

10.	1959	Escola Municipal Carlos Gomes	Estrada Itapirapuam, km 22
11.	1959	Escola Municipal Fagundes Varela	Estrada Philodendron, km 18
12.	1960	Escola Municipal Afonso Pena	Estrada Imbarié, km 35
13.	1960	Escola Municipal Álvares de Azevedo	Estrada Cristalina, km 09
14.	1960	Escola Municipal Arthur Bernardes	Estrada Carandaí, km 15
15.	1960	Escola Municipal Benjamin Constant	Estrada Saquarema, km 46
16.	1960	Escola Municipal Duque de Caxias	Estrada Cruzeiro D'Oeste, km 18
17.	1960	Escola Municipal Manoel Ribas	Estrada Rodeio, km 14
18.	1960	Escola Municipal Nilo Peçanha	Estrada Cruzeiro do Oeste, km 12
19.	1960	Escola Municipal Tiradentes	Estrada Ligação Terra Boa, km 10
20.	1961	Escola Municipal 19 de Dezembro	Estrada Catingueiro, km 09
21.	1961	Escola Municipal 26 de Julho	Estrada Jaguará, km 10
22.	1961	Escola Municipal Acre	Estrada Bolivar, km 12
23.	1961	Escola Municipal Getúlio Vargas	Estrada Rodeio, km 09
24.	1961	Escola Municipal Joaquim Nabuco	Estrada Aldeia, km 11
25.	1961	Escola Municipal Padre José de Anchieta	Estrada Sertãozinho, km 28
26.	1961	Escola Municipal Princesa Isabel <sup>17</sup>	Patrimônio São Lourenço, km 30
27.	1961	Escola Municipal Zacarias Vasconcelos	Estrada Indio, km 08
28.	1962	Escola Municipal Campos Sales	Estrada Mirindiba, km 18
29.	1962	Escola Municipal Gonçalves Dias	Estrada Ligação Jussara, km 08
30.	1962	Escola Municipal Luiza Rufini Varella	Gleba Bolivar, km 09
31.	1962	Escola Municipal Mato Grosso	Estrada Jaguaruba, km 16
32.	1963	Escola Municipal Alagoas	Estrada São Januário, km 12
33.	1963	Escola Municipal Amapá	Estrada Mondaí, km 30
34.	1963	Escola Municipal Cruz e Souza	Estrada Carandaí, km 18
35.	1963	Escola Municipal Espírito Santo	Estrada São Lourenço, km 16
36.	1963	Escola Municipal Minas Gerais	Estrada Tucurutu, km 10
37.	1963	Escola Municipal Papa João XXIII	Estrada Ligação São Tomé, km 05
38.	1963	Escola Municipal Pará	Estrada Ligação Jussara, km 03
39.	1963	Escola Municipal Paraíba	Estrada Imbarié, km 36
40.	1963	Escola Municipal Rio Grande do Norte	Placa Lopes, km 12
41.	1964	Escola Municipal Amazonas	Estrada Guaricanga, km 13
42.	1964	Escola Municipal Maranhão	Estrada Aldeia, km 18
43.	1964	Escola Municipal Pernambuco	Gleba São Januário, km 15
44.	1964	Escola Municipal Piauí	Estrada Mirindiba, km 22
45.	1964	Escola Municipal Sergipe	Estrada Itapirapuã, km 18
46.	1965	Escola Municipal Goiás	Estrada Terra Boa, km 08
47.	1965	Escola Municipal Rio Branco	Estrada Juréia, km 09
48.	1965	Escola Municipal Rio Grande do Sul	Estrada Cristalina, km 06
49.	1966	Escola Municipal Ceará	Estrada Aldeia, km 09
50.	1967	Escola Municipal Cianorte	Patrimônio Igaritê, km 24
51.	1967	Escola Municipal Marechal Castelo Branco	Estrada São Lourenço, km 27
52.	1967	Escola Municipal Santa Catarina	Estrada Tamboré, km 12
53.	1968	Escola Municipal Bahia	Estrada Sertãozinho, km 20
54.	1968	Escola Municipal Fernando de Noronha	Estrada Ocaçu, km 13
55.	1968	Escola Municipal Marechal Rondon	Patrimônio Vidigal, km 13
56.	1968	Escola Municipal Rio de Janeiro	Estrada Campo Belo, km 27
57.	1968	Escola Municipal Rondônia	Estrada Philodendron, km 35
58.	1968	Escola Municipal São Paulo	Estrada Imbaumirim, km 30
59.	1969	Escola Municipal Paraná	Estrada Amauri <sup>18</sup> , km 26
60.	1970	Escola Municipal Marechal Costa e Silva	Estrada Água Doce, km 06
61.	1970	Escola Rural Municipal Dom João Bosco	Quadra 48, Datas 7 e 8 da Zona 6,

<sup>17</sup> Esta escola passou a ser denominada Escola Municipal General Ernesto Geisel a partir de 1982 (CIANORTE, 2011).

<sup>18</sup> O nome da estrada foi transcrito de acordo com o documento "Relatório/Ficha", entretanto evidencia-se que o nome correto é Estrada Amburi, localizada no mapa rural de Cianorte (CIANORTE, s/db).

			Cianortinho.
62.	1974	Escola Rural Municipal Emílio Garrastazu Médici	Fazenda Porangatu

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972; s/dc), Relatórios Finais das Escolas Rurais (CIANORTE, 1978-1999), Decreto Municipal 56/82 (CIANORTE, 1982) e Regimento das Escolas Municipais e Rurais Municipais (CIANORTE, 1989).

Esclarecemos que quatro escolas, Castro Alves, Dom João Bosco, General Emílio Garrastazu Médici e João Bueno de Godoy, não possuem o documento “Relatório/Ficha”, do qual extraímos os dados de 58 escolas. Estes foram realizados por meio dos Relatórios Finais, do Decreto Municipal 56/82 e do Regimento das Escolas Municipais e Rurais Municipais de 1989.

Os endereços das escolas foram transcritos no quadro 6, tais como estavam nos documentos analisados. Dessa forma, embora descritos como estrada, patrimônio ou gleba, quando aparecem seguidos do mesmo nome, consideramos que as escolas estavam instaladas na mesma região.

Assim sendo, não há indícios sobre um planejamento para o estabelecimento de cada uma das escolas, tendo sido construídas conforme a necessidade da população, uma vez que verificamos escolas com proximidade de um quilômetro e distanciamento de até 12 km quando construídas na mesma estrada ou patrimônio.

O mapa a seguir apresenta a localização das escolas rurais no território de Cianorte, com a representação das construções realizadas por década, conforme a legenda. A zona urbana compreende, além da sede do município, os distritos de São Lourenço e Vidigal, localizados ao sul e nordeste respectivamente.



Cumprе explicitar que o mapa foi organizado por nós, tendo como base: as fontes históricas que contêm os endereços das escolas (CIANORTE, 1982; 1971-1972; s/dc); o mapa/documento denominado de “Localização de escolas isoladas do Município de Cianorte Est. Paraná” (CIANORTE, s/da), produzido em parte manualmente; e na base cartográfica intitulada “Mapa Rural – Glebas” (CIANORTE, s/db), disponível na página da internet da Prefeitura do Município de Cianorte. Não há indicações quanto à data de produção dos últimos materiais. Porém, observando-se o núcleo urbano de Cianorte no mapa rural, considera-se que a versão encontra-se desatualizada, uma vez que algumas regiões urbanizadas atualmente não constam no mapa. Vale dizer que nosso propósito pautou-se na localização das escolas rurais na extensão territorial do município, portanto a base cartográfica foi mantida sem alterações.

Com base no mapa 1, é possível observar a distribuição das escolas nas décadas de 1950, 1960 e 1970. De 1956 até o final da década, onze escolas foram construídas e, durante a década de 1960, a proliferação de instituições primárias na zona rural é visível no mapa, 48 unidades, marcando a expansão dessa modalidade de ensino no município. A partir de 1970, mais três escolas se estabeleceram, formando o conjunto de 62 escolas rurais na região.

Essas edificações refletem, em parte, a proposta de escola rural simplificada, tal como relatam Faria Filho e Vidal (2000) ao se reportarem às escolas rurais construídas no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. As escolas apresentam características semelhantes e diferentes entre si no que diz respeito ao espaço físico de cada uma delas. A maioria das escolas contém espaços com uma ou mais salas de aula e outros espaços como cozinha, mictório e casa do professor, não há pátio coberto para recreio e nem banheiros. Em apenas duas escolas aparecem registros de existência de três sanitários, dois destinados ao uso pelos alunos e um para o professor.

Inferimos que a questão do saneamento não era uma realidade próxima das pessoas que construíram a história do ensino primário rural deste município, embora existisse uma preocupação com a higiene e a saúde na época. Larocca e Marques (2010) discorrem que, em meio às discussões sobre saneamento sanitário e saúde no Paraná na década de 1920, a escola foi apontada como um meio de educar e higienizar o povo, começando pela infância. A preocupação com a saúde é

retomada na década de 1970, com a regulamentação do Código Sanitário em 1977 e com o preparo e treinamento de recursos humanos para que fossem disseminadas as práticas de saneamento e saúde no interior do Paraná, como expresso em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo governador Jayme Canet Junior em 1978.

Com o objetivo de propiciar a multiplicação de agentes que possam levar às comunidades os ensinamentos sobre saúde e saneamento, realizaram-se cursos e treinamento, em sua maioria, no interior do Estado. Cumpre dar realce aos que foram destinados às professoras municipais, quase sempre leigas, e que levarão aos alunos e seus familiares os conhecimentos básicos sobre higiene, saneamento, imunizações, combate às principais doenças, enfim, educação sanitária em moldes simples e de fácil compreensão. (PARANÁ, 1978, p. 49-50).

A imagem 12 refere-se a um curso de “higiene escolar”, que aconteceu em 1977 em Cianorte. Atenta-se que, ao fundo, no quadro negro, há informações sobre doenças, correspondendo ao enunciado pelo governador na citação anterior. À direita da imagem, aparecem dados sobre o evento, que identificam a fotografia.

Imagem 12 – Curso de Higiene Escolar em 1977, ofertado às professoras primárias, pela Pasta Saúde e Bem Estar Social do Estado do Paraná.



CURSO DO SSB/PIMMO- SOBRE  
HIGIENE ESCOLAR- ADMINISTRADO  
PELA PROP. TEREZINHA ERTHAL-  
COORDENADORA, VINDO DE CTBA.  
09/05/77 até 13/05/1.977.

**Fonte:** Álbum de fotografias (CIANORTE, 1977a).

Nesse sentido, mesmo diante da preocupação com a higiene, demonstrada por meio da formação direcionada aos docentes das escolas rurais, as estruturas simplificadas da maioria dos prédios escolares de Cianorte não contemplavam instalações adequadas. Era comum, naquele momento, a construção de mictórios, já que a maioria das escolas rurais, assim como as residências localizadas na zona rural e em periferias urbanas não possuíam banheiros com as devidas instalações sanitárias.

Com relação a outros espaços, apenas o Relatório/Ficha referente à Escola Municipal Princesa Isabel traz registrada a existência de uma biblioteca (9m<sup>2</sup>), um almoxarifado (3m<sup>2</sup>) e uma secretaria (12m<sup>2</sup>), além de três salas de aula e dois sanitários, cujo prédio escolar, situado no Patrimônio de São Lourenço, atualmente distrito de Cianorte, difere dos demais pela sua estrutura mais moderna e de alvenaria. Como pode ser visualizado na imagem a seguir:

Imagem 13 – Escola Rural Princesa Isabel (ano de construção 1961).



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972).

A imagem 13 reflete um padrão de construção diferenciado da maioria das construções das outras escolas rurais. Encontramos situação semelhante na Escola Rural Marechal Rondon, localizada no Patrimônio de Vidigal, atual distrito de Cianorte. Eis sua imagem:

Imagem 14 – Escola Rural Marechal Rondon (ano de construção 1968).



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, s/dc).

As imagens 13 e 14 demonstram duas escolas rurais com padrões semelhantes entre si, construídas em alvenaria. Embora a Escola Rural Marechal Rondon não possua espaços como biblioteca, almoxarifado, secretaria e sanitários, no mesmo padrão da Escola Rural Princesa Isabel, a arquitetura de ambas faz menção ao modelo dos grupos escolares, geralmente presentes na zona urbana no século XX.

Os grupos escolares foram instituídos na organização da educação do Brasil no final do século XIX e permaneceu na estrutura do ensino até o ano de 1971, quando extintos com a promulgação da Lei 5692/71 (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Vidal (2006) esclarece que os grupos escolares constituíram-se como escolas graduadas, substituindo as classes multisseriadas, e com uma organização rígida com relação ao período de matrículas. Com sua criação, foi introduzida a obrigatoriedade da frequência, a autoridade do professor e a função de diretor.

As escolas mencionadas se localizavam nos patrimônios de São Lourenço e Vidigal, que, atualmente, são distritos de Cianorte. Esses patrimônios, embora com características de espaço urbano, eram considerados como zona rural naquele período. O Regimento das Escolas Municipais e Rurais Municipais de Cianorte, com



data de 1989, esclarece que as escolas rurais “[...] se caracterizam pela sua localização na Zona Rural e nos Distritos” do município (CIANORTE, 1989, p. 1).

Os Livros Registro da Escola Rural Marechal Rondon demonstram que, de 1979 a 1992, o ensino era seriado e a escola contava com vários professores atuando em classes distintas (CIANORTE, 1977-1996). Essas características evidenciam uma organização semelhante à de um grupo escolar, exceto pela ausência de diretor e de outros espaços encontrados somente na Escola Rural Princesa Isabel. Além disso, funcionavam, no prédio, tanto o ensino primário quanto o ginásial, em turnos diferenciados.

A Escola Rural Princesa Isabel atendia ao ensino primário, distribuído em três turnos diários. Devido à existência de apenas um Livro Registro referente ao atendimento escolar dessa escola, não foi possível verificar com precisão se as turmas eram uni ou multisseriadas.

As escolas Princesa Isabel e Marechal Rondon dedicavam-se a atender aos alunos que habitavam o patrimônio onde estavam inseridas e àqueles que moravam à pequena distância destes prédios, em sítios ou fazendas. Estavam distantes da sede urbana e, por isso, sua localização era caracterizada como zona rural.

Com relação às demais escolas rurais, não havia um padrão estabelecido para suas construções, exceto com relação aos 48 metros quadrados destinados às salas de aula. O quadro 7 nos auxilia a ter uma visão geral de 58 escolas rurais<sup>20</sup> existentes, na década de 1970, quanto às dependências que possuíam. Não nos reportamos, no quadro, às dependências que só a Escola Rural Princesa Isabel possuía. Consideramos apenas as dependências mais comuns entre as escolas.

Quadro 7 – Demonstrativo do espaço físico das escolas rurais: número de escolas com as dependências.

	<b>Dependências</b>					
	1 sala de aula	2 ou mais salas de aula	Casa do professor	Cozinha	Mictório	Sanitário
<b>Nº escolas</b>	40	18	21	49	56	02

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972; s/dc).

<sup>20</sup> Analisamos os dados de 58 prédios escolares no quadro 7 por não haver informações sobre as dependências de cinco escolas nas fontes documentais.

Todas as escolas contavam com, no mínimo, duas dependências, e possuíam salas de aula com 48 metros quadrados. A cozinha, nem sempre presente em todas elas, como foi possível observar no quadro anterior, tinha entre 9 e 22 metros quadrados, sendo que a maioria (cerca de 41) apresentava registro de uma área de 15 metros quadrados cada uma.

Nota-se que somente duas escolas rurais possuíam sanitários. As demais, contavam com mictórios, utilizados por professores e alunos para as suas necessidades fisiológicas. Geralmente, eram casinhas feitas de madeira, construídas diretamente em cima da fossa sanitária, afastadas da sala de aula por causa dos fortes odores. Na imagem a seguir, é possível visualizar uma das escolas rurais que possuíam uma sala de aula e um mictório, este com 3 metros quadrados, construído um pouco afastado do prédio escolar, à esquerda, conforme já explicado:

Imagem 15 – Escola Rural Arthur Bernardes (ano de construção: 1960)



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, s/dc)

Como se observa no quadro 7, 21 escolas possuíam residência anexa destinada ao professor, correspondendo a 36% das escolas rurais. A presença da casa do professor pode estar relacionada à intenção de fixar estes profissionais nas localidades onde atuavam, como incentivo e complementação dos salários. Dados do livro de cunho memorialista sobre a história do município informam que as

residências foram construídas para que o professor não faltasse às aulas em dias chuvosos, uma vez que a chuva impossibilitava a locomoção por conta das péssimas condições das estradas (Cioffi et al. 1995).

Essa informação pode demonstrar o estranhamento em face da política e dos discursos voltados para a educação rural na época, que objetivavam educar a comunidade local mediante uma ação civilizatória. Esta ação deveria disseminar novos valores e atitudes, consubstanciando mudanças no comportamento da população rural em relação à valorização do trabalho, do asseio e hábitos saudáveis, integrando-a aos princípios da economia e da sociedade modernas, atreladas ao desenvolvimento capitalista pelo qual o Brasil ansiava no período democrático de 1946 a 1964 (ANDRADE, 2014).

Sendo assim, as dependências presentes nas construções escolares rurais do município refletem os projetos formativos instaurados no Brasil de 1946 a 1964, conforme aponta Andrade (2014) ao destacar o vínculo da construção simbólica da ordem social à construção material dos prédios escolares. A própria residência da professora, de estrutura simples, mas superior à dos moradores locais, serviria como visão de uma possibilidade ao alcance de todos. Além disso, não por acaso, a casa da professora estaria ali estruturada na zona rural, servindo como exemplo a ser seguido pelas pessoas da comunidade. Como expresso por Andrade (2014, p. 97):

Dessa forma, se todo prédio escolar de novo tipo – aquele que também neste momento vai ser planejado como em si mesmo um fator de irradiação do espírito desse novo tempo que se anuncia – trará contígua à residência da professora, esta deve fazer com que seus hábitos domésticos e pessoais – conservação, arrumação e decoração de seu lar, maneira de se vestir, falar e agir em público – transmitam eles também um novo padrão de existência e comportamento civilizado para os que se encontram, por assim dizer, à sombra da escola.

Esse “novo tempo” refere-se ao período democrático pelo qual passou o país após a queda do Estado Novo em 1945. O período foi marcado pela incorporação de direitos essenciais, como a escolha de representantes no parlamento, liberdade, igualdade, ascensão social e solidariedade. Nesse contexto, depois de um regime autoritário, de repressão e perseguição políticas, a educação seria responsável por disseminar uma nova forma de viver em sociedade (ANDRADE, 2014). Quanto à escola rural, o autor acrescenta que seria considerada como “[...] espaço privilegiado

ao esforço de conformação da população do campo brasileiro frente aos valores, hábitos e práticas característicos, tanto do trabalho em moldes industriais, quanto do estilo de vida urbano que lhe é consentâneo” (p. 95).

Além disso, esclarece Andrade (2014), no projeto das escolas rurais como espaço de incorporação da civilidade preconizada pelo país, a formação do professor deveria oferecer as condições básicas para que os objetivos se concretizassem. A escola rural, por servir como local de encontro dos moradores para debater questões sobre seu meio, teria na figura da professora uma transmissora de tais valores.

Dados da educação municipal informam que, em 1957, foi instalada em Cianorte a primeira instituição pública destinada à formação de professores, a Escola Normal Regional Silva Jardim (GONÇALVES; SCHELBAUER, 2011). Naquele momento, a formação de normalistas passava pelo processo de consolidação das ideias da pedagogia da Escola Nova no Paraná, por meio da atuação de Erasmo Pilotto<sup>21</sup>, cujo ideário era a crença no “[...] poder da ação educativa do professor e da escola” (MIGUEL, 2011, p. 135). Assim, é possível que os espaços escolares aliados à formação de professores tenham contribuído com tais projetos formativos, uma vez que os cursos normais regionais objetivavam, além da formação para docência no ensino primário, formar professores na própria região em que residiam, para que se ocupassem de valorizar e tratar das questões locais.

Ao analisar esses espaços tomando por base o acervo iconográfico<sup>22</sup> das escolas rurais de Cianorte, é possível conhecer a arquitetura e a estrutura física que abrigava professores e alunos. As imagens chamam a atenção para os detalhes, possibilitando a visualização das condições físicas em que as escolas se encontravam. Quanto ao procedimento de análise de documentos iconográficos, Souza (2001, p. 78) salienta que é importante lembrarmos que,

Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do

---

<sup>21</sup> Erasmo Pilotto (1910-1992) foi um intelectual ativo nas questões educacionais no Estado do Paraná. Foi professor, diretor, escritor e secretário de educação do Estado, entre outras funções exercidas ao longo de sua vida (SANTOS, 2004).

<sup>22</sup> As fotografias estão anexas aos documentos aqui denominados Relatório/Ficha e em outros documentos sem título, datilografados, com informações semelhantes às dos relatórios. Dessa forma, o acervo iconográfico que contém o conjunto das instituições rurais de Cianorte foi organizado por nós.

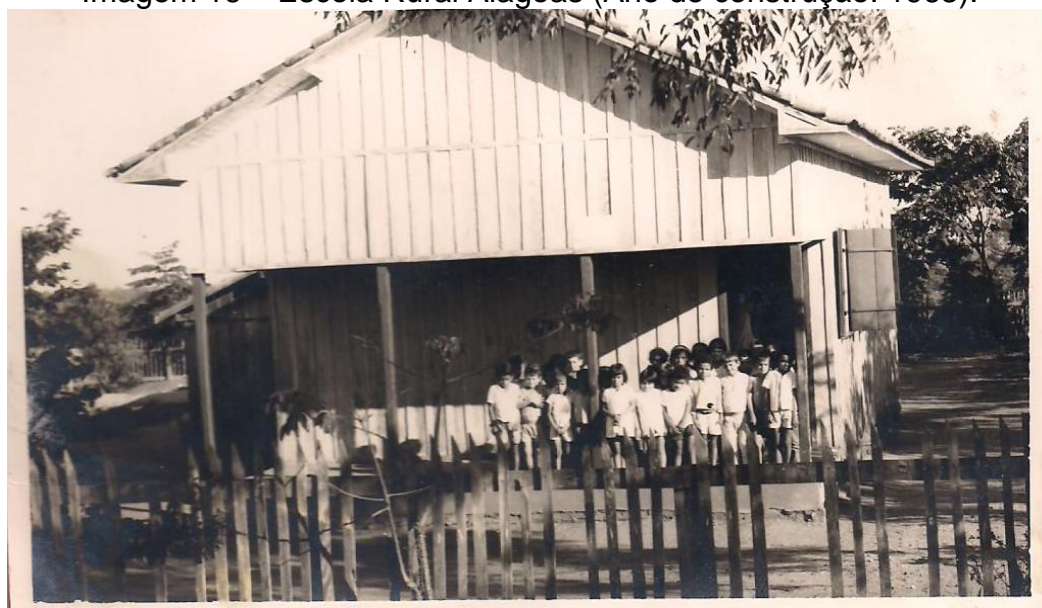
agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes, como instrumento de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identifiquem são indicativos de uma funcionalidade que se inscreve na ordem afetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo.

Souza (2001) explica que as fotografias escolares caracterizam-se como um gênero fotográfico e foram disseminadas a partir do início do século XX, servindo como recordação. Entre esses gêneros destacam-se “[...] os retratos de família, as fotografias de paisagens urbanas, de arquiteturas e os cartões-postais. Entre os diversos tipos de conteúdo temático retratados, o mais popular é a foto de classe” (p. 79).

No caso do acervo das escolas rurais de Cianorte, as fotografias organizadas por nós se referem à arquitetura escolar. Tendo em vista o fato de que as fotografias estão anexas a documentos que “retratam” cada instituição, provavelmente formulários encaminhados por órgão superior, inferimos que se tratava de uma exigência da SEED para que a administração municipal caracterizasse os espaços utilizados pela educação primária rural.

As próximas imagens nos permitem observar as condições físicas dos prédios escolares rurais. As fotografias que se seguem foram selecionadas entre 58 imagens, com o objetivo de demonstrar um exemplo de cada escola de acordo com o número de salas de aula que possuíam.

Imagem 16 – Escola Rural Alagoas (Ano de construção: 1963).



Fonte: Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, s/dc).

A Escola Rural Alagoas, construída no ano de 1963, possuía uma sala de aula com 48 metros quadrados, uma cozinha com 15 e um mictório com dois metros quadrados. A imagem apresenta uma edificação simples de madeira, telhas de barro e uma área exterior coberta, consideravelmente pequena. Nela, os meninos e meninas “posam” para o registro da foto. O prédio escolar apresenta sinais de pintura externa e um cercado limítrofe do terreno.

Imagem 17 - Escola Rural Afonso Pena (Ano de construção: 1962).



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, s/dc).

A imagem 17, da Escola Rural Afonso Pena, apresenta uma edificação semelhante à representada na fotografia anterior. Construída também com madeira e telhas de barro, possuía duas salas de aula com 48 metros quadrados cada. Existia uma dependência utilizada como cozinha, com 15 metros quadrados e residência anexa destinada ao professor, com 25 metros quadrados, embora não apareça na foto. Nessa escola, não havia sanitários, possuindo o mictório dois metros quadrados, utilizado por professores e alunos. O cercado, assim como as paredes apresentam-se desgastados.

Além das condições do prédio, a fotografia registra a presença das pessoas que utilizavam o espaço. A professora encontra-se à porta e, logo atrás dos alunos,

a bandeira do Brasil está disposta de forma que apareça na foto, reafirmando o apreço à Pátria.

Na imagem seguinte, professores e alunos participam de um registro fotográfico.

Imagem 18 – Escola Rural 19 de Dezembro (Ano de construção: 1961).



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972).

A imagem 18 demonstra um prédio escolar um pouco mais amplo do que as imagens anteriores, com três salas de aula, cada uma com 48 metros quadrados. Esta escola possuía outras dependências, como um mictório e residência para o professor, com dois e 35 metros quadrados respectivamente. Construída com madeira, apresentava traços de pintura externa. Notam-se, encostadas no cercado, algumas bicicletas, possível meio de transporte utilizado por professores e alunos.

A imagem 19 apresenta uma escola edificada em alvenaria, com seis salas de aula. Nesse local, segundo análise dos Livros Registro, os alunos eram agrupados em classes seriadas, cada uma com um professor regente. Tais características assemelham-se ao grupo escolar, mas não há espaços como biblioteca, sanitários e secretaria. Esta escola localizava-se no Patrimônio de Vidigal, atual distrito de Cianorte. Possuía, além das salas de aula com 48 metros quadrados cada, uma cozinha e um mictório, com 15 e três metros quadrados respectivamente.

Imagem 19 – Escola Rural Marechal Rondon (Ano de construção: 1968).



**Fonte:** Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, s/dc).

Nota-se que, como aparece nesta fotografia, o cercado é uma característica presente em todas as escolas rurais.

As referidas fotografias não apresentam registros sobre o período em que foram tiradas. No entanto, as placas<sup>23</sup> em frente à escola na imagem 18 e à esquerda na imagem 19 referem-se a obras realizadas nas escolas por meio de convênio entre o MEC e a Prefeitura de Cianorte.

As informações identificadas nas imagens da referida placa indicam que as construções foram realizadas no período do regime militar, cujo presidente, na época, era o Marechal Artur da Costa e Silva, seu mandato foi de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969. Em Cianorte, o Prefeito em exercício era o Senhor Ricardo Queirós Cerqueira, que administrou o município de 1969 a 1973. Dessa forma, inferimos que estas fotografias foram tiradas no ano de 1969, por ser o único ano em que coincidem as informações sobre as administrações federal e municipal. A mesma placa foi identificada em fotografias de sete escolas denominadas rurais:

---

<sup>23</sup> As fotografias são antigas e foi necessário digitalizá-las e ampliá-las para conseguirmos identificar as informações da placa que aparece em sete escolas rurais. Mesmo ampliadas tivemos dificuldades para visualizar os dados das placas, o que nos impediu de reproduzi-las.



19 de Dezembro, 26 de Julho, Marechal Rondon, Nilo Peçanha, Padre José de Anchieta, Paraná e Rocha Pombo.

Sobre estas obras, a Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Pimentel, Governador do Estado, em 31/03/1970, nas páginas 123-124, relata os investimentos em escolas primárias no Estado do Paraná, realizados no ano de 1969, como obras de construção de novos prédios, ampliação de escolas existentes e reparos, além de equipamentos e mobiliários (PARANÁ, 1970). Entretanto as placas não marcam a presença da esfera estadual nas obras em Cianorte.

Em geral, as imagens das escolas rurais cianortenses demonstram que a maioria foi construída com madeira e telhas de barro; algumas com vidraças e outras com janelas de madeira. Os terrenos aparecem todos cercados com madeira. Dos 58 retratos de escolas, apenas duas foram construídas com tijolos, cujas imagens demonstramos anteriormente (imagens 13 e 14). Observamos ainda que, das 58 escolas, 30 não apresentam sinais de pintura externa, e 28 delas, embora com sinais de pintura, parecem bem desgastadas pelo tempo. Provavelmente, não havia uma preocupação com a aparência da escola rural na época, cujas imagens refletem o modelo de “escolas funcionais”, de baixo custo, com construções feitas com materiais da própria região (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Diante dos espaços escolares rurais do município de Cianorte, desvelados por meio das fontes documentais analisadas, concluímos que esses espaços, assim como nos demais municípios do Paraná e estados do Brasil, constituíram-se em uma forma de universalizar o ensino primário com baixo custo. Podemos inferir que a iniciativa de construção destas escolas passou primeiro pela questão da necessidade de atender à população nos locais em que ela se encontrava em maior número.

No Município de Cianorte, a CMNP incentivou a ocupação do território e algumas vezes viabilizou a construção de escolas com o fornecimento da madeira, fruto da derrubada da floresta no próprio local. Os terrenos em que as escolas rurais foram construídas eram, por vezes, cedidos por proprietários de terras. Esta situação é corroborada por Faria Filho e Vidal (2000) ao relatarem que, já na década de 1930, os discursos e projetos sobre a construção de escolas manifestavam-se a favor de que ela fosse “[...] funcional, racional, com uso de materiais da região e atendendo

às condições de clima, usos e costumes” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 29). Além das ações dos moradores e dos esforços da administração municipal, os próprios documentos indicam a subvenção federal para obras relacionadas às escolas rurais em Cianorte no ano de 1969.

Cioffi et al. (1995) caracterizam o mandato do segundo prefeito de Cianorte, Antônio Rodrigues da Mota, gestão de 24 de dezembro de 1959 a 24 de dezembro de 1963, como o período em que mais se investiu no campo da educação, construindo 25 escolas rurais. Segundo os documentos analisados, o número de construções realizadas no período totaliza 29 prédios escolares.

A partir de 1969, na gestão de Ricardo de Queirós Cerqueira (1969-1972), período em que o Paraná passou por uma sucessão de governadores<sup>24</sup>, as autoras sinalizam que tal situação instabilizou os municípios e que “[...] os recursos se tornaram escassos e o prefeito chegou a reunir seus assessores e propor que não mais se pedisse auxílio do Estado” (CIOFFI et al., 1995, p. 221).

Convém salientar que o período denominado Regime Militar (1964-1985) repercutiu no desenvolvimento de Cianorte, sobretudo quando eleito a prefeito um candidato do partido de oposição. Entre os acontecimentos no período, destacam-se o incêndio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, perseguições a pessoas que declaravam insatisfação ao regime, prisões, expulsão de pessoas e vetos a projetos e a obras públicas no município, inclusive relacionadas à educação (CIOFFI et al., 1995).

Mais tarde, na década de 1980, o Estado do Paraná tentou uma reorganização na educação, levantando a bandeira da democracia. Foram veiculados, nesse momento, os chamados *slogans educacionais* (RODRIGUES, 2012), que transmitiam o discurso de gestão democrática, participação e mobilização da sociedade quanto às questões educacionais: “Uma maneira mais branda, mas não menos diretiva” (p. 145). Outrossim, foi uma década de racionamento de investimentos, inclusive no que se refere aos salários dos professores e condições de trabalho, culminando em movimentos grevistas no setor educacional.

---

<sup>24</sup> No período mencionado, foram governadores do Paraná: Paulo Cruz Pimentel (de 31/01/1966 a 15/03/1971), Haroldo Leon Peres (de 15/03/1971 a 23/11/1971) e Pedro Viriato Parigot de Souza, como governador substituto (de 23/11/1971 a 11/07/1973) (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2002).

No início da década de 1990, sob pressão da SEED, Cianorte aderiu ao projeto de municipalização, passando a subvencionar, mediante parceria com o Estado<sup>25</sup>, todas as escolas que atendiam ao pré-escolar e 1ª a 4ª séries do 1º grau<sup>26</sup>, atual ensino fundamental. Para Santos (2003), no Estado do Paraná, o processo de municipalização significou a desresponsabilização da esfera estadual com este nível de ensino, deixando, de modo significativo, de investir no setor.

Esta situação sobrecarregou o município que, por sua vez, tentou uma organização administrativa que garantisse a manutenção da escola pública e aumentasse a oferta de vagas, tão preconizada na década de 1990. Nesse sentido, continuar mantendo pequenas unidades dispersas na zona rural parecia ser uma atitude inconciliável entre ampliação do atendimento escolar e manutenção do ensino primário, a fim de atender às demandas por escolarização na esfera municipal.

Suprir as demandas educacionais não é uma tarefa simples quando se tem um número expressivo de escolas, entre urbanas e rurais, a subvencionar. A subvenção está diretamente relacionada à organização do ensino, que pressupõe estruturas administrativas e pedagógicas (VEIGA, 1995). As pedagógicas se referem às ações educativas, em que permeiam as questões de ensino-aprendizagem, currículos, programas, finalidades, as quais necessitam de artefatos para se desenvolverem, tornando-se efetivas. Por outro lado, fazem parte das estruturas administrativas “[...] todos os elementos que têm uma forma material: [...] equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico” (VEIGA, 1995, p. 25).

Estas estruturas são importantes para a organização do ensino à medida que subsidiam o trabalho pedagógico nas escolas. Neste sentido, trataremos de refletir sobre tais equipamentos, os quais se desdobram na cultura material escolar das instituições analisadas.

---

<sup>25</sup> Entre as obrigações da SEED, tal parceria incluía o repasse de professores que atuavam no nível de ensino em questão, sem ônus para o município; a oferta de orientação técnica pedagógica permanente; assistência técnica por meio de cursos de treinamento para docentes e não-docentes; assistência financeira, mediante repasse de recursos; manter em parceria os prédios estaduais e equipamento, quando utilizados pela SEED; entre outros (SANTOS, 2003).

<sup>26</sup> Além do ensino de 1ª a 4ª séries, a municipalização referia-se ao pré-escolar, à educação especial e ao ensino supletivo fase I (SANTOS, 2003).

### 3.2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR

A cultura escolar como categoria de análise tem sido difundida em estudos de base no campo da história da educação, vinculada a estudos regionais que objetivam desvelar os saberes e práticas veiculados e apropriados nas instituições escolares. Essa possibilidade começou após o reconhecimento, no campo educacional, de que existe uma cultura produzida pela escola e que precisa ser investigada (FARIA FILHO et al., 2004).

Nesse sentido, as investigações em torno dos objetos e materiais empregados nas escolas e sua relação com os métodos de ensino têm demonstrado o papel que desempenharam na produção da cultura, mediante permanências ou redefinições quanto à utilização de determinados objetos (SOUZA, 2013). Mas adverte que: “A definição e a classificação desses objetos consistem em desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores dedicados ao estudo da cultura material da escola. É necessária a construção de uma genealogia dos termos” (SOUZA, 2013, p. 105).

Como não temos uma “genealogia dos termos”, optamos pela análise dos objetos presentes na história do ensino primário rural de Cianorte com base nas considerações de Souza (2013). Assim, a nossa presente reflexão “[...] incide sobre os suportes materiais do ensino, ou seja, os objetos utilizados por professores e alunos nas escolas em situações de aprendizagem” (p. 105).

Uma vez definida a perspectiva de nossa análise, identificamos importantes informações quanto à cultura material escolar das escolas rurais de Cianorte ao pesquisar nos documentos Relatórios/Fichas e conseguimos visualizar aspectos sobre a estrutura existente para o ensino. Os registros de materiais que serviam como suporte ao processo de ensino nas escolas rurais, segundo os documentos mencionados, resumem-se a carteiras simples e duplas, mesas e quadros de giz.

No quadro a seguir, apresentamos a especificidade de cada instituição escolar estudada<sup>27</sup>, retomando os dados sobre o número de salas disponíveis, para confrontá-los com a quantidade de materiais existentes:

---

<sup>27</sup> Os dados presentes nas fontes históricas permitiram a análise de 58 unidades escolares rurais.

Quadro 8 – Especificidades de cada Escola Rural, mobília e materiais disponíveis.

<b>Escola</b>	<b>Nº salas</b>	<b>Nº Carteiras duplas</b>	<b>Nº Carteiras simples</b>	<b>Nº Mesas</b>	<b>Nº Quadros</b>
Escola Municipal 19 de Dezembro	03	75	-	03	04
Escola Municipal 26 de Julho	02	40	-	02	02
Escola Municipal Acre	01	20	-	01	02
Escola Municipal Afonso Pena	02	40	-	02	02
Escola Municipal Alagoas	01	21	-	01	02
Escola Municipal Almirante Barroso	02	42	-	02	04
Escola Municipal Álvares de Azevedo	01	19	-	01	02
Escola Municipal Amapá	01	27	-	01	01
Escola Municipal Amazonas	01	20	-	01	01
Escola Municipal Arthur Bernardes	01	15	-	01	01
Escola Municipal Bahia	01	22	-	02	02
Escola Municipal Barão do Rio Branco	01	23	-	01	02
Escola Municipal Benjamin Constant	01	25	-	01	02
Escola Municipal Campos Sales	02	42	-	02	03
Escola Municipal Carlos Gomes	01	25	-	01	02
Escola Municipal Ceará	01	25	-	01	02
Escola Municipal Cianorte	01	18	-	02	02
Escola Municipal Cruz e Souza	01	23	-	01	01
Escola Municipal Duque de Caxias	01	23	-	01	02
Escola Municipal Espírito Santo	01	23	-	01	01
Escola Municipal Fagundes Varela	02	35	-	02	02
Escola Municipal Fernando de Noronha	01	21	-	01	03
Escola Municipal Floriano Peixoto	02	21	45	02	03
Escola Municipal Getúlio Vargas	02	47	-	02	02
Escola Municipal Goiás	01	23	-	01	01
Escola Municipal Gonçalves Dias	01	19	-	01	02
Escola Municipal Joaquim Nabuco	01	19	-	01	01
Escola Municipal Luiza Rufini Varella	02	47	-	02	03
Escola Municipal Manoel Ribas	02	20	-	01	01
Escola Municipal Maranhão	02	10	-	01	01
Escola Municipal Marechal Rondon	06	90	-	08	06
Escola Municipal Marechal Castelo Branco	01	22	-	01	02
Escola Municipal Marechal Costa e Silva	01	-	20	01	01
Escola Municipal Mato Grosso	01	22	-	01	01
Escola Municipal Minas Gerais	01	20	-	01	01
Escola Municipal Nereu Ramos	02	-	71	05	02
Escola Municipal Nilo Peçanha	02	50	-	02	02
Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	01	21	-	01	01
Escola Municipal Padre José de Anchieta	02	50	-	02	02
Escola Municipal Papa João XXIII	01	26	-	01	01
Escola Municipal Pará	01	20 ou 30 (rasura)	-	01	01
Escola Municipal Paraíba	01	22	-	01	02
Escola Municipal Paraná	01	24	-	01	01
Escola Municipal Pernambuco	01	24	-	01	02
Escola Municipal Piauí	01	23	-	01	02
Escola Municipal Princesa Isabel	03	-	111	03	03
Escola Municipal Rio Branco	01	24	-	01	01

Escola Municipal Rio de Janeiro	01	22	-	01	03
Escola Municipal Rio Grande do Norte	01	18	-	01	02
Escola Municipal Rio Grande do Sul	01	18	-	01	02
Escola Municipal Rocha Pombo	02	23	41	02	02
Escola Municipal Rondônia	01	22	-	01	01
Escola Municipal Santa Catarina	01	21	-	02	03
Escola Municipal São Paulo	01	...	...	...	...
Escola Municipal Sergipe	01	20	-	01	01
Escola Municipal Tiradentes	02	42	-	02	02
Escola Municipal Visconde de Mauá	01	25	-	01	01
Escola Municipal Zacarias Vasconcelos	01	20	-	01	02

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972; s/dc).

Os dados sobre as escolas rurais e o número de salas de aula, observados no quadro 8, estão expostos a seguir:

Tabela 3 – Demonstrativo do número de escolas rurais e de salas de aula que possuíam.

Número de escolas rurais	Número de salas de aula
40	01
15	02
02	03
01	06

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais Rurais (CIANORTE, 1971-1972; s/dc).

Frente ao quadro 8 e à tabela 3, identificamos que 40 escolas rurais possuíam uma sala de aula e 15 possuíam duas. Com menor número – duas e uma, temos as demais escolas que apresentam três e seis salas respectivamente. A maioria das escolas lembra a questão da arquitetura simples, com baixo custo, sem exigências quanto à aparência. Construídas em locais onde havia demanda por escolarização, uma sala de aula serviria ao propósito de ensinar a ler, escrever e contar. Era comum muitas crianças matriculadas nas turmas, mas o elevado número de desistências e transferências esvaziava as salas de aula.

Quanto à mobília e materiais que aparecem nos documentos, os registros indicam a presença de carteiras duplas na maioria das escolas, carteiras simples em menor número e mesas e quadros de giz. Com relação aos materiais de consumo em sala de aula, os documentos analisados não apresentam dados que correspondam a tal informação. Entretanto encontramos informações nos Livros

Registros que indicam a presença de livro didático e cartilhas<sup>28</sup> nas escolas rurais (CIANORTE, 1977-1996).

Outros documentos, como recibos, formulários de compra, atas de reuniões de pais e ata de reunião com professores<sup>29</sup>, identificam a existência dos seguintes Livros e Cartilhas: *Turma da Abelhinha* da 1ª série – 1975, *Cartilha Vamos sorrir* para a 1ª série – 1972, *Literatura e Gramática da Criança* para a 3ª série – 1972 e “[...] os mesmos livros do ano anterior para as 2ª e 4ª séries”, porém sem identificá-los (CIANORTE, 1970-1989). Uma ata de reuniões com professores, datada de 1972, registra um convite para que realizassem pesquisas na biblioteca da Inspeção Regional de Ensino – IRE, apresentada como um recurso a mais aos professores, uma vez que não havia bibliotecas nas escolas rurais<sup>30</sup>. Na mesma ata, aparecem orientações aos professores para que utilizassem papel de embrulho e recortes de jornais para o trabalho com as primeiras séries. Entre as orientações registradas em atas de reuniões, solicitava-se aos professores que não pedissem muitos materiais aos alunos, somente o necessário (CIANORTE, 1970-1989).

Em 1975, a circular nº 03/75 – IRE transcreveu a Resolução Estadual nº 296/75, para que os professores tomassem conhecimento de que seria proibido impedir o acesso dos alunos por falta de uniforme ou de materiais escolares. Além disso, as escolas deveriam providenciar os materiais para as crianças desprovidas de recursos por meio da Contribuição Comunitária ou da Associação de Pais e Professores (CIANORTE, 1975a). No ano de 1976, um documento enviado à Inspeção, pelo Banco do Brasil, registra a doação de 1.900 cadernos escolares direcionados aos alunos da zona rural (CIANORTE, 1976).

Segundo Souza (2013), os materiais pedagógicos apresentam estreita relação com os métodos de ensino. No início do século XX, por exemplo, o método intuitivo trazia consigo a necessidade de disponibilizar o contato das crianças com o objeto de estudo por meio de materiais que as crianças pudessem visualizar, pegar,

---

<sup>28</sup> Anotações como: “exercícios do livro básico” e “leitura de livro e dramatização” no campo de registro de conteúdos de “Comunicação e Expressão” (Livro Registro, 1979, Escola Municipal Rio Branco, 1ª e 2ª séries); “completar o livro de Estudos Sociais”, com relação ao registro de conteúdos de “Integração Social” (1979, Escola Municipal Rio Branco, 3ª e 4ª séries) (CIANORTE, 1977-1996).

<sup>29</sup> As informações se encontram nos seguintes documentos: Recibo com data de 1975 (CIANORTE, 1975c), formulário de pedido de compra nº 20616, emitido pela Editora F.T.D. S.A., de 1975 (CIANORTE, 1975b), atas de reuniões de pais da Escola Municipal Acre, em 1984, e de reuniões com professores no ano de 1972 (CIANORTE, 1970-1989).

<sup>30</sup> Apenas uma escola denominada rural contava com dependência para uma biblioteca, conforme salientado anteriormente.

sentir. A escassez de materiais desse tipo impulsionava o docente a desacreditar na eficiência do método. Dessa forma, “[...] consagrou-se nas escolas primárias o uso sistemático das cartilhas e livros de leitura e as lições rotineiras empregando o quadro negro e giz, cadernos e lápis” (SOUZA, 2013, p. 107). Assim, não por coincidência, os materiais acima elencados pela autora fizeram parte da realidade das escolas rurais do município de Cianorte, evidenciando os poucos recursos existentes.

A autora ainda discorre sobre a educação pelos sentidos e pela experiência, mudando-se o foco do processo de ensino e aprendizagem, já que se fundamentava no ideário renovador da Escola Nova entre as décadas de 1930 e 1950. A partir de então, entre as décadas de 1960 e 1970, as tecnologias assumiram o posto de redenção para os problemas educacionais brasileiros.

Constatamos que algo contradiz e ao mesmo tempo condiz entre a história dos objetos de ensino e a cultura escolar das escolas rurais de Cianorte. Condiz no sentido de que a escassez de materiais fez parte da história do ensino primário rural em estudo, tal como ocorreu na maioria das escolas primárias do Brasil no século XX. Contradiz porque, em época de plenas discussões em torno das tecnologias educacionais, as escolas rurais de Cianorte não contavam sequer com energia elétrica<sup>31</sup>. Aproximamo-nos, dessa forma, da afirmação de que as escolas rurais de Cianorte se renderam à utilização do quadro de giz, já que era o material presente em todas as salas de aula.

Apesar de tratados atualmente como recursos rotineiros em sala de aula, a lousa de uso escolar ou quadro de giz teve seu momento de glória na história da educação. De acordo com Barra (2013, p. 122), no século XIX, “[...] a utilização de materiais como papel ou a pena de ganso era inviável do ponto de vista econômico”. Pensava-se, assim, em uma forma menos onerosa para executar as lições de leitura e escrita. Ainda, segundo a autora, a lousa escolar teve sua origem na ardósia, que era utilizada como “registro de bolso” no século XIV. A ardósia teria sido inserida nas escolas primárias da Suíça por Pestalozzi, assim como nas escolas mútuas e, posteriormente, substituídas pelas caixas de areia. Mais tarde, elas seriam substituídas pelo papel e a pena.

---

<sup>31</sup> Segundo depoimento de um pioneiro, Cianorte passou a se beneficiar com energia elétrica em 1965, com a instalação da COPEL no município. Antes disso, o fornecimento de energia elétrica era feito por meio de um proprietário de gerador àqueles que podiam pagar pela energia por algumas horas à noite (CIOFFI et al., 1995, p. 104).



Mas a utilização da ardósia apresentava problemas: era um material pesado e irritava as mãos das crianças (BARRA, 2013). As tentativas de construir uma ardósia artificial chegaram ao formato do quadro-negro: “[...] uma prancha de madeira de dimensões maiores, suportada por cavaletes, regulável por tarraxas na altura e inclinação da prancha, de superfície pintada de cor escura, para ser usada com giz, um material com mobilidade, isto é, portátil” (BARRA, 2013, p. 126).

No Brasil, as primeiras referências ao quadro-negro datam entre o final da década de 20 e o começo dos anos 30 do século XIX (BARRA, 2013), apresentando a possibilidade do ensino simultâneo, por ser um material coletivo e significativo para o ensino de crianças pobres. Segundo Bastos (2005, p. 136),

É no final do século XIX que o uso do quadro-negro instala-se nas escolas e que começa a ocupar um espaço central na sala de aula, período em que paulatinamente consolidam-se os sistemas públicos de instrução elementar e, paralelamente, crescem as exigências de um mínimo de mobiliário e material escolar. À medida que se introduz o método simultâneo, o quadro-negro assume o seu lugar privilegiado na sala de aula [...].

Além disso, entre as mudanças ocorridas nas cores e formatos dos quadros-negros, a autora aponta a relação existente entre a centralidade de sua utilização e a ausência de outros recursos visuais para a aprendizagem, entre eles os manuais escolares. No caso das escolas rurais de Cianorte, o quadro-negro sempre esteve disponível nas pequenas salas de aula. Sua presença favoreceu o ensino na zona rural deste município, visto que permitia que o professor, ao lecionar em classes multisseriadas, dividisse o quadro com as lições direcionadas às séries a que atendia.

Com relação às bibliotecas, consideradas no ideário renovador como “[...] elementos primordiais para aperfeiçoamento da leitura, como instrumento auxiliar dos estudos à medida que propiciavam fontes de informação e como meios para despertar, desenvolver e manter o gosto pela leitura” (SOUZA, 2013, p. 110), não estavam presentes na realidade educacional rural de Cianorte no período de 1950 a 1990. Apenas uma escola possuía uma biblioteca, apesar de não sabermos em que condições ela funcionava.

De acordo com Souza (2013), as bibliotecas são apresentadas como uma das instituições auxiliares da escola. Consideram-se instituições auxiliares da escola as

bibliotecas, os museus, cooperativas, associações de pais e mestres, caixa escolar, clubes de leitura, assistência médica e dentária, pelotões de saúde, ligas de bondade (SOUZA, 2013).

Dentre as instituições auxiliares da escola, destaca-se, em Cianorte, a presença da caixa escolar e da Associação de Pais e Mestres – APM, as quais deram suporte ao funcionamento das escolas rurais, inclusive com relação ao auxílio às crianças que necessitavam de materiais, roupas, alimentação, medicamentos, entre outros. As ações da APM contribuía para angariar os recursos para a caixa escolar e para a organização e asseio das instituições, por meio de mutirões de limpeza, horta escolar, campanhas para arrecadar fundos, rifas, festas, etc.

Segundo Carvalho e Bernardo (2012, p. 143), a caixa escolar foi “[...] assimilada pelo governo do Brasil Imperial como sugestão de Leôncio de Carvalho”, com a finalidade de receber doações que seriam revertidas a um “fundo escolar”, administrado por um conselho formado na escola. Configurou-se na República como uma iniciativa de envolver o espírito de solidariedade da comunidade com as questões educacionais da época. Neste sentido, angariava recursos por iniciativa dos próprios estabelecimentos de ensino, com a finalidade de auxiliar os alunos carentes quanto às necessidades básicas, para que a frequência escolar fosse mantida (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

A Constituição de 1937, em seu artigo 130, ao tratar da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, instituiu a cobrança de uma pequena contribuição mensal para a caixa escolar, justificando que “a gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados” (BRASIL, 1937).

Apesar da expressão “caixa escolar” não estar presente nas constituições seguintes (BRASIL, 1934; 1937; 1946; 1967; 1988), os Relatórios/Fichas analisados apresentam registros de número de alunos do estabelecimento e, separadamente, o número de alunos da Caixa Escolar. Esta separação, consideramos, não era aleatória, uma vez que a caixa escolar deveria manter os alunos na escola mediante algum auxílio.

As atas de reuniões de pais registram a existência de caixa escolar, sendo um tema comentado em meio aos assuntos educacionais. Os professores, em cada reunião, apresentavam os gastos, os saldos e os resultados de campanhas

realizadas para complementar a renda da escola. Mas a Caixa Escolar e seus desdobramentos ainda é um tema carente de pesquisas no Paraná<sup>32</sup>.

Para a visualização de outros dados, como o número de turnos e alunos atendidos, a fim de verificarmos a adequação dos materiais em relação ao número de alunos, a utilização de mais um quadro apresenta-se como um recurso necessário. Vejamos:

Quadro 9 – Dados sobre a acomodação dos alunos nas Escolas Rurais.

Escola	Nº turnos	Nº alunos	Nº Carteiras duplas	Nº Carteiras simples	Adequação do nº de carteiras/ Alunos
Escola Municipal 19 de Dezembro	04	102	75	-	Sim
Escola Municipal 26 de Julho	02	82	40	-	Sim
Escola Municipal Acre	01	12	20	-	Sim
Escola Municipal Afonso Pena	03	149	40	-	Sim
Escola Municipal Alagoas	03	87	21	-	Sim
Escola Municipal Almirante Barroso	03	112	42	-	Sim
Escola Municipal Álvares de Azevedo	02	62	19	-	Sim
Escola Municipal Amapá	02	53	27	-	Sim
Escola Municipal Amazonas	02	63	20	-	Sim
Escola Municipal Arthur Bernardes	01	27	15	-	Sim
Escola Municipal Bahia	02	85	22	-	Sim
Escola Municipal Barão do Rio Branco	03	85	23	-	Sim
Escola Municipal Benjamin Constant	03	90	25	-	Sim
Escola Municipal Campos Sales	03	135	42	-	Sim
Escola Municipal Carlos Gomes	02	44	25	-	Sim
Escola Municipal Ceará	02	55	25	-	Sim
Escola Municipal Cianorte	02	51	18	-	Sim
Escola Municipal Cruz e Souza	01	17	23	-	Sim
Escola Municipal Duque de Caxias	02	38	23	-	Sim
Escola Municipal Espírito Santo	02	48	23	-	Sim
Escola Municipal Fagundes Varela	02	109	35	-	Sim
Escola Municipal Fernando de Noronha	02	45	21	-	Sim
Escola Municipal Floriano Peixoto	03	130	21	45	Sim
Escola Municipal Getúlio Vargas	03	165	47	-	Sim
Escola Municipal Goiás	02	48	23	-	Sim
Escola Municipal Gonçalves Dias	02	80	19	-	Não
Escola Municipal Joaquim Nabuco	02	50	19	-	Sim
Escola Municipal Luiza Rufini Varella	04	191	47	-	Sim
Escola Municipal Manoel Ribas	03	84	20	-	Sim
Escola Municipal Maranhão	01	29	10	-	Não
Escola Municipal Marechal Rondon	02	194	90	-	Sim
Escola Municipal Marechal Castelo Branco	02	45	22	-	Sim

<sup>32</sup> Em busca realizada no banco de teses da CAPES, o termo “caixa escolar” aparece no título de apenas um trabalho. Trata-se da tese *As relações de poder na gestão da Escola Estadual Presidente Kennedy em Natal/RN: as ações decisórias dos órgãos colegiados, o conselho de escola e o caixa escolar*, de Pauleany Simões de Moraes, defendida no ano de 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto a autora se debruça sobre a questão da gestão escolar e os desdobramentos do caixa escolar a partir dos anos 90 do século XX. Ademais, encontramos poucos artigos sobre este tema.

Escola Municipal Marechal Costa e Silva	01	27	-	20	Não
Escola Municipal Mato Grosso	01	12	22	-	Sim
Escola Municipal Minas Gerais	02	62	20	-	Sim
Escola Municipal Nereu Ramos	03	112	-	71	Sim
Escola Municipal Nilo Peçanha	03	140	50	-	Sim
Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	01	não consta	21	-	-
Escola Municipal Padre José de Anchieta	02	128	50	-	Sim
Escola Municipal Papa João XXIII	03	76	26	-	Sim
Escola Municipal Pará	03	63	20 ou 30 (Rasura)	-	Sim
Escola Municipal Paraíba	03	64	22	-	Sim
Escola Municipal Paraná	02	76	24	-	Sim
Escola Municipal Pernambuco	02	32	24	-	Sim
Escola Municipal Piauí	03	37	23	-	Sim
Escola Municipal Princesa Isabel	03	123	-	111	Sim
Escola Municipal Rio Branco	02	42	24	-	Sim
Escola Municipal Rio de Janeiro	02	72	22	-	Sim
Escola Municipal Rio Grande do Norte	03	71	18	-	Sim
Escola Municipal Rio Grande do Sul	02	82	18	-	Não
Escola Municipal Rocha Pombo	03	153	23	41	Sim
Escola Municipal Rondônia	01	23	22	-	Sim
Escola Municipal Santa Catarina	02	48	21	-	Sim
Escola Municipal São Paulo	...	...	...	...	-
Escola Municipal Sergipe	03	87	20	-	Sim
Escola Municipal Tiradentes	02	72	42	-	Sim
Escola Municipal Visconde de Mauá	03	96	25	-	Sim
Escola Municipal Zacarias Vasconcelos	04	80	20	-	Sim

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972; s/dc).

Percebemos que o número de carteiras e lugares não corresponde ao número de alunos em quatro das 58 escolas, mesmo divididos em turnos, o que sugere que não havia mobília suficiente para atender aos alunos adequadamente se todos comparecessem. Esta situação não foi um problema para a maioria das escolas rurais, já que, segundo os dados, cerca de cinquenta e duas escolas estariam adequadas com relação ao número de alunos e carteiras.

Para chegar a esta conclusão, observamos as carteiras duplas, que poderiam acomodar dois alunos ao mesmo tempo, além de pensar na distribuição deles de maneira equilibrada entre os turnos ofertados em cada instituição. Apenas sobre duas escolas não foi possível realizar este cálculo, por não apresentarem registros sobre alguns dos dados analisados. No entanto, a movimentação dos alunos das escolas rurais foi bem expressiva, com alto número de transferências e desistências. Dessa forma, as carteiras disponíveis não eram todas ocupadas pelos alunos frequentes.

A presença de dois tipos de carteiras escolares, a carteira dupla e a simples (individual), nas escolas rurais de Cianorte, é um dado bastante interessante e merece reflexões. Castro (2009) discorre que as mudanças nas carteiras escolares, antes mesa-bancos de cinco lugares, sem encosto, para as carteiras individuais, mais confortáveis, refletem a preocupação em “disciplinar e higienizar os corpos”, além de expressar cuidados com a saúde física em relação à visão e à postura correta. Segundo a autora:

A preocupação com a higiene pública é refletida diretamente dentro da sala de aula na virada do século XIX para o século XX e no objeto escolhido para garantir a saúde dos alunos (postura ao escrever, ler, contaminação por doenças contagiosas): nas carteiras escolares, exatamente onde passariam a maior parte do tempo. Aliás, elas também foram foco de disciplina (CASTRO, 2009, p. 18).

A disponibilidade de carteiras individuais e a forma de sua disposição em sala de aula denotam distanciamento entre os alunos, com rigidez e pouca mobilidade, refletindo o poder de controle do professor (CASTRO, 2009).

Ao pesquisar a respeito da origem das carteiras escolares, Castro e Silva (2011) salientam que se firmaram como material indispensável a partir do momento em que o ensino da escrita foi inserido como uma das funções da escola. Antes disso, para o ensino somente da leitura, os joelhos serviam como um bom apoio. Assim, o ato de escrever exigiu que se tivesse uma mesa para que a atividade fosse praticada. Para além da origem, as autoras afirmam a relação entre as carteiras escolares e os métodos de ensino, configurando uma forma de conduzir o trabalho em sala de aula, além de vislumbrar organização, disciplina e higienização. Suas palavras:

Bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem. Perpetuaram-se como objeto fundamental para um bom ensino (CASTRO; SILVA, 2011, p. 209).

Uma comprovação da relação entre os métodos de ensino e as carteiras escolares, por exemplo, é a legislação, em Santa Catarina, no século XIX, que prescreveu a utilização do método individual especificamente nas áreas rurais, uma

vez que não havia materiais necessários, no caso as carteiras, para que o método mútuo<sup>33</sup> pudesse ser colocado em prática, além da dificuldade em agrupar os poucos alunos que frequentavam as escolas rurais (CASTRO; SILVA, 2011).

No Paraná, Bencostta (2001) evidencia a preocupação com os prédios escolares e com a mobília e asseio dos primeiros grupos escolares, porque, além de representarem o ideal republicano com uma arquitetura que exaltava o novo regime, a estrutura e seus materiais deveriam apresentar um ambiente propício ao desenvolvimento físico, moral e intelectual.

Apesar das carteiras individuais fazerem parte da mobília dos primeiros grupos escolares no início do século XX, às escolas rurais de Cianorte, foram legadas as carteiras duplas em sua maioria. Das 58 escolas rurais analisadas, apenas cinco delas possuíam carteiras individuais ou simples na década de 1970. A partir desta década, as carteiras individuais começaram a chegar às escolas rurais, mas, antes disso, é bem provável que elas já estivessem nas escolas urbanas, sendo reutilizadas as carteiras duplas nas escolas rurais do município.

Pelo exposto sobre a cultura material das escolas primárias rurais de Cianorte, reiteramos a afirmação de Souza (2013) acerca da escassez de objetos de ensino nas escolas primárias do Brasil no século XX. A ausência de recursos e as precárias condições de trabalho, em Cianorte, ancoraram a aprendizagem das crianças na segurança que as cartilhas e o quadro negro podiam oferecer.

Diante das considerações acerca dos espaços e da cultura material presente nas escolas rurais de Cianorte, perguntamo-nos: Como se configurou a organização e o funcionamento destas instituições para o ensino? É o que veremos, na sequência.

---

<sup>33</sup> Sobre estudos acerca do método mútuo no Brasil, consultar Neves (2003) e Bastos e Faria Filho (1999).

### 3.3 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR RURAL

Nesta subseção, estão inseridas as questões relacionadas à organização e ao funcionamento das escolas rurais, especialmente: o agrupamento dos alunos e as séries correspondentes, a multisseriação, a jornada escolar e seu desdobramento em turnos, cursos ofertados.

As escolas rurais de Cianorte foram gradativamente criadas a partir do ano de 1956. Porém os primeiros documentos referentes a elas datam de 1962, por ocasião de registros, em Livros Ata (1962 a 1979), dos rituais de exames finais, que eram feitos com a presença de uma comissão examinadora. Não por acaso, esses documentos existem:

Art. 16. É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los.

§ 1º São condições para o reconhecimento:

[...]

c) escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar (BRASIL, 1961).

A presença de uma Lei para regular as ações dos estabelecimentos educacionais criou a necessidade de efetuar registros que pudessem garantir a veracidade de seus atos e conseguir reconhecimento dos órgãos oficiais. A partir de 1962, as escolas rurais de Cianorte passaram a registrar os resultados de sua competência: a instrução primária.

Em consonância com a LDB 4024/61 e com os documentos sobre a organização da seriação e programas para os grupos e casas escolares e escolas isoladas do Estado do Paraná<sup>34</sup>, os registros identificam a organização seriada, de 1ª a 4ª séries, por intermédio dos exames finais. O documento *O Ensino Primário no Paraná* instituído pelo Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962,

[...] deu nova estrutura ao ensino primário no Estado do Paraná, aumentando a sua duração, a partir do ano letivo de 1963, de 4 para 6 séries anuais nos grupos escolares, de 4 para 5 séries nas casas

<sup>34</sup> Trata-se dos seguintes documentos: *O ensino primário no Paraná: nova seriação e programas para as escolas isoladas* e *O ensino primário no Paraná: nova seriação e programas para os grupos e casas escolares* (PARANÁ, 1963a e 1963b respectivamente).

escolares e de 3 para 4 séries nas escolas isoladas (PARANÁ, 1963b, p. 3)

Nas escolas rurais de Cianorte, o ensino primário foi estabelecido em quatro séries, inserindo-as no modelo de escola isolada, expresso no documento supra citado. Pela indicação, o ensino primário em escolas isoladas era ministrado, anteriormente à Lei, em três séries. É evidente a diferenciação da oferta de ensino entre os tipos de escolas e a sua localização.

Miguel (2011), ao analisar as reformas da Escola Nova implementadas no ensino do Paraná no período de 1920 a 1961, relata a existência de uma Escola de Aplicação em Curitiba, anexa à Escola de Professores, que contava com “[...] um Grupo Escolar com as cinco séries e uma escola isolada, ou seja, uma classe com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, correspondendo às três primeiras [séries] primárias” (MIGUEL, 2011, p. 134). Esta última tinha o objetivo de reproduzir o funcionamento das classes multisseriadas das zonas rurais do Estado.

Em Cianorte, embora os registros apresentem a organização dos exames em cada série separadamente, os dados sobre os(as) professores(as) regente(s) indicam a existência de classes multisseriadas e unidocentes. Muitos Livros Registro de 1977 a 1996 consolidam esta informação com dados sobre a escola, o(a) professor(a) regente, as séries atendidas e os horários de funcionamento (CIANORTE, 1977-1996).

Após a primeira iniciativa de nucleação das escolas rurais de Cianorte em meados da década de 1980, as classes multisseriadas foram lentamente sendo substituídas pela organização seriada. Foi possível observar que as turmas seriadas foram organizadas, inicialmente, em escolas que possuíam duas ou mais salas de aula. Entretanto essa organização dependia do número de alunos e da disponibilidade de professores, o que talvez tenha permitido a existência de turmas seriadas antes ainda do processo de nucleação.

Sobre a organização multisseriada, Cardoso (2013, p. 33) afirma: “A nomenclatura escolas multisseriadas aparece no cenário educacional após os anos de 1970. Antes, as escolas que mantinham, na mesma sala, várias séries sob a regência de um só professor eram denominadas escolas isoladas”. Além disso, para Cardoso (2013), entender o significado do termo “multisseriado” requer que seja retomado o sentido do que significa o seu oposto, ou seja, seriado ou “uniseriado”.



Sendo assim, o modelo de escola graduada pressupõe a divisão do ensino de maneira que os alunos sejam distribuídos em classes supostamente homogêneas com relação ao grau de adiantamento, como uma forma de classificação (SOUZA, 2009). Cada turma ou classe se refere a uma mesma série em curso. Logo, as turmas multisseriadas seguem um sistema diverso, formada por alunos em diferentes níveis de aprendizagem, porém sob a regência de um único professor.

Embora o modelo de escola graduada tenha se expandido no país durante o século XX, na primeira década do século XXI, o Brasil ainda contava com o ensino em turmas multisseriadas. Em 2011, havia cerca de 95.402 classes multisseriadas no ensino fundamental, sendo 4.585 na Região Sul e 699 no Estado do Paraná (CARDOSO, 2013). Em Cianorte, atualmente, não há turmas multisseriadas na rede pública. Elas foram gradativamente extintas durante a década de 1990, substituídas com a nucleação das escolas rurais.

Embora a realidade de turmas multisseriadas faça parte do cenário educacional brasileiro no início do século XXI e avança para a segunda década deste século, a autora, em sua tese, aponta lacunas quanto ao conhecimento produzido acerca dessas instituições e de suas antecessoras, as escolas isoladas.

Em Cianorte, as instituições analisadas, entre as décadas de 1950 e 1990, apresentavam denominações diversas para o mesmo tipo de escola: Escola Isolada, Escola Rural, Escola Rural Municipal, Escola Municipal ou apenas Escola. Destarte, possuíam a mesma organização em suas práticas: as classes multisseriadas. É provável que a organização das turmas dependesse do número de alunos, o que poderia justificar a presença de uma 1ª série em um turno e 2ª, 3ª e 4ª em outro, na mesma escola. Em geral, os professores atendiam a duas séries ao mesmo tempo, mas isso não era uma regra, visto que havia classes multisseriadas com alunos de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Entretanto, uma vez sentida a necessidade de ampliar o atendimento em vista do número expressivo de alunos e a ausência de novos prédios escolares, o desdobramento em três e até quatro turnos foi operacionalizado em algumas unidades escolares. Em sua maioria, os horários registrados nos documentos indicam o período de quatro horas diárias de atendimento em sala de aula. Entre os anos de 1979 a 1985, os períodos foram registrados com 2; 3; 3,15; 3,5; 4; 4,5; 5; 5,5 e 6 horas de aula por dia. Mas o turno de cinco horas e meia aparece nos anos

de 1979 e 1984, o de cinco horas nos anos de 1980, 1983 e 1984; o de duas horas nos anos de 1979 e 1985 e o de três horas e quinze minutos e de seis horas apenas no ano de 1985. De 1986 a 1996<sup>35</sup>, a maior parte dos documentos apresentam registros de turnos com quatro horas e, nos anos de 1989 a 1996, há algumas informações de turnos com três horas e com duas horas no caso de turmas de contraturno (CIANORTE, 1977-1996).

Tais horários, em relação ao início e término das aulas, diferenciavam-se de uma escola para outra, visando a conciliar a distância da escola e as condições de transporte para os professores que residiam na zona urbana<sup>36</sup>.

Souza (2004) discorre sobre esse processo no Estado de São Paulo:

O desdobramento de turnos foi permitido desde 1905, passando as escolas a funcionar em períodos de quatro horas. O tresdobramento foi autorizado em 1928 e boa parte das escolas do estado passou a funcionar em três turnos de três horas. Em 1955, foi adotada a medida provisória que autorizou o funcionamento das escolas em quatro turnos, em períodos de duas horas (SOUZA, 2004, p. 125).

Como já assinalado, não temos vestígios sobre o funcionamento das escolas rurais nos primeiros anos em que estiveram ativas no município, de 1956 a 1961. Nos anos seguintes, os documentos demonstram que os turnos foram uma saída de emergência para o problema da falta de vagas na zona rural de Cianorte, inclusive para a questão dos índices de analfabetismo que assolavam o estado e o país na segunda metade do século XX. Ante tal problema, as escolas rurais atendiam aos alunos de acordo com a disponibilidade de espaços e de acomodações. Para tanto, era preciso organizar o atendimento em até quatro turnos.

Com a finalidade de confrontarmos os dados dos cursos primários oferecidos (diurno e/ou noturno), bem como o número de classes, de turnos ofertados e de alunos, organizamos o quadro a seguir. Como não identificamos em todos os documentos o período em que foram registrados, a última coluna se refere às possíveis datas em que foram realizados.

<sup>35</sup> Exceto nos anos de 1993 e 1994, visto não terem sido encontrados livros registro referentes a estes anos.

<sup>36</sup> Encontramos os seguintes horários de início e término das aulas: 6:30 às 10h; 6:30 às 10:30h; 6:40 às 10:40h; 7 às 10h; 7 às 10:30h; 7 às 11h; 7:30 às 10:30h; 7:30 às 11h; 8 às 12h; 8:30 às 12:30h; 9 às 13h; 9:30 às 13:30h; 10 às 13h; 10 às 14h; 10:30 às 13:30h; 10:30 às 14:30h; 11 às 14h; 11 às 15h; 11:15 às 17:15h; 11:30 às 15:30h; 12 às 16h; 12:30 às 15:30h; 12:30 às 16:30h; 12:30 às 17:30h; 12:40 às 16:40h; 13 às 16:30h; 13 às 17h; 13 às 17:30h; 13:30 às 17:30h; 14 às 17:15h; 14 às 18h; 15:30 às 17:30h; 19 às 22h (CIANORTE, 1977-1996).

Quadro 10 – Dados sobre oferta de cursos, turnos, salas de aula em funcionamento nas Escolas Rurais e número de alunos.

Escola	Curso Primário diurno (D) e noturno (N)	Nº classes primário diurno	Nº classes primário noturno	Nº turnos	Nº alunos	Data
Escola Municipal 19 de Dezembro	D - N	04	03	04	102	1971
Escola Municipal 26 de Julho	D	03	-	02	82	1971
Escola Municipal Acre	D	01	-	01	12	s/d
Escola Municipal Afonso Pena	D	03	-	03	149	s/d
Escola Municipal Alagoas	D	03	-	03	87	s/d
Escola Municipal Almirante Barroso	D	03	-	03	112	s/d
Escola Municipal Álvares de Azevedo	D	02	-	02	62	s/d
Escola Municipal Amapá	D	02	-	02	53	s/d
Escola Municipal Amazonas	D	02	-	02	63	s/d
Escola Municipal Arthur Bernardes	D	01	-	01	27	s/d
Escola Municipal Bahia	D	02	-	02	85	s/d
Escola Municipal Barão do Rio Branco	D	03	-	03	85	s/d
Escola Municipal Benjamin Constant	D	03	-	03	90	s/d
Escola Municipal Campos Sales	D	05	-	03	135	s/d
Escola Municipal Carlos Gomes	D	02	-	02	44	s/d
Escola Municipal Ceará	D	02	-	02	55	s/d
Escola Municipal Cianorte	D	02	-	02	51	s/d
Escola Municipal Cruz e Souza	D	01	-	01	17	s/d
Escola Municipal Duque de Caxias	D	02	-	02	38	s/d
Escola Municipal Espírito Santo	D	02	-	02	48	s/d
Escola Municipal Fagundes Varela	D	04	-	02	109	s/d
Escola Municipal Fernando de Noronha	D	02	-	02	45	s/d
Escola Municipal Floriano Peixoto	D	04	-	03	130	s/d
Escola Municipal Getúlio Vargas	D	05	-	03	165	s/d
Escola Municipal Goiás	D	02	-	02	48	s/d
Escola Municipal Gonçalves Dias	D	02	-	02	80	s/d
Escola Municipal Joaquim Nabuco	D	02	-	02	50	s/d
Escola Municipal Luiza Rufini Varella	D - N	05	02	04	191	s/d
Escola Municipal Manoel Ribas	D	03	-	03	84	s/d
Escola Municipal Maranhão	D	01	-	01	29	s/d
Escola Municipal Marechal Rondon	D	06 <sup>37</sup>	-	02	194	s/d
Escola Municipal Marechal Castelo Branco	D	02	-	02	45	s/d
Escola Municipal Marechal Costa e Silva	D	01	-	01	27	s/d
Escola Municipal Mato Grosso	D	01	-	01	12	s/d
Escola Municipal Minas Gerais	D	02	-	02	62	s/d
Escola Municipal Nereu Ramos	D	04	-	03	112	s/d
Escola Municipal Nilo Peçanha	D	05	-	03	140	s/d
Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	D	01	-	01	Não consta	1971
Escola Municipal Padre José de Anchieta	D	04	-	02	128	1972
Escola Municipal Papa João XXIII	D	03	-	03	76	1972
Escola Municipal Pará	D	03	-	03	63	1972

<sup>37</sup> No documento, consta que seis classes são do ensino primário e quatro do ginásio, perfazendo dez classes em funcionamento nesta escola, porém descrevemos somente as classes primárias.

Escola Municipal Paraíba	D	03	-	03	64	1972
Escola Municipal Paraná	D	02	-	02	76	1972
Escola Municipal Pernambuco	D	02	-	02	32	1972
Escola Municipal Piauí	D - N	02	01	03	37	1972
Escola Municipal Princesa Isabel	D	06	-	03	123	1972
Escola Municipal Rio Branco	D	02	-	02	42	1972
Escola Municipal Rio de Janeiro	D	02	-	02	72	1972
Escola Municipal Rio Grande do Norte	D - N	02	01	03	71	1972
Escola Municipal Rio Grande do Sul	D	02	-	02	82	1972
Escola Municipal Rocha Pombo	D	06	-	03	153	1972
Escola Municipal Rondônia	D	01	-	01	23	1972
Escola Municipal Santa Catarina	D	02	-	02	48	1972
Escola Municipal São Paulo	D	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Escola Municipal Sergipe	D	03	-	03	87	1972
Escola Municipal Tiradentes	D	03	-	02	72	s/d
Escola Municipal Visconde de Mauá	D	03	-	03	96	s/d
Escola Municipal Zacarias Vasconcelos	D - N	03	01	04	80	1971

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatório/Ficha das Escolas Rurais (CIANORTE, 1971-1972, s/dc).

Com base no quadro 10, contabilizamos 162 classes; sendo 154 primárias diurnas e oito noturnas. As cinco escolas que ofertavam o primário noturno se desdobravam entre três e quatro turnos. Porém 18 escolas que ofertavam somente o primário diurno organizavam sua jornada em três turnos, os quais eram denominados turno da manhã, do meio ou intermediário e da tarde. Entre as demais escolas, 26 realizavam atendimento em dois turnos, a maioria sem intervalo entre eles, coincidindo os horários de saída da primeira classe com a entrada da segunda e atendidas pelo mesmo professor. As oito escolas restantes funcionavam em apenas um turno. Vale dizer que uma das 58 escolas descritas no quadro 10 não apresenta registros de tais informações, porque não foi possível identificar qual a sua situação com relação aos dados analisados.

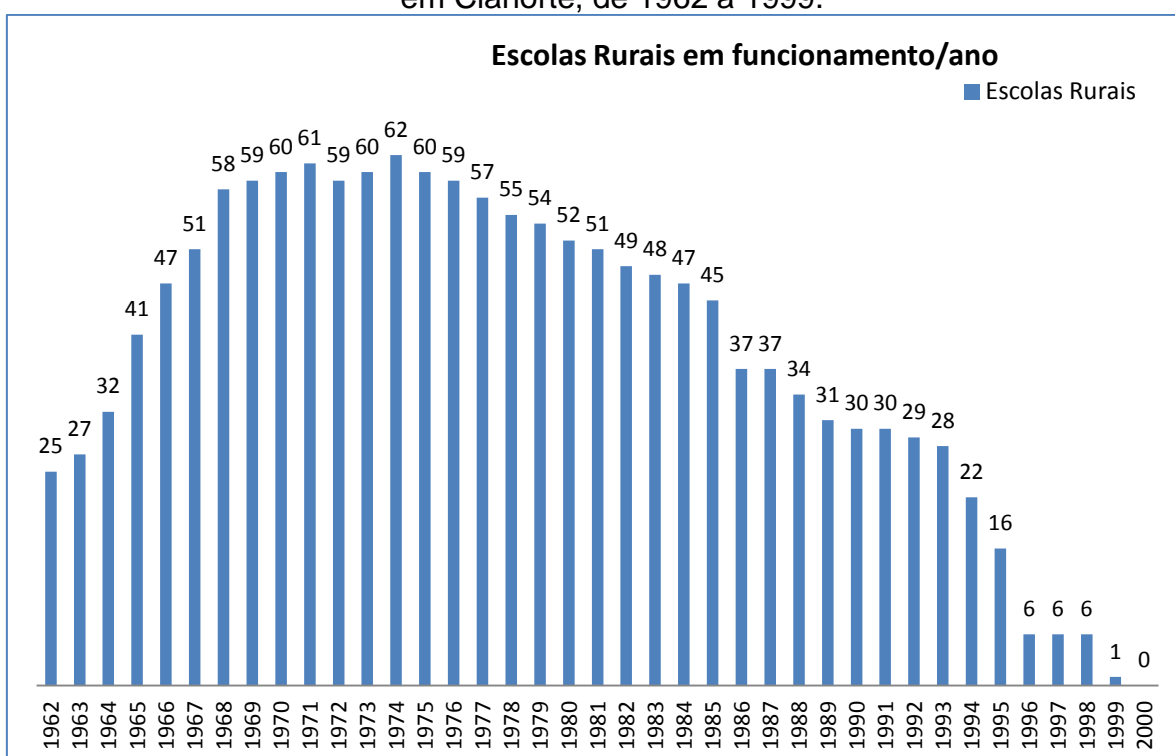
O número de alunos por escola apresenta grandes diferenças, sendo um determinante para sua organização. Nota-se que as escolas que contavam com um número inferior a trinta alunos realizavam atendimento em apenas um turno. As demais se organizavam de acordo com a demanda de alunos, o espaço existente e a disponibilidade dos professores, já que a maioria deles residia na zona urbana.

A presença de cursos primários no período noturno, na época, indica uma preocupação com a escolarização de jovens e adultos, porém o pequeno número de classes demonstra que o convencimento de participação nas aulas, aos que não foram alfabetizados em idade escolar, não era uma tarefa fácil, em especial com os

habitantes da zona rural. A frequência escolar, tanto de crianças quanto de adultos da zona rural, era um problema identificado em nível nacional, devido ao trabalho nas lavouras (ÁVILA, 2013).

No Estado do Paraná, de um total de 378.429 crianças entre 10 e 14 anos que habitavam a zona rural na década de 1960, 163.375 apresentavam-se sem instrução primária (IBGE, 1960). Em 1970, o Censo Demográfico apontou que havia 4.450.783 residentes na zona rural do Estado e 29.089 em Cianorte. Apesar da existência de demanda, a partir de 1975, observa-se o gradativo fechamento das escolas rurais no município. Com a intenção de tornar visível o movimento de abertura e fechamento dessas escolas, organizamos o gráfico 1:

Gráfico 1 - Demonstrativo: número de Escolas Rurais em funcionamento por ano, em Cianorte, de 1962 a 1999.



Fonte: Dados organizados pela autora de Livros Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979) e Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

A composição do gráfico anterior foi possível mediante análise de duas séries documentais: Livros Ata de exames, dos quais extraímos as informações referentes ao período de 1962 a 1979, e Relatórios Finais, referentes ao período de 1980 a 1999. Por meio deste gráfico, visualizamos, nitidamente, a movimentação quanto à necessidade de abertura de mais unidades escolares no período de 1962 a 1971,

com algumas oscilações referentes ao número de escolas em funcionamento entre 1971 e 1974, quando atingiu o ápice, 62 escolas. A partir de 1975, este número começou a decrescer sendo que, em meados da década de 1990, houve uma abrupta diminuição.

Poderíamos inferir que tal situação tivesse sido irremediavelmente causada pelo êxodo rural a partir da década de 1970, tendo em vista os condicionantes desfavoráveis à permanência do homem no campo, já salientados por nós. Esta questão influenciou a quantidade de unidades escolares necessárias na zona rural. Todavia o instantâneo declínio do número de escolas rurais na década de 1990, conforme mencionado anteriormente, fez parte de um processo intencionado por uma administração que deveria atender às demandas impostas ao ensino primário municipal.

Embora esse processo de “esvaziamento” de unidades escolares rurais tenha ocorrido em Cianorte, durante o período em que estiveram em funcionamento foram organizadas a fim de atender à população local. Nesse sentido, a questão da demanda, o número de salas de aula e a disponibilidade dos professores foram fatores decisivos para a organização do ensino primário nestas escolas.

Nota-se que a mudança quanto à organização dos registros escolares, de Livro Ata para Livro Registro, no final da década de 1970, por um lado, resultou em uma descentralização quanto à função de efetuar tais registros, retirando a responsabilidade da Inspeção Regional de Ensino e passando-a ao professor. Por outro lado, mais autonomia foi concedida ao profissional docente, mesmo que tenha permanecido sob os olhos da Inspeção até o ano de 1983. A partir deste ano, o Estado do Paraná criou os Núcleos Regionais de Educação e extinguiu as Inspeções Regionais e Auxiliares de Ensino por meio do Decreto nº 2.161, de 09 de dezembro de 1983 (PARANÁ, 1983). Isso não significa que os professores ficaram desprovidos de fiscalização, porém foi uma oportunidade de reconhecer-se como um personagem ativo na educação do município.

Diante de tal oportunidade, entendemos ser importante investigar os registros realizados por esses profissionais. Nesse sentido, dar-se-á atenção aos Programas de Ensino e aos conteúdos escolares na próxima subseção.

### 3.4 OS PROGRAMAS DE ENSINO E OS CONTEÚDOS ESCOLARES

A existência Livros Registro (CIANORTE, 1977-1996; 1998-2001) e de Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999), que documentam os dados sobre o ensino primário rural do município, em substituição aos Livros Ata (CIANORTE, 1962-1979), deve-se ao fato de que a Lei nº 5692/71 promoveu mudanças no setor de documentação escolar (BRASIL, 1971). Além disso, a presença das três formas de documentação escolar nos anos de 1977, 1978 e 1979 indica que ocorreu um período de transição na forma de se organizar tais registros.

A Mensagem do Governador, Senhor Jayme Canet Junior, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1977, explica que a implantação da Reforma do Ensino no Paraná vinha sendo feita de forma gradativa. Consta na Mensagem:

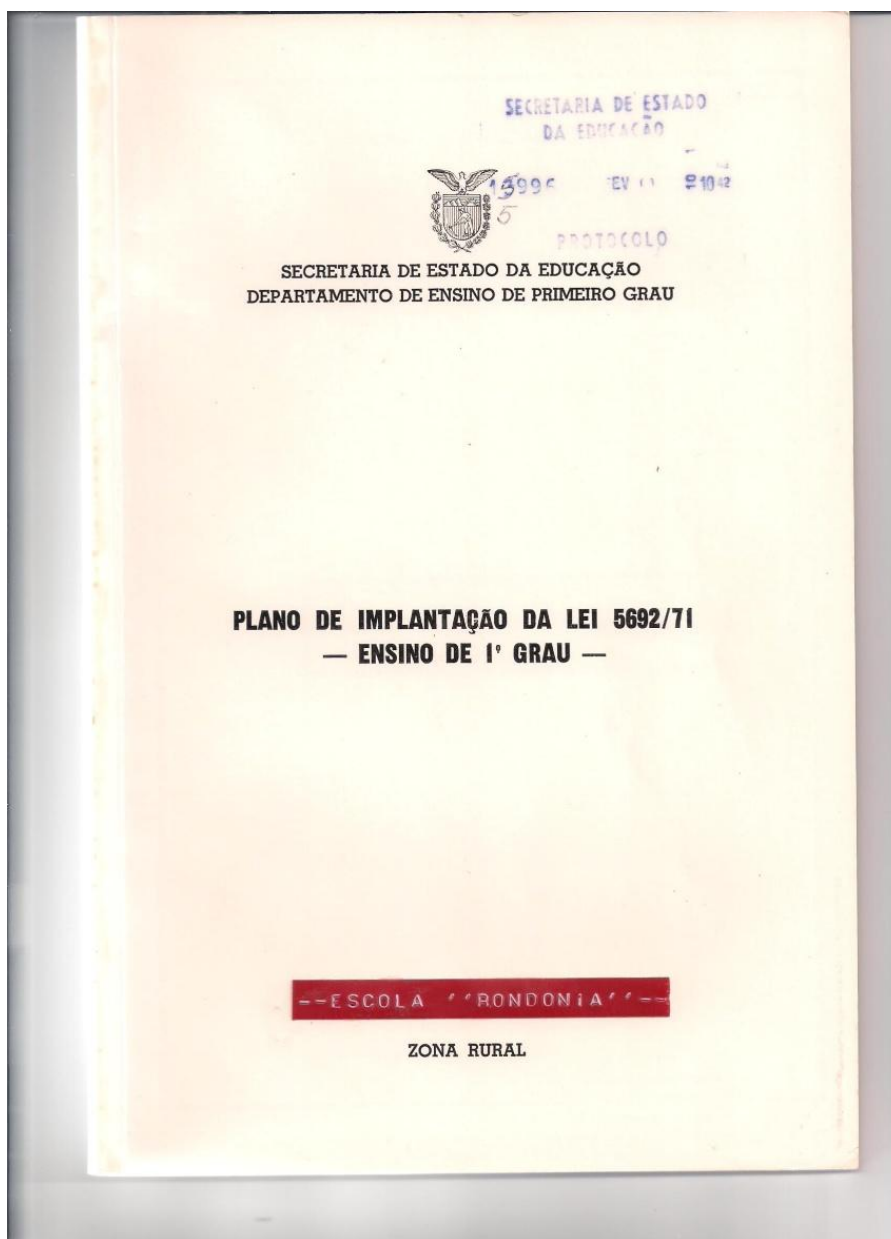
Para tanto, a SEEC proporcionou todas as facilidades para organização dos planos de implantação, orientações sobre diretrizes e grades curriculares, normas para elaboração de calendários escolares e divulgação da nova documentação escolar, compatibilizada através do Sistema de Informações Educacionais e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (PARANÁ, 1977, p. 4).

Assim, uma das atividades para a consolidação da Reforma de Ensino no Estado refere-se à “homogeneização da Documentação Escolar”:

Através do Sistema de Informações Educacionais, foi executado o plano de elaboração de livros oficiais, que conterà dados sobre: matrícula, plano de curso, frequência, conteúdos programáticos e avaliação do aproveitamento escolar (PARANÁ, 1977, p. 5).

A Reforma do Ensino, como o próprio governador relatou em sua Mensagem, estava sendo efetivada gradativamente no Estado do Paraná. Neste contexto, as escolas rurais, por sua vez, receberam um impresso denominado “Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º grau”. A imagem 20 apresenta o documento:

Imagem 20 – Impresso: “Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º grau”



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (PARANÁ, s/d).

O impresso era destinado especificamente às escolas rurais, conforme a descrição na parte inferior da capa “zona rural”, produzido pela Secretaria de Estado da Educação. Em vermelho, destaca-se uma etiqueta adesiva com o nome da instituição em que o documento deveria se encontrar, fixada pelo Departamento de Educação do Município. O carimbo na parte superior, à direita, não revela a data em que este documento foi protocolado, e também não foi possível identificá-la em nenhum dos exemplares existentes.



No interior destes impressos, há espaços para anotações, dos quais alguns foram preenchidos pelo Departamento de Educação, na época, com data de janeiro de 1980. Nove anos depois da publicação da referida Lei, inicia-se o seu processo de implantação nas escolas rurais tanto de Cianorte como em toda a zona rural do Estado. O próprio documento assim afirma:

Desde 1972 vem o Estado do Paraná implantando gradativamente o Ensino de 1º grau. [...] Atingidas em 1978 todas as sedes dos municípios e em 1979 grande parte dos distritos, chega-se, em 1980, a toda zona rural atingindo um total aproximado de 13.000 escolas. É a última etapa da implantação do Ensino de 1º grau no Estado [...] (PARANÁ, s/d, p. 57).

Consideramos relevante destacar que várias instituições estudadas possuíam um impresso como este, porém, ante o ótimo estado de conservação destes documentos e os poucos registros neles realizados, é possível que não tenham sido muito consultados e utilizados pelas escolas no processo de implantação da Lei.

Diferente sorte tiveram os Livros Ata de exames, cujos documentos, além de muito utilizados no período de 1962 a 1979, atualmente, são muito importantes para a população de Cianorte por conter os registros dos alunos que passaram pelos bancos escolares rurais do município, sendo muito utilizados para emissão de declarações sobre a escolarização de pessoas que precisam comprovar domicílio rural, sobretudo para fins de aposentadoria.

Os Livros Registro também foram muito utilizados para anotações quanto à matrícula, planejamento, dias letivos, frequência, avaliação do rendimento escolar, estatística e conteúdo programático. É sobre este último que tentaremos construir significados para o conjunto desta seção.

No período que antecede os registros sobre a escolarização primária rural no município, ou seja, antes de 1962, o ensino em escolas isoladas no Paraná deveria seguir as orientações dos “Programas Experimentais para escolas isoladas do Estado”, dadas pelo Decreto Estadual nº 9060 de 1953, cujo documento substituiu o “Programa para as escolas isoladas do Estado”, estabelecido em 1949 (CAINELLI, 1994, p. 87).

Segundo o Programa, o curso primário estava organizado em três séries anuais, contemplando as seguintes disciplinas: 1ª série: Português; Linguagem Escrita; Caligrafia; Aritmética; Desenho; Geografia; História da Pátria; Educação

Cívica, Moral e Social; Ciências Físicas e Naturais; Higiene; Trabalhos Manuais; Canto; Educação Cívica; 2ª série: Português; Aritmética; Geometria; Educação Cívica, Moral e Social; Desenho; Geografia; História da Pátria; Ciências Físicas, Naturais e Agricultura; Instrumentos Agrícolas e o seu emprego; Higiene; Trabalhos Manuais; Canto; Educação Física; 3ª série: Português; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Desenho; Geografia; História da Pátria; Educação Cívica, Moral e Social; Ciências Físicas, Naturais e Agricultura; Higiene; Trabalhos Manuais; Canto; Educação Física (CÉSAR, *apud* CAINELLI, 1994, p. 92-93).

A partir de 1963, com o documento que organizou a nova seriação e programas para as escolas isoladas do Estado do Paraná, instituído pelo Decreto nº 10.290, de 13/12/1962, e aprovado pela Portaria 110/63, foram elencadas as disciplinas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais e Higiene para as quatro séries iniciais (PARANÁ, 1963a).

Em Cianorte, no período analisado, as disciplinas ministradas compõem o quadro a seguir. É oportuno salientar que optamos, em sua composição, pelos registros realizados nas três séries documentais: Livros Ata, Livros Registro e Relatórios Finais. Deste modo, os períodos coincidiram em alguns casos, porém apresentam formas distintas de se realizar o registro em um mesmo período:

Quadro 11 – Comparativo entre os documentos/disciplinas ministradas nas Escolas Primárias Rurais de Cianorte – 1962-1999.

Ano/ Período	Livros Ata	Livros Registro <sup>38</sup>	Relatórios Finais
1962- 1973	-	-	-
1974- 1977	Português, Matemática e Estudos Sociais.	-	-
1978- 1979	Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências e Estudos Sociais.	Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências e Integração Social.	Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Artigo 7º (Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programa de Saúde e Ensino Religioso <sup>39</sup> ).
1978- 1987	-		

<sup>38</sup> Foram analisados 19 Livros Registro, um de cada ano, de 1978 a 1999, exceto de 1993, 1994 e 1997, uma vez que não há exemplares referentes a estes anos. Os Livros Registro de 1977, como já mencionado na seção anterior, não especificam os conteúdos escolares.

<sup>39</sup> Segundo informações contidas nos Relatórios Finais, os conteúdos referentes ao Artigo 7º seriam trabalhados nas disciplinas: Comunicação e Expressão: Educação Física e Educação Artística; Estudos Sociais: Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso; Ciências: Programa de Saúde (CIANORTE, 1978-1999).

1988	-	Comunicação e Expressão, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso.	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências, Ed. Física, Ed. Artística.
1989-1992	-	Comunicação e Expressão, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso.	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências, Ed. Física, Ed. Artística (não constam registros nos campos de Ed. Física e Ed. Artística).
1993-1994	-	-	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências, Ed. Física, Ed. Artística (não constam registros nos campos de Ed. Física e Ed. Artística).
1995-1999 <sup>40</sup>	-	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências.	Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação às Ciências, Ed. Física, Ed. Artística (não constam registros nos campos de Ed. Física e Ed. Artística).

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Livros Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979), Livros Registro (CIANORTE, 1977-1996; 1998-2001) e Relatórios Finais (1978-1999).

O quadro apresenta as disciplinas por ano ou período em que foram ministradas, demonstrando os documentos que contêm tais informações. Embora sejam perceptíveis as mudanças quanto às nomenclaturas de algumas disciplinas, os conteúdos elencados nos livros são praticamente os mesmos, indicando que há certa equivalência entre elas. Nesse sentido, Estudos Sociais, Integração Social e História e Geografia parecem equivalentes. Iniciação às Ciências abrange os conteúdos de Matemática e Ciências e Comunicação e Expressão equivale à disciplina de Português.

Além disso, os Livros Registro apresentam disciplinas que, embora constem nos formulários dos Relatórios Finais, não trazem registrados os seus resultados, como notas ou conceitos. É o que ocorreu no caso do período de 1989 a 1992. Em 1988, embora conste a disciplina de Ensino Religioso no Livro Registro, ela não aparece nos Relatórios Finais. Os anos de 1978 a 1979 são o único período em que os registros nos três documentos coincidem entre si. Porém é nítida a diferença com relação às formas de registrar, embora alguns componentes curriculares sejam equivalentes, conforme já salientado. Esse período refere-se ao momento em houve a transição na forma de serem efetuados os registros escolares.

A questão das disciplinas escolares, no Estado do Paraná na década de 1980, é abordada por Rodrigues (2012). Em especial, discorre sobre os significados de um projeto de formação com base na mudança do “[...] componente conservador

<sup>40</sup> Os Livros Registro de 1995 e 1996 não especificam a disciplina, apresentando somente registros de conteúdo. Não há livros referentes ao ano de 1997.

da Educação Moral e Cívica, incorporando nos programas de História uma perspectiva mais democrática, por meio de um discurso que pretendia trabalhar com conteúdos mais significativos à sociedade” (RODRIGUES, 2012, p. 87). Mas, como ela própria analisa, “[...] a seleção de conteúdo nas duas disciplinas prima pela manutenção da tradição do ensino nacionalista e patriótico” (p. 88).

Em meio às anotações dos conteúdos nos Livros Registro, especialmente com relação às de Integração Social ou equivalentes (Estudos Sociais; História e Geografia), observamos a presença marcante de “Datas Comemorativas” ou “Datas Significativas” e recorreremos novamente a Rodrigues (2012) quando pondera que, mesmo diante dos discursos que procuraram redirecionar os conteúdos de História, tendo em vista a substituição do regime ditatorial pelo democrático, o ideal de conformação dos sujeitos à nação se manteve na prática das salas de aula. Neste sentido, o civismo, trabalhado por meio dos personagens e datas cívicas, permaneceu na prática pedagógica das escolas rurais de Cianorte, conformando sua população a tais ideais.

Ante esta constatação, reafirmamos, juntamente com Rodrigues (2012), que a questão das mudanças nas nomenclaturas das disciplinas escolares ocorre de acordo com os discursos e concepções da época, assim como a forma como são ensinadas. Entretanto o seu conteúdo permanece imutável, resistindo “[...] a todas essas mutações, o que caracteriza as continuidades desse fazer” (p. 91). É o que se observa nas escolas primárias rurais de Cianorte, em consonância com o que observou a autora no Estado do Paraná.

Não poderíamos deixar de mencionar que as disciplinas registradas nos Livros Registro a partir de 1988 foram as contempladas no documento “Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná” antes de sua publicação em 1990, apresentando divergência apenas com relação à nomenclatura de Língua Portuguesa, que aparece nos documentos como “Comunicação e Expressão”, conforme os anos anteriores. Esta situação pode ser explicada pela edição dos documentos organizados pelo Estado do Paraná: *Reorganização da escola pública de 1º grau: proposta preliminar de trabalho* (1987) e *Projeto Pedagógico 1987-1990*, que se configurou como “[...] o ‘norte’ à prática pedagógica dos professores da rede estadual de ensino na gestão 1987-1990” (PARRA, 2008, p. 78). Tais documentos

podem ter direcionado as mudanças ocorridas nos registros dos conteúdos na esfera municipal.

Voltando nosso olhar para os registros realizados nos livros, além das disciplinas escolares, nos anos de 1990 e 1992, aparecem informações sobre o “ciclo básico”<sup>41</sup>. O Ciclo Básico de Alfabetização – CBA refere-se a um sistema que procurou ampliar o tempo de alfabetização das crianças no final da década de 1980 no Estado do Paraná e, dessa forma, diminuir os índices de repetência na 1ª série. Segundo o documento *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*, o CBA foi implantado em 1988 e permitia “[...] o progresso sistemático do aluno no domínio do conhecimento, eliminando a reprovação na 1ª série” (PARANÁ, 1990, p. 12). De acordo com este sistema, o aluno que não apresentasse rendimento escolar satisfatório seria encaminhado a outros serviços (PINESSO; MORI, 2008), o que pode explicar a existência de Livros Registro referentes a turmas de contraturno nos anos de 1990, 1991 e 1992.

Dessa forma, a política de educação estadual atingiu parcialmente as unidades escolares rurais de Cianorte, consubstanciando duas novas situações: nas escolas Castro Alves, Dom João Bosco, General Ernesto Geisel, João Bueno de Godoy e Marechal Rondon, os alunos foram atendidos segundo a orientação do CBA; nas demais, a prática de retenção na 1ª série continuou ocorrendo.

Nas cinco escolas em que o CBA foi implantado, as crianças não mais ficariam retidas na 1ª série e seriam ofertadas atividades de reforço àquelas que apresentassem dificuldades durante as aulas no período contrário aos seus estudos. Este novo atendimento, segundo os documentos, foi direcionado tanto aos alunos da 1ª série quanto das séries posteriores.

A preocupação com a aprendizagem das crianças, entretanto, não foi uma situação específica da década de 1990. Antes disso, informações sobre o Curso de Classes Multisseriadas, destinado a capacitar os professores que ministravam aulas nas escolas rurais, o registro de período preparatório e de reuniões em que os

---

<sup>41</sup> “Através do Decreto n. 2545/1988 do Governo do Estado do Paraná, foi instituído o CBA [Ciclo Básico de Alfabetização] nas escolas de 1º grau da Rede Estadual de Ensino, garantindo ao aluno o prolongamento do tempo de alfabetização inicial de 1(um) para 2 (dois) anos. A regulamentação se deu pela Deliberação n. 28/88 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná” (PINESSO; MORI, 2008, p. 02).

professores recebiam orientações pedagógicas, nas décadas de 1970 e 1980<sup>42</sup>, permitem afirmar que já havia certa preocupação com esta modalidade de ensino (CIANORTE, 1970-1989; 1977-1996). Além disso, as dificuldades de aprendizagem por parte das crianças também eram resultantes, em parte, da formação precária dos professores.

Pelo exposto, consideramos que muitas foram as dificuldades enfrentadas no processo de organização do ensino primário rural no município, uma vez que nem sempre as escolas estavam disponíveis a todos que tinham direito a elas. Por outro lado, as escolas rurais contavam ainda com profissionais não qualificados para o exercício da docência, gerando desconforto e dificuldades. Com frequência, as mudanças ocorridas no campo dos conteúdos escolares, embora reproduzidas pelos docentes, nem sempre surtiam alterações nas práticas pedagógicas. Nesse caminho, a história foi “escrita” por muitas pessoas, dentre elas, os professores. É sobre estes personagens que prosseguiremos com nossas reflexões.

### 3.5 O CORPO DOCENTE

A criação de escolas rurais e a formação de professores para nelas atuarem foi uma preocupação no Estado do Paraná, tendo em vista o processo de ocupação e povoamento do interior e a necessidade de educar e manter o homem no campo, particularmente em meados do século XX (MIGUEL, 2007).

Os intelectuais da educação, no período, apresentavam ideias controversas quanto ao objetivo da escola rural: de um lado defendia-se a escola comum para as zonas urbana e rural, de outro, favorecia-se um modelo de escola rural ou de pescadores, que ensinasse atividades peculiares ao meio em que estivessem inseridas (MIGUEL, 2007). Porém a autora adverte quanto aos conceitos que acompanham os tipos de escolas rurais no Paraná e ressalta que

[...] as escolas rurais, de mestre único, multisseriadas, fazem parte da educação brasileira, enquanto que as escolas rurais criadas para preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos

---

<sup>42</sup> Os documentos que subsidiaram a afirmação sobre a preocupação com o ensino no período mencionado foram: as atas de reuniões de 1972, 1984, 1986 (CIANORTE, 1970-1989) e Livros Registro (CIANORTE, 1977-1996).

dominasse as técnicas de plantio e fosse garantia de melhor produção, foi sistematizada pelo Decreto-lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (MIGUEL, 2007, p. 83).

No Paraná, assim como no Brasil, as escolas primárias rurais multisseriadas e unidocentes se difundiram e excederam em relação ao número de escolas rurais agrícolas, devido às precárias condições de instalação, dos materiais escolares e da formação de professores.

Segundo Miguel (2007), os dados estatísticos do período de 1941-1946 demonstram que o ensino primário rural não apresentava resultados satisfatórios. Um dos motivos para tal situação era que os professores não permaneciam trabalhando nas escolas rurais mais do que os dois anos de estágio probatório. A fim de minimizar esse problema, foram implantados os cursos normais regionais com o propósito de oferecer uma formação que possibilitasse uma sequência ao ensino primário, transmitisse os conhecimentos didáticos e pedagógicos e tratassem dos assuntos e problemas sociais específicos de cada contexto, no sentido de buscar soluções nas próprias localidades (MIGUEL, 2007).

Tratava-se do campo valorizar o campo. No cenário nacional, Andrade (2014) argumenta sobre a preocupação com os projetos formativos veiculados para e na escola rural, os quais convergiam com os objetivos das escolas normais regionais do Estado do Paraná.

Mais do que professoras urbanas transplantadas para as zonas agrárias, procedimento padrão até então e também patente fracasso em termos da permanência destas nas escolas por um tempo razoável, tratava-se de criar uma professora rural, isto é, natural das localidades a serem influenciadas pela presença da escola ou, na pior das hipóteses, de regiões rurais de seus respectivos Estados. Mais do que isso, professora rural e escola rural deviam formar uma mesma unidade. A presença material e simbólica dos dois elementos deve produzir já de *per si* um efeito educador (ANDRADE, 2014, p. 97).

Além disso, a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER<sup>43</sup> fez parte das ações do governo federal para melhorar as condições de vida no campo e, entre

---

<sup>43</sup> A Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, instituída em 9 de maio de 1952, foi uma das campanhas do governo federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo e melhorar as condições de vida na zona rural. “Suas atividades foram desenvolvidas entre 1952 e 1963, quando foi extinta juntamente com as demais campanhas do MEC” (ÁVILA, 2013, p. 172).

o período de 1952 e 1963, procurou valorizar as regiões do interior, ofertando cursos nos locais em que as professoras lecionavam, a fim de desestimular a migração aos centros urbanos (ÁVILA, 2013).

De acordo com Miguel (2007, p. 94), em 1958, “[...] o Paraná contava com 81 cursos normais regionais localizados nas cidades do interior”. A Escola Normal Regional Silva Jardim, estabelecida em Cianorte no ano de 1957, foi um deles. Assim sendo, os dados sobre o corpo docente são vestígios que devem ser interpretados nesta investigação. A falta de professores qualificados para a docência nas séries primárias foi um legado da instrução pública não superado no século XX e fez parte da história do ensino primário rural cianortense.

A presença de documentos referentes ao Projeto Logos II, com datas entre as décadas de 1970 e 1980 nos arquivos da Divisão de Documentação Escolar, permite-nos inferir sobre a existência de professores não titulados exercendo o magistério nas séries primárias em Cianorte e região. Tais documentos se referem a um projeto de âmbito nacional, que pretendia minimizar os problemas relacionados ao ensino primário no país, tendo em vista o grande contingente de profissionais leigos que atuavam nas séries iniciais. Cerca de 58% dos professores que lecionavam de 1ª a 4ª séries no Brasil, em 1975, não tinham habilitação em magistério e, destes, 59% tinham o 1º grau incompleto, atual ensino fundamental (ANDRÉ; CANDAU, 1984). Segundo as autoras, o Logos II aspirava, pela via do

[...] ensino supletivo, mediante o uso de módulos instrucionais e com avaliação no processo, habilitar professores a nível do 2º grau, para lecionar nas 4 primeiras séries do 1º grau nos Estados do Piauí, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia (p. 23).

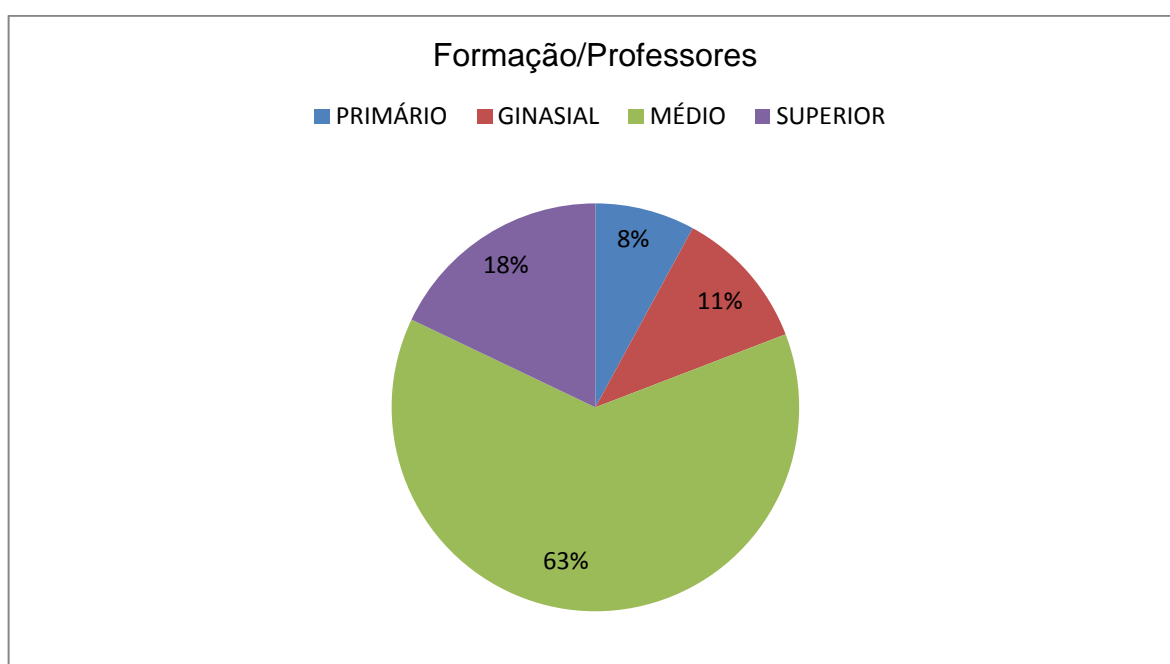
As mensagens pronunciadas pelos governadores do Estado do Paraná, Senhor Paulo Pimentel, em 31/03/1970, Senhor Jayme Canet Junior, em 1978, e Senhor José Richa, em 1984, manifestavam preocupação com a formação dos professores leigos que havia em número considerável no Estado (PARANÁ, 1970, 1978, 1984a respectivamente). Destaca-se que Cianorte se encontrava entre os municípios que firmaram convênios com a SEEC a fim de ofertarem este tipo de formação, no final da década de 1970 (PARANÁ, 1978).

Neste sentido, as informações contidas nos documentos denominados “Cadastro Funcional”, datados entre 1976 a 1991, indicam que a formação dos



professores que atuaram nas escolas municipais estava entre primário incompleto e cursos em nível superior. Os cursos registrados apresentam professores com formação em primário e ginásial incompletos e completos, colegial, técnico em contabilidade ou outra modalidade em nível médio, curso normal e curso superior. Ao todo foram analisados 240 cadastros funcionais que registram o período de atuação entre 1956 e 1991. O gráfico a seguir demonstra os dados sobre a formação dos professores que atuaram em Cianorte:

Gráfico 2<sup>44</sup> - Demonstrativo: percentual dos níveis de formação dos professores<sup>45</sup>



**Fonte:** Dados organizados pela autora de Fichas de Cadastro Funcional (CIANORTE, 1976-1991).

Os dados quantificados no gráfico 2 demonstram que grande parte dos profissionais que atuaram nas escolas do município tiveram formação em nível médio em diversas áreas: contabilidade, científico, comercial, agropecuária, supletivo, colegial e normal. A maioria dos cursos superiores está relacionada à área da educação, com licenciaturas em matemática, ciências, filosofia, história, estudos

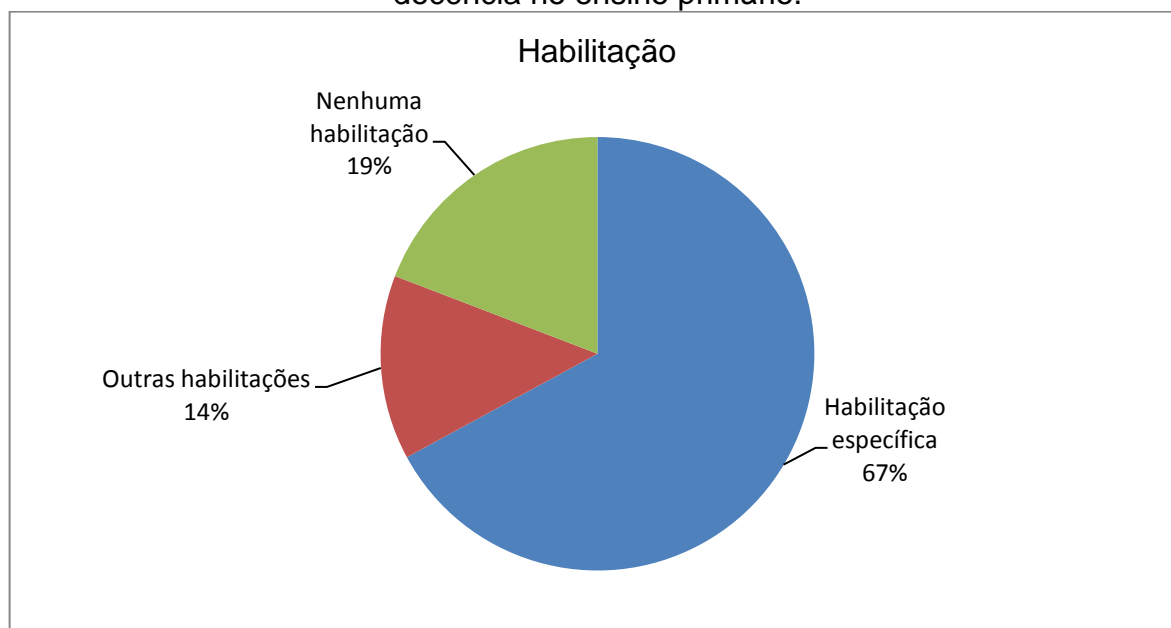
<sup>44</sup> Os documentos que deram suporte à organização do presente gráfico apresentam informações quanto à formação consolidada ou em curso, na época. Desta forma, optamos por tabular os dados enquadrando no mesmo nível de formação tanto as já realizadas pelos professores como as que encontravam-se em andamento.

<sup>45</sup> Embora, na LDB 4024/61, os Curso Ginásial e Colegial correspondam aos dois ciclos do Ensino Médio, consideramos o Ginásial como correspondente à segunda etapa do atual Ensino Fundamental, por dar continuidade ao grau primário. Dessa forma, o colegial permanece incluído no ensino de grau médio, conforme a própria legislação o define.

sociais, educação artística, educação física e letras. Em outras áreas, aparecem Direito, Neurofisiologia e Teologia.

Com relação a esses professores, o gráfico a seguir demonstra a formação específica para atuação no ensino primário:

Gráfico 3 – Demonstrativo: percentual de habilitação específica dos professores em docência no ensino primário.



**Fonte:** Dados organizados pela autora de Fichas de Cadastro Funcional (CIANORTE, 1976-1991).

O percentual de habilitações específicas para a docência nas séries primárias corresponde à formação nos cursos normais, magistério, Logos II e pedagogia, os quais totalizaram 161 professores. Os demais profissionais, cerca de 33, embora com formação em nível médio e superior, não eram habilitados para tal função. Entre os que não possuíam nenhuma habilitação, 46 docentes atuantes tinham somente os cursos primário e ginásial.

Conforme os achados, é possível afirmar que Cianorte contava com a maioria de seus profissionais habilitados a lecionar nas primeiras séries, mesmo assim, o número de professores com escolarização mínima atuando nas escolas primárias apresentava-se razoável e a quantidade de docentes sem habilitação específica correspondia a um terço do total. Segundo as fichas de cadastro funcional, 157, dos 240 professores(as), atuaram em escolas rurais entre 1956 e 1991.

Entre os 240 cadastros funcionais, 211 são de professoras e 29 são de professores. Isso significa um percentual de aproximadamente 87,9% de mulheres

no magistério contra 12,1% de homens na mesma atuação. A feminização deste campo de trabalho em Cianorte não para por aí. Entre os 161 professores(as) que tinham a formação necessária para o exercício docente, 119 realizaram seus cursos em instituições no próprio município, denominadas nos documentos como Escola Normal Colegial Estadual Cândido Portinari, Colégio Estadual de Cianorte, Colégio Estadual Cianorte e Escola Normal La Salle, sendo 117 mulheres e dois homens.

Ao consultar outras fontes, os Livros Registro, verificamos que 187 professores(as) atuaram em escolas rurais no período de 1977 a 1996. Destes, identificamos 178 mulheres e sete homens (CIANORTE, 1977-1996).

As questões que envolvem a feminização do magistério no Brasil têm origens históricas. A distinção entre o curso normal para o sexo masculino e para o sexo feminino marcou a criação de escolas normais nas últimas décadas do século XIX. “O decreto de nº 6.379, de 30 de novembro de 1876, criou duas Escolas Normais no Rio de Janeiro, estabelecendo [...] que uma seria para os rapazes e outra para as moças” (BONATO, 2002, p. 169), mas com o objetivo comum de formar professores e professoras para ensino primário. Entretanto, nos conteúdos da escola feminina, foram acrescentados costura, tricô, crochê, ponto de marca e bordados. Além disso, explica a autora que as discussões em torno do dom natural de educar as crianças apontavam que a mulher era a figura ideal para operacionalizar a regeneração da sociedade.

No Estado do Paraná, o “Director Geral da Instrução Pública”, Senhor Victor Ferreira do Amaral e Silva, no Relatório apresentado em 31 de dezembro de 1903, argumenta a respeito da preferência por professoras para atuarem nas escolas primárias:

Tem augmentado o número de professoras e decrescido o de professores, circumstancia que julgo de bom agouro; por quanto, de harmonia com a maioria dos pedagogistas modernos, sou de parecer que o ensino primário deve ser ministrado de preferencia por senhoras. A mulher por sua organização especial, que em geral transuda ternura e bondade a par de grande vivacidade de espirito, parece melhor aparelhada para guiar os primeiros passos da creança fóra do lar, de que a escola deve ser o seguimento [...] (PARANÁ, 1903, p. 10).

De acordo com Almeida, J. S. de (2004), a feminização do magistério está relacionada ao objetivo de regenerar a sociedade, postulada pelo sentimento

republicano de remodelar o país por meio da escola. Acrescenta que, à escola, caberia a função de domesticar, cuidar, amparar e moralizar os costumes. Sob esta mesma perspectiva seguem os discursos que evidenciam o dom natural da mulher para a profissão docente durante o século XX.

Outro dado relevante que procuramos verificar nos “cadastros funcionais” foi referente à origem desses profissionais e sua atuação nas escolas municipais. E observamos que a maioria dessas pessoas nasceu em outras localidades, como municípios do interior do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além dos países Portugal e Espanha. Apenas 13 professores nasceram e permaneceram em Cianorte, onde estudaram e se formaram professores primários.

Além disso, comumente encontramos informações registradas nos cadastros funcionais acerca das remoções de professores, tanto de uma escola rural para outra quanto para escolas urbanas. Esta situação nos confirma o fato de que as escolas rurais de Cianorte eram vistas como sinônimo de atraso e, conforme Souza (2009) salientou, caracterizavam-se pela carência de recursos materiais e de instalações adequadas durante o século XX. Igualmente carentes em relação à formação de professores: antes leigos e, depois de habilitados, pleiteadores de uma vaga na escola urbana.

Vale destacar que os cadastros funcionais, embora identifiquem os profissionais que atuaram nas escolas primárias urbanas e rurais da época, foram organizados pela SME com bases nos dados referentes às demissões, conforme salientado anteriormente. Isso significa que tais profissionais não permaneceram atuantes na profissão, o que sugere uma outra problemática com relação à formação docente: a rotatividade de professores.

A não permanência do docente na função pressupõe um descaminho para a profissão e para o trabalho pedagógico em sala de aula, visto que os cursos de formação continuada, além de escassos, ocorriam por meio de orientações realizadas em reuniões pedagógicas, registradas em Livros Ata. As reuniões aconteciam, muitas vezes, por ocasião do início do ano letivo. Entre os poucos registros a esse respeito, verifica-se o “Curso de Classes Multisseriadas”, “Orientações pedagógicas para o início do ano letivo e período preparatório” e “Curso de Higiene Escolar” (CIANORTE, 1970-1989).

Tais situações que envolvem a questão da formação inicial e continuada dos professores mostram, mais uma vez, as precárias condições das estruturas para o ensino. Essas condições foram expostas nesta seção, mediante a análise dos documentos e reflexão acerca dos caminhos do ensino primário rural no município.

Pelo exposto, e uma vez delineadas as características das escolas primárias rurais cianortenses, demonstrando-se as estruturas e os mecanismos que subsidiaram tanto a expansão quanto a progressiva extinção dessa modalidade de ensino, nosso próximo passo intenciona refletir sobre a contribuição dessas instituições para a escolarização primária do município.

## **4 AS ESCOLAS RURAIS E A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE CIANORTE**

Nesta seção, refletimos sobre a contribuição das instituições escolares rurais para a escolarização primária no município. O termo “escolarização” é aqui utilizado segundo uma das acepções conferidas por Faria Filho (2007), a qual implica na organização de mecanismos responsáveis pela educação formal, assegurada pela instituição de ensino e seus registros. Nas palavras do autor:

[...] escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados (FARIA FILHO, 2007, p. 194).

Assim, nosso objetivo é extrair das fontes históricas os dados que nos remetem ao ingresso das crianças nas instituições estudadas, explorando os aspectos sobre a permanência do alunado nas escolas e os resultados de êxito e retenção nas séries cursadas. Vale ressaltar que não adentramos às questões dos sentidos e significados da aprendizagem e da cultura escolar, conforme marca Faria Filho (2007, p. 194), como “[...] implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização”, ao distinguir as formas de se entender o referido termo.

Com o propósito de entrelaçar os dados até aqui investigados, nossa intenção é elencar dados quantitativos e qualitativos a respeito do período em que essa modalidade de ensino esteve em funcionamento. Estas escolas, muitas vezes construídas por meio da iniciativa da população e com subsídios da companhia colonizadora, contaram com a subvenção em grande parte da esfera municipal. A entidade mantenedora de todas as escolas rurais de Cianorte era a Prefeitura do Município, que tinha esta modalidade de ensino sob sua responsabilidade (CIANORTE, 1989).

Destarte, não poderíamos omitir as questões que envolveram a gradativa desativação das atividades escolares nestas instituições; dentre elas, a organização de escolas-núcleo na zona rural do município, a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries no Estado do Paraná e a subvenção das escolas.

#### 4.1 A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Duas séries documentais apresentam informações acerca dos alunos atendidos nas escolas rurais no período em que estiveram em funcionamento no município. Tais documentos demonstram uma contribuição expressiva destas instituições para a escolarização primária da população rural cianortense.

Nesse sentido, os Livros Ata de Exames (CIANORTE, 1962-1979) e os Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999) deram suporte para a elaboração dos dados elencados nesta subseção. Ao todo, foram analisadas 967 Atas de exames finais, constantes nos vinte e sete Livros Ata de exames<sup>46</sup> que registram a educação rural do município no período de 1962 a 1979; e 625 Relatórios Finais, os quais apresentam-se organizados em 23 encadernações, ordenadas por ano, de 1978 a 1999, com dois cadernos referentes ao ano de 1980. Em relação ao período anterior, de 1956 a 1961, a ausência de registros escolares inviabilizou a apuração de dados sobre a escolarização primária rural nesses anos.

Os dados apresentados anteriormente sobre a evolução da população urbana e rural evidenciaram que ocorreu um decréscimo gradativo da população rural e um acréscimo da população urbana entre as décadas de 1960 e 1990. De 45.178 residentes na zona rural em 1960, apenas 11.996 permaneceram no campo em 1991 (IBGE, 1960; 1991), cujo início de década marca o intenso fechamento das escolas rurais.

Com base nos documentos analisados, chamamos a atenção à contribuição das escolas rurais para a escolarização primária em Cianorte. Não encontramos dados de matrículas nas fontes históricas, mas elas nos permitiram quantificar o número de alunos atendidos por meio das relações nominais contidas nos documentos. Entretanto há uma diferença entre os registros existentes em cada série documental.

As Atas de exames finais, em geral, apresentam dados sobre os alunos que compareceram no dia do exame final. Poucas atas registram o número de ausentes.

---

<sup>46</sup> Pela leitura das atas, verificamos que, em algumas, consta o número de alunos presentes em cada série cursada e, em outras, o número total de alunos. O número de alunos, em geral, não confere com os nomes registrados. Dessa forma, consideramos o número de alunos conforme registrado na apresentação de cada ata. Apenas quando da ausência desta informação, contamos os nomes para conseguirmos nos aproximar do número de alunos atendidos.

Nesse sentido, inferimos que o número de alunos, entre aprovados e reprovados, refere-se aos que permaneceram em atividade escolar durante o ano letivo. Os alunos provavelmente transferidos e desistentes não foram encontrados nesta série de documentos. Os Relatórios Finais apresentam relações nominais, com os resultados “aprovado”, “reprovado”, “transferido”, “desistente”, entre outros, porém trabalhamos, nesse momento, apenas com o número de alunos aprovados e reprovados registrados nesta série, a fim de construir a análise com base nas informações que os dois tipos de documentos têm em comum<sup>47</sup>.

Além disso, as duas séries documentais selecionadas para a reflexão nesta subseção apresentam registros referentes aos anos de 1978 e 1979. Por se tratar de um período de transição das formas de se realizarem os registros escolares, conforme explicitado anteriormente, optamos por utilizar os dados constantes nos Livros Ata de exames, por conterem os números totais de escolas em funcionamento, desprezando os Relatórios Finais referentes a esses dois anos.

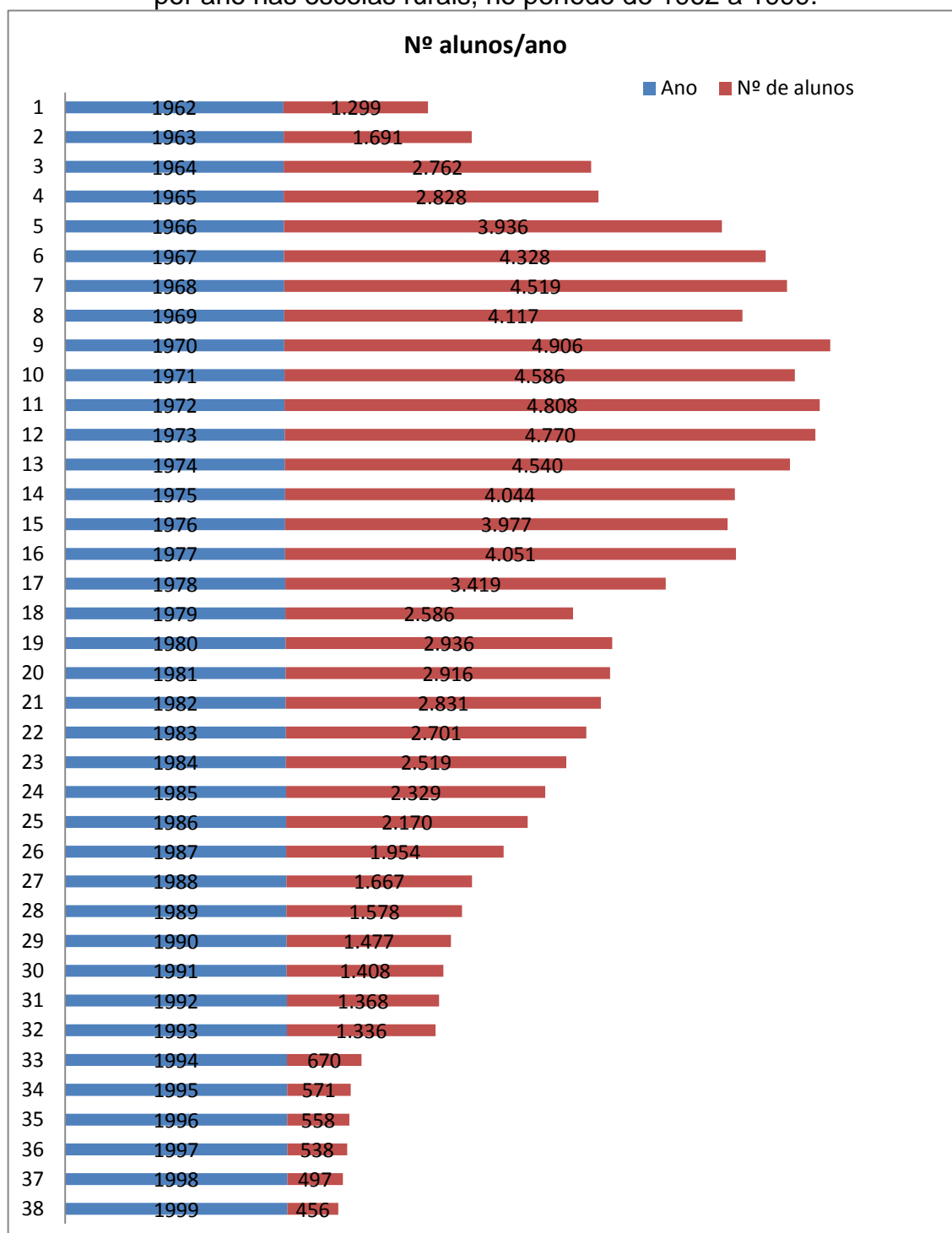
Com a intenção de quantificar o número de atendimentos realizados por essas instituições, o gráfico 4 apresenta os dados referentes ao período de 1962 a 1999, com o indicativo do número de alunos atendidos que se encontravam na condição de aprovados e reprovados, em cada ano, nas escolas primárias rurais, durante os 38 anos que as séries documentais nos permitiram mensurar.

---

<sup>47</sup> Vale ressaltar que as informações contidas nos Livros Ata não são precisas, podendo haver uma pequena margem de erro na contagem dos alunos, pela própria condição dos registros nos documentos, imprecisão que não acontece com relação aos dados contidos nos Relatórios Finais.



Gráfico 4 – Demonstrativo do número de alunos atendidos (aprovados e reprovados) por ano nas escolas rurais, no período de 1962 a 1999.



**Fonte:** Dados organizados pela autora de Livros Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979) e Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

Com base no gráfico acima, é possível verificar o número de alunos que permaneceram nas escolas e visualizar o movimento dos atendimentos ano a ano nas instituições.

No ano de 1962, por ocasião da escrituração escolar regulada pela LDB 4024/61, registrou-se o número de 1.299 alunos que participaram dos exames finais, de 1ª à 4ª séries. Observando-se que estas crianças frequentavam as quatro séries primárias e que houve gradativo aumento do número de atendimentos nas escolas a partir de 1962, inferimos que, nos anos anteriores, de 1956 a 1961, as 28 unidades escolares existentes participaram ativamente no processo de escolarização.

As escolas rurais obtiveram crescente o número de atendimentos realizados a partir de 1962 até o ano de 1968. Em 1969, houve uma queda no número de alunos atendidos, embora estivesse em funcionamento uma escola a mais do que no ano anterior. Esta situação pode ter sido um reflexo da forte geada que ocorreu em julho de 1969, que causou sérios prejuízos às lavouras de café na região norte do Estado (KOHLHEPP, 2014). Igualmente pode ter causado prejuízo no ano letivo de muitas crianças. Em 1970, o número de alunos voltou a crescer e atingiu a maior quantidade de presentes nos exames finais, totalizando 4.906 estudantes.

Durante o período de 1967 a 1975, as instituições escolares rurais atenderam acima de quatro mil alunos em cada ano. Após este período, os números caíram pouco a pouco, sendo que, em 1979, o decréscimo se acentuou ainda mais, aumentando em 1980, mas voltou a diminuir nos anos seguintes. A partir de 1993, é possível visualizar o declínio do número de alunos até o ano de 1999, chegando a uma redução de quase 66%. Nos Relatórios Finais do ano de 1994, ano em que se reduziu à metade o número de alunos, encontramos turmas com todos os seus alunos transferidos. A tabela a seguir viabiliza a constatação do número de alunos atendidos por década.

Tabela 4 - Número e percentual dos alunos atendidos nas escolas rurais, por década, no período de 1962 a 1999.

<b>Década</b>	<b>Nº de alunos atendidos</b>	<b>Percentual Aproximado</b>
<b>1962-1969</b>	25.480	...
<b>1970-1979</b>	41.687	+63,60%
<b>1980-1989</b>	23.601	-43,38%
<b>1990-1999</b>	8.879	-62,31%
<b>Total</b>	99.647	-

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Livros Ata de exames (CIANORTE, 1962-1979) e de Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

No período de 1962 a 1979, constam nos Livros Ata de exames o total de 67.167 atendimentos realizados. Além destes, há registros de exames finais de aproximadamente 700 alunos que frequentaram os Cursos Noturnos. As escolas rurais se configuraram, nesse sentido, como um espaço que possibilitou acesso à escolarização primária àqueles que não a tiveram em idade própria. Porém não só as escolas rurais foram utilizadas para esta finalidade, visto que, no Livro Ata de 1966, há registros de exames de alunos entre 12 e 45 anos que frequentavam as aulas no Grupo Escolar Cianorte na zona urbana. Nos Livros Ata dos anos de 1970 a 1975 e de 1978 a 1979, os registros de exames de alunos do curso noturno em escolas rurais demonstram a tentativa de amenizar as situações de analfabetismo na zona rural.

Como vimos anteriormente por meio de dados estatísticos, foi na década de 1960 que houve o maior número de construções de escolas na zona rural de Cianorte. Entretanto foi durante a década de 1970 que as escolas rurais registraram o maior número de atendimentos. Na década de 1980, verifica-se um decréscimo gradativo que avança para a década de 1990, até a redução significativa do número de alunos matriculados.

Tais informações nos aproxima dos reflexos do êxodo rural que afetou o norte do Paraná. Segundo Kohlhepp (2014), a geada de 10 de julho de 1969 causou prejuízos na economia cafeeira do Estado, atingindo cerca de 97% dos cafeeiros do norte paranaense. Após a ocorrência desta geada, o autor marca o percentual de 81% de retrocesso da produção no plantio do café no Estado, uma vez que não só houve prejuízos com relação à colheita do ano, como dos anos seguintes, tendo em vista o período denominado não produtivo que se segue até que as novas árvores atinjam a sua idade produtiva (KOHLHEPP, 2014). Capelo (2000) traz à tona outros fatores que contribuíram para o êxodo rural: desde meados da década de 1960, o preço do café estava baixo e o aumento da produção internacional, especialmente na África, junto às exigências do mercado com relação às técnicas produtivas, apontava o declínio da cafeicultura no norte do Paraná. Além disso, “[...] a introdução da legislação trabalhista no meio rural, as exigências legais, acrescidas ao encarecimento da mão de obra, agilizaram a opção por atividades rurais mais modernas e mecanizadas que dispensavam o uso do trabalhador braçal” (CAPELO, 2000, p. 42).

O Censo Demográfico nos indica os valores em décadas, os quais estão descritos na tabela 1, porém não nos fornece dados quanto à evolução, ano após ano, da mobilidade da população entre as zonas rural e urbana. Os dados do gráfico 1 apontam que, de 1967 até 1981, o atendimento escolar se manteve com, no mínimo, 51 escolas em funcionamento. Quase no mesmo período, de 1966 a 1977, o número de mais de 3.900 alunos atendidos em cada ano nos leva a inferir que, mesmo diante da redução do número de residentes na zona rural do município, houve um número considerável de famílias que enviaram seus filhos às escolas. Os números demonstram que, no caso de Cianorte, o intenso processo de escolarização na década de 1970 pode estar relacionado não só à questão da permanência de grande parte da população do município na zona rural, mas devido ao aumento da oferta de escolarização no período.

Ao analisar os discursos presentes nas mensagens de governo do Estado do Paraná referente ao período da ditadura militar (1964-1985), Gonçalves (2005) sinaliza a preocupação existente com a educação paranaense e a sua finalidade social de desenvolver o Estado e o país, evidenciada nas falas dos governadores. Nas palavras da autora:

Em adesão aos discursos de modernidade administrativa e de esperança na construção de um país melhor e mais grandioso, a Educação tem um papel fundamental. Um elemento identificado em todas as mensagens é a sua função, nesse processo: colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social. Nesse sentido, a expansão do sistema de ensino, em todos os níveis, é outra ênfase contínua nos discursos do período (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Dessa forma, segundo a autora, nos anos que se seguiram a partir da Reforma 5692/71, as Mensagens apontam que o Estado do Paraná avançava com relação à expansão do ensino, ampliando o número de matrículas e construindo salas de aula e escolas. Este contexto pode explicar o número expressivo de alunos quantificados em nossas análises. Foi no ano de 1970 que as escolas primárias rurais chegaram ao seu ápice quanto ao número de alunos frequentes em Cianorte. Este número diminuiu gradativamente nos anos seguintes, porém foi a década em que essas escolas atenderam a um contingente maior de crianças na zona rural.

Vale destacar, na conjuntura do que foi o período militar, que houve significativa expansão no processo de escolarização do Estado do Paraná, inclusive,

como vimos, nas escolas rurais de Cianorte. Não desprezamos o fato de que o objeto deste estudo, as escolas primárias rurais, carrega nos próprios nomes as características do período em questão. Observa-se que foram batizadas com nomes dos estados federados, presidentes, militares, políticos, datas comemorativas, nomes religiosos e personagens brasileiros, favorecendo a interpretação de quais valores, vinculados à nação, esperava-se incentivar nesta população.

Concluída a análise dos dados comuns às duas séries documentais, as informações contidas nos Relatórios Finais nos possibilitou estabelecer outros critérios para explorar o material referente ao período de 1980 a 1999. Para tanto, analisamos a movimentação dos estudantes quanto à aprovação, reprovação, transferências, desistências e outras situações, como alunos falecidos, remanejados e excluídos por erro. A tabela a seguir apresenta o número de alunos que passaram pelos bancos escolares das instituições estudadas e a sua movimentação<sup>48</sup>:

Tabela 5 - Número e percentual aproximado de alunos aprovados (AP), reprovados (REP), desistentes (DES) e transferidos (TRA) por ano, de 1980 a 1999.

Ano	Alunos									
	AP	%	REP	%	DES	%	TRA	%	Total	
1980	2.258	56,75	678	17,04	337	8,47	706	17,74	3.979	
1981	2.143	54,88	773	19,79	396	10,14	593	15,19	3.905	
1982	2.054	57,96	777	21,92	330	9,31	383	10,81	3.544	
1983	1.963	55,98	738	21,04	362	10,32	444	12,66	3.507	
1984	2.005	57,91	514	14,85	228	6,59	715	20,65	3.462	
1985	1.918	64,86	411	13,90	207	7,00	421	14,24	2.957	
1986	1.825	68,56	345	12,96	141	5,30	351	13,18	2.662	
1987	1.607	64,00	347	13,82	191	7,61	366	14,57	2.511	
1988	1.356	60,08	311	13,78	168	7,44	422	18,70	2.257	
1989	1.320	61,54	258	12,03	161	7,50	406	18,93	2.145	
1990	1.257	62,35	220	10,91	138	6,84	401	19,90	2.016	
1991	1.180	61,46	228	11,88	98	5,10	414	21,56	1.920	
1992	1.126	63,76	242	13,70	95	5,38	303	17,16	1.766	
1993	1.007	58,78	329	19,21	82	4,79	295	17,22	1.713	
1994	550	48,46	120	10,57	54	4,76	411	36,21	1.135	
1995	482	47,72	89	8,81	19	1,88	420	41,59	1.010	

<sup>48</sup> Em pequeno número, aparecem registros, nos Relatórios Finais, de alunos falecidos, remanejados ou excluídos por erro. Esclarecemos que estas informações não foram tratadas separadamente na tabela, porém os falecidos e os excluídos por erro foram contabilizados junto aos desistentes, enquanto os remanejados foram considerados como transferidos. Todavia esses casos não comprometem os resultados.

1996	480	67,32	78	10,94	12	1,68	143	20,06	713
1997	449	66,81	89	13,24	4	0,60	130	19,35	672
1998	417	62,52	81	12,14	4	0,60	165	24,74	667
1999	397	72,98	59	10,85	6	1,10	82	15,07	544
<b>Total</b>	<b>25.794</b>	<b>59,87</b>	<b>6.687</b>	<b>15,52</b>	<b>3.033</b>	<b>7,04</b>	<b>7.571</b>	<b>17,57</b>	<b>43.085</b>

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

As informações sobre alunos aprovados, reprovados, transferidos, desistentes ou outros, nos Relatórios Finais, permitiu-nos considerar que os registros nestes documentos se referem ao total de estudantes matriculados nas escolas.

Dessa maneira, constata-se o número de pouco mais de quarenta e três mil matrículas nas escolas primárias rurais no período de 1980 a 1999. Mas a movimentação desses alunos foi significativa, uma vez que o número de desistentes e transferidos aponta para mais de dez mil. As transferências, que totalizam 17,57% do número de matrículas, podem estar relacionadas à mobilidade da população rural para as áreas urbanas, muito presente a partir da década de 1970. Por outro lado, foi muito comum o panorama de desistências, no cenário da educação rural no Brasil, diante das necessidades impostas pelas condições de sobrevivência das famílias, que passavam a utilizar a mão de obra dos filhos nas lavouras (ÁVILA, 2013).

Em Cianorte, o percentual de desistências nas escolas rurais atingiu 7,04% de 1980 a 1999. Das crianças que ingressaram nas escolas rurais, aproximadamente, 75% frequentaram as aulas durante todos os anos letivos e, destas, cerca de 79% concluíram a série escolar com êxito, obtendo aprovação. Isto significa que 21% dos que permaneceram na escola foram reprovados.

Além disso, do total de crianças matriculadas, temos o número que representa pouco mais de 15% de reprovadas e quase 25% que não permaneceram na escola seja por motivo de desistência ou transferência. Diante disso, verificamos que 40% não conseguiu concluir os estudos, sendo que, neste último percentual, estão contabilizados os desistentes, transferidos e reprovados.

A questão dos altos índices de desistência e repetência conduziram ações governamentais, entre elas, a organização do Ciclo Básico de Alfabetização – CBA, que garantiu ao aluno o prolongamento do tempo de alfabetização de um para dois anos na rede estadual (PARANÁ, 1988), e a Lei nº 8069/1990, que dispôs sobre o

Estatuto da Criança e do Adolescente e previu, entre outros, o direito ao acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola (BRASIL, 1990).

O CBA foi instituído nas escolas de 1º grau da Rede Estadual de Ensino em 1988, como discutido anteriormente, e implantado em algumas escolas rurais de Cianorte a partir de 1989. Entre os Relatórios Finais dos anos de 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993, verifica-se a presença do CBA com a informação “continuum” no campo destinado ao registro da série cursada pelos alunos. No entanto, poucas foram as instituições que atuaram segundo às orientações do CBA, já que os registros aparecem nos documentos de apenas cinco escolas: Castro Alves, Dom João Bosco, General Ernesto Geisel, João Bueno de Godoy e Marechal Rondon. A ausência de registros do Ciclo Básico e a presença de resultados de alunos reprovados na 1ª série nos Relatórios Finais das demais escolas, nestes anos, indicam que não houve adesão da maioria das escolas rurais ao CBA.

No período, foram realizados 1.438 atendimentos sob a designação do CBA, sendo que 673 crianças foram aprovadas, 306 reprovadas, 105 desistentes e 354 transferidas. Em outras palavras, 979 alunos concluíram os anos letivos e destes, 68% obtiveram aprovação no processo “continuum”.

Contudo, não extraímos das fontes somente o número de alunos que passaram pelo processo “continuum” do CBA. O número de atendimentos realizados nas demais turmas de 1ª a 4ª séries foram sistematizados durante a pesquisa.

Tabela 6 – Número de alunos matriculados (Mat.), concluintes (Conc.) e não concluintes (Não conc.), por série e ano, de 1980 a 1999.

Ano	1ª série			2ª série			3ª série			4ª série		
	Mat.	Conc.	Não conc.	Mat.	Conc.	Não conc.	Mat.	Conc.	Não conc.	Mat.	Conc.	Não conc.
1980	1.468	643	825	990	611	379	860	548	312	661	456	205
1981	1.429	669	760	971	565	406	822	461	361	683	448	235
1982	1.244	608	636	963	590	373	773	473	300	564	383	181
1983	1.208	528	680	922	542	380	807	503	304	570	390	180
1984	1.266	632	634	835	511	324	741	461	280	620	401	219
1985	946	507	439	825	544	281	648	455	193	538	412	126
1986	848	501	347	697	483	214	628	446	182	489	395	94
1987	691	374	317	666	408	258	618	412	206	536	413	123
1988	504	263	241	635	372	263	637	375	262	481	346	135
1989	450	235	215	401	270	131	558	355	203	455	328	127
1990	365	206	159	350	229	121	574	367	207	428	326	102
1991	339	195	144	312	185	127	514	338	176	441	319	122

<b>1992</b>	292	192	100	290	173	117	474	306	168	427	311	116
<b>1993</b>	288	167	121	296	173	123	463	264	199	405	278	127
<b>1994</b>	296	145	151	309	147	162	309	145	164	221	113	108
<b>1995</b>	242	119	123	268	116	152	279	133	146	221	114	107
<b>1996</b>	184	110	74	190	121	69	176	119	57	163	130	33
<b>1997</b>	201	116	85	167	114	53	151	106	45	153	113	40
<b>1998</b>	202	122	80	167	104	63	160	90	70	138	101	37
<b>1999</b>	139	93	46	166	117	49	136	102	34	103	85	18
<b>Total</b>	12.602	6.425	6.177	10.420	6.375	4.045	10.328	6.459	3.869	8.297	5.862	2.435
<b>%</b>	100	50,98	49,02	100	61,18	38,82	100	62,54	37,46	100	70,65	29,35

**Fonte:** Dados organizados pela autora de Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

A tabela 6 apresenta o número de alunos registrados em cada Relatório Final. Para a sua organização, excluimos os dados de 1ª e 2ª séries dos anos de 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993 que se referem aos atendimentos realizados nas escolas em que houve aplicação do CBA, cujas informações foram tratadas separadamente.

O número de atendimentos por série nos possibilita observar as diferenças entre o ingresso e a permanência dos alunos nas escolas rurais. Nota-se que um número maior de crianças ingressara na 1ª série, cuja situação decresceu com relação às séries seguintes: foram 12.602 atendimentos na 1ª e 8.297 na 4ª série, estabelecendo uma diferença de mais de quatro mil alunos entre os que ingressaram e concluíram o ensino primário.

Dessa forma, muitas crianças não permaneceram na escola ou não estavam aptas para prosseguir seus estudos, haja vista o total de concluintes ser pequeno diante do número de matrículas em todas as séries. Esta diferença foi expressa em porcentagem, na última linha da tabela 6 e indica que quase a metade dos alunos que ingressaram na 1ª série não concluíram seu curso por se encontrarem na situação de desistentes, reprovados e transferidos. Nas 2ª e 3ª séries, embora o número de alunos seja menor do que o da 1ª, atenta-se ao fato de que pouco mais de 60% concluíram seus estudos com êxito. A 4ª série apresenta o menor número de alunos, mas a aprovação chegou a ultrapassar 70% nesta série. Destaca-se o número de alunos que ficaram para trás, ano após ano, no processo de seriação.

Em números, os 16.526 alunos não concluintes de todas as séries apontam para o problema da não permanência das crianças na escola, muitas vezes, ocasionada pela necessidade de amparar a família na luta pela sua sobrevivência.



Atualmente, as crianças em idade escolar residentes na zona rural deslocam-se para a área urbana a fim de terem acesso à educação sistematizada. Esta situação tem suas origens nos encaminhamentos realizados pela Prefeitura do Município, os quais interferiram sensivelmente nas escolas rurais, ocasionando sua extinção. Sobre esta questão refletiremos a seguir.

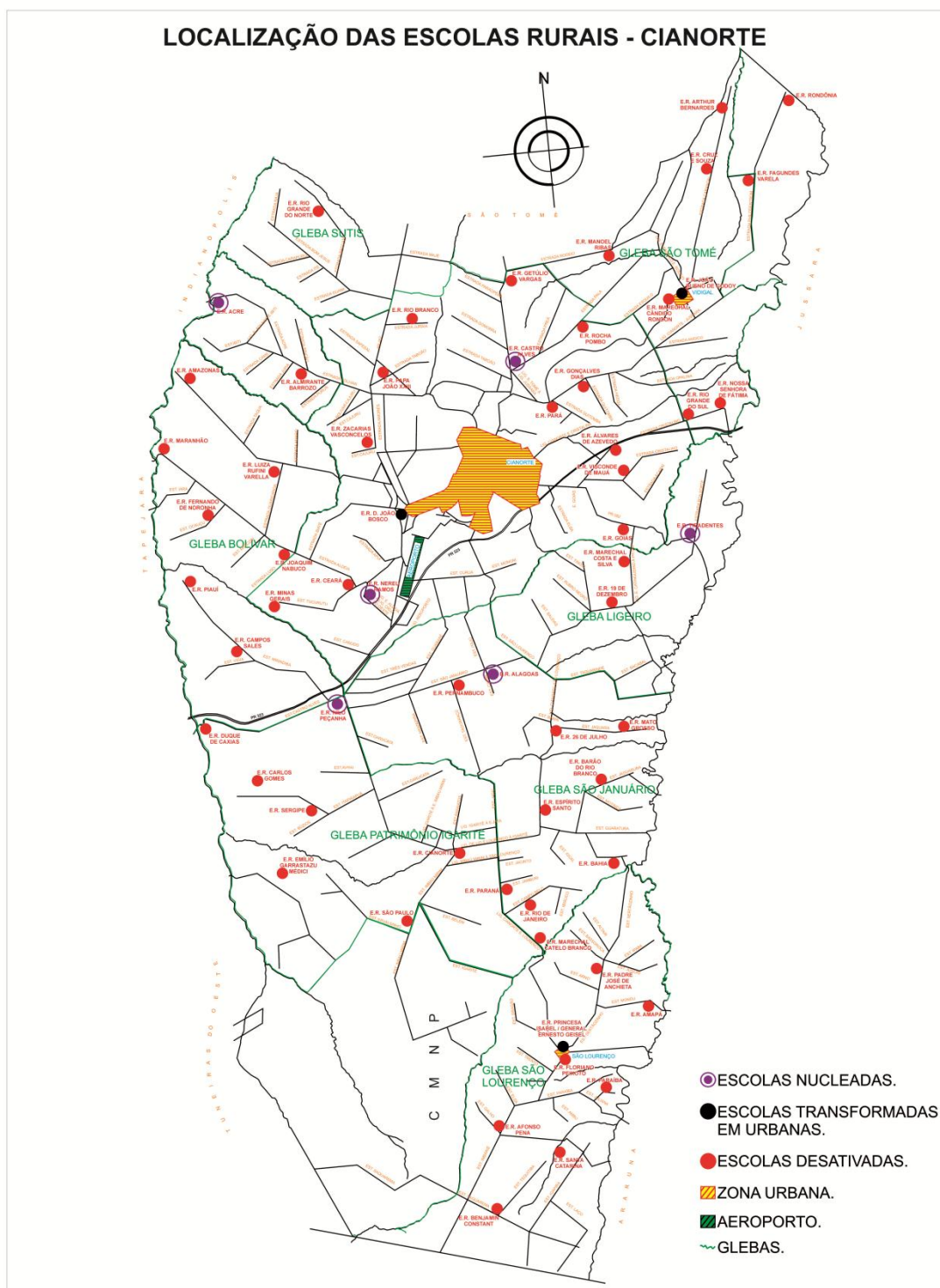
#### 4.2 A EXTINÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS

Em meados da década de 1980, as primeiras iniciativas de nucleação se efetivaram, criando a chamada escola-núcleo na zona rural de Cianorte. Valendo-se das estruturas disponíveis, o ensino seriado foi inserido na instituição e foi modificada sua organização. Porém, a partir da década de 1990, houve uma aceleração acentuada no processo de nucleação das escolas rurais, concentrando professores e alunos em seis escolas-núcleo, com a utilização do transporte escolar. Neste processo, as escolas rurais foram desativadas, sendo encerradas progressivamente, ano após ano, suas atividades.

Foi nesta mesma década que muitos recursos foram direcionados às escolas-núcleo, que atendiam a seus alunos ainda na zona rural. As seis últimas unidades escolares rurais em funcionamento foram reformadas ampliadas e equipadas. Mas sobreviveram por apenas mais três anos, quando os alunos foram encaminhados à Escola Rural Municipal Castro Alves, transferida para a zona urbana no início do ano de 1999.

Desta forma, faz-se necessário descrever o panorama da modificação das escolas rurais. O mapa abaixo representa a distribuição dessas instituições no território do município com a localização das escolas nucleadas, das desativadas e das transformadas em urbanas.

Mapa 2 - Localização das escolas rurais nucleadas, desativadas e Transformadas em urbanas em Cianorte<sup>49</sup>.



**Fonte:** Mapa organizado pela autora com base nos documentos: Decreto 56/82 (CIANORTE, 1982), Mapa: Localização de escolas isoladas do Município de Cianorte Est. Paraná (CIANORTE, s/da), Mapa Rural – Glebas (CIANORTE, s/db), Relatório/Ficha das Escolas Rurais (1971-1972; s/dc) e Relatórios Finais (CIANORTE, 1978-1999).

<sup>49</sup> A imagem encontra-se reduzida, porém é possível visualizar o mapa em tamanho maior e com mais qualidade por meio do arquivo salvo no CD intitulado *História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990): fontes históricas* (HISTÓRIA...,2015), organizado por nós, neste trabalho, e entregue nas instituições em que a pesquisa foi realizada.

Observa-se que, no espaço geográfico de Cianorte, as instituições de ensino foram construídas de acordo com a necessidade da população residente, ocasionando a concentração de escolas em algumas regiões.

Após o processo de nucleação, seis escolas mantiveram seu funcionamento, distribuídas de modo que cada região fosse contemplada com um prédio escolar, exceto nas proximidades dos distritos, nos quais permaneceu uma unidade escolar em cada um. Assim, três escolas deixaram de ser consideradas rurais pela sua localização na zona urbana e nos distritos a partir de 1993. Após a desativação de cinco escolas-núcleo em 1999, a Escola Rural Municipal Castro Alves, situada ao norte do município, absorveu a população escolar do campo, sendo transferida para a zona urbana no início do mesmo ano.

Atualmente, a Escola Municipal Castro Alves, embora localizada na zona urbana, tem sob sua responsabilidade a educação das crianças que residem na zona rural do município, visto ser para esta instituição que se dirige o transporte escolar dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. Dados do Censo Demográfico apontam que cerca de 7.676 pessoas residiam na zona rural de Cianorte em 2010. No Projeto Político-Pedagógico – PPP da referida instituição (CIANORTE, 2012), consta que cerca de 20% dos alunos que atende são oriundos da zona rural. A seguir, o quadro 12 apresenta os dados mais recentes da população rural cianortense em idade escolar:

Quadro 12 – Número de crianças em idade escolar residentes na zona rural de Cianorte (2010)

<b>Nº crianças de 0 a 4 anos</b>	<b>Nº crianças de 5 a 9 anos</b>	<b>Nº crianças de 10 a 14 anos</b>	<b>Total</b>
544	548	645	1.737

**Fonte:** Dados do Censo Demográfico organizados pela autora (IBGE, 2010).

O quadro quantifica o número de crianças em idade escolar das séries iniciais do ensino fundamental em 2010. A organização com base em idades distintas deve-se ao fato de que o Censo Demográfico assim a apresenta. As crianças de 5 a 9 anos são aquelas que estariam matriculadas de 1º ao 4º ano das séries iniciais do ensino fundamental e uma parte do número de crianças entre 10 e 14 anos estariam matriculadas no 5º ano. Quanto às crianças de 0 a 4 anos, seriam os futuros estudantes deste nível de ensino, dado que demonstra que a necessidade de escolarização primária para crianças do campo continuará nos próximos anos.

Tais elementos permite inferirmos que, embora as escolas rurais tenham sido extintas, há um número razoável de crianças em idade escolar que reside na zona rural. Elas deslocam-se para a cidade para que tenham acesso à educação. O número mais recente de crianças residentes no campo é próximo àquele que justificou o processo de nucleação, ainda na zona rural, na década de 1990.

É possível que a efetivação deste processo esteja relacionada com a municipalização da educação primária pelo governo estadual, influenciando as decisões da administração municipal. No início dos anos de 1990, a proposta de municipalização foi difundida no Estado do Paraná, pressionando as esferas municipais a se responsabilizarem pelo ensino de 1ª a 4ª séries, pré-escolares, educação especial e ensino supletivo fase I. Segundo Santos (2003), a municipalização ocorreria mediante convênios entre o Estado e os municípios, por meio de parcerias que incluiriam o repasse de professores que atuavam nas modalidades de ensino em questão, orientações técnico pedagógicas, treinamento dos profissionais docentes e não docentes e recursos financeiros a fim de manter os prédios e equipamentos escolares, entre outros.

De acordo com os dados apresentados por Santos (2003), a municipalização representou, neste Estado, a omissão gradativa da esfera estadual com relação ao financiamento da educação primária. O Estado, que investia cerca de 14% no início dos anos de 1990, portanto, antes de processo de municipalização, passou a investir apenas 3% no ano de 1995. Esta situação sobrecarregou os municípios, uma vez que a municipalização do ensino e a gradativa diminuição dos recursos estaduais ocorreram simultaneamente com a diminuição do número de matrículas na rede estadual e o aumento na rede municipal. Vejamos esses números, nos anos de 1991 e 1995, que marcam a diminuição de 14 para 3% dos investimentos estaduais:

Tabela 7 – Número de matrículas no ensino de 1º grau nas redes estadual e municipal e nas séries primárias em Cianorte (1991 e 1995).

Ano	Estadual	Municipal	Cianorte
<b>1991</b>	988.398	597.618	1.844
<b>1995</b>	868.432	754.726	2.838
<b>Saldo</b>	-119.966	+157.108	+ 994

**Fonte:** Dados organizados pela autora referentes aos anos de 1991 e 1995 (IPARDES, 2014).

Os números apontam para a diminuição de quase 120 mil matrículas na esfera estadual e aumento de mais de 157 mil nas escolas municipais. Em Cianorte, as 994 matrículas a mais significaram um aumento de 53,9% na demanda do ensino de 1ª a 4ª séries para o município. A fim de atender a esta demanda, os municípios tiveram que ampliar o percentual de investimento na educação<sup>50</sup>, além de, por outro lado, ser notória a omissão do Estado.

Santos (2003) evidencia que tal processo ocorreu de maneira impositiva, sem a participação dos principais envolvidos na questão: professores e comunidade escolar. Acrescenta que “[...] as relações conflituosas entre os profissionais da educação e a administração estadual já havia se configurado aguda a partir da greve de 1988 e, a partir daí, só se deteriorou, culminando com uma greve de 90 dias no ano de 1990” (p. 8).

No que tange ao município de Cianorte, não há vestígios documentais de que um processo de consulta à comunidade tenha ocorrido no âmbito da escolarização primária rural por ocasião do encerramento das atividades destas instituições escolares e da decisão de transferir as crianças em idade escolar para as escolas nucleadas. Ante a nova realidade, muitas famílias deixaram de enviar seus filhos às escolas, temendo pelo uso do transporte escolar e pela localização longínqua de suas residências. Os horários dos ônibus, que passavam de madrugada, não atendiam às necessidades das famílias. A informação de uma professora, chefe da Divisão de Educação na época, revela que, por diversas vezes, dirigiu-se à zona rural com os motoristas a fim de convencer as famílias a enviarem seus filhos às escolas nucleadas. Algumas medidas foram tomadas pelo município, entre elas a reorganização do horário para o início das aulas e o oferecimento de café da manhã antes de os alunos adentrarem às salas de aula.

Pressionada para aderir à municipalização da pré-escola e das séries iniciais, à administração municipal, não restaria outra forma de conter os gastos com a educação deste nível de ensino e atender às demandas a não ser pela via da cessação das atividades escolares de pequenas unidades dispersas na zonal rural, centralizando professores e alunos em poucas escolas-núcleo.

---

<sup>50</sup> A parceria entre Estado e municípios obrigava, entre outras questões, a aplicação de “[...] 25% da receita de impostos para ser beneficiado com os repasses de recursos da parceria educacional” (SANTOS, 2003, p. 10).

O governo municipal, com auxílio de recursos federais (BRASIL, 1997), nucleou seis unidades escolares rurais, ampliando-se a capacidade de atendimento com mais salas de aula e melhorando as estruturas para o ensino, como pátio coberto, refeitório, sanitários, materiais escolares, entre outros, com a finalidade de concentrar professores e alunos em menor número de instituições. Alguns documentos, como o projeto de nucleação<sup>51</sup>, fotografias, recortes de jornais, notas de requisição de materiais, orçamentos e relatórios de objetos das escolas rurais arquivados na Prefeitura, confirmam o investimento nestas instituições.

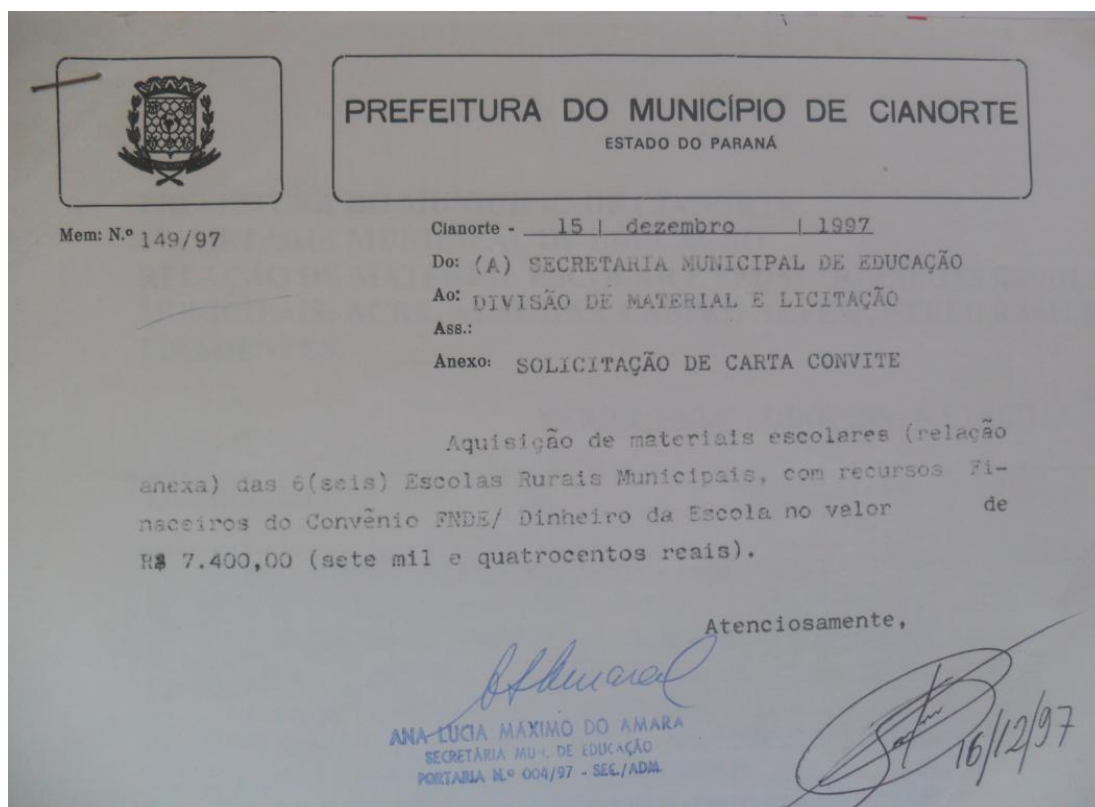
A imagem a seguir demonstra que os recursos também foram utilizados para otimizar o interior das salas de aula, equipando-as com ventiladores, armários e estantes. Nota-se que está registrada no documento a informação de que os recursos eram oriundos do convênio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, *Programa Dinheiro na Escola* (BRASIL, 1997) e que deveriam ser aplicados nas escolas rurais:

---

<sup>51</sup> É possível visualizar o Projeto de Nucleação, no Inventário de Fontes, na segunda seção desta dissertação.



Imagem 22 – Memorando nº 149/97, de 15/12/1997.



Fonte: Fotografia tirada pela pesquisadora (CIANORTE, 1997b)

Para o recebimento de recursos federais, administrados pelo FNDE, essas instituições foram alvo de reorganização administrativa municipal. A APM das últimas seis unidades escolares restantes, as Escolas Rurais Municipais Acre, Alagoas, Castro Alves, Nereu Ramos, Nilo Peçanha e Tiradentes, foi estabelecida no ano de 1997. O Estatuto da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte foi elaborado em 29 de setembro de 1997, registrado em cartório e no Tribunal de Contas<sup>52</sup>(CIANORTE, 1997a).

Não obstante, reduzir as seis escolas em apenas uma, reunindo os alunos em um único local e, logo em seguida, transferir escola e alunos para a sede do município, foi uma decisão da Prefeitura do Município, lavrada em “Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte [...]” (CIANORTE, 1999), que aconteceu no dia 17/05/1999. A Secretária de Educação Municipal, Senhora Ana Lucia Máximo do Amaral, esclareceu aos presentes:

<sup>52</sup> Os dados sobre os registros mencionados constam descritos no Inventário de Fontes, seção 2, desta dissertação.



[...] a decisão da concentração das Escolas Rurais Municipais numa unidade escolar, visto o ritmo acelerado da redução de matrículas nas respectivas escolas, distribuídas numa área de setecentos e setenta e três quilômetros quadrados. Diante do quadro fez-se necessário a cessação das demais unidades escolares e a concentração da clientela escolar na Escola Rural Municipal Castro Alves – Estrada São Tomé no início do período letivo do corrente ano [...] (CIANORTE, 1999).

Assim, em 1999, os alunos foram transferidos para esta escola que, no início do ano letivo, mudou-se para a zona urbana, passando a utilizar as dependências da UEM, Campus de Cianorte, por meio de um convênio entre o Município e a Universidade.

Conforme a secretária salientou, eram 773 quilômetros de distância entre as seis escolas rurais em funcionamento, situação que, por um lado, inviabilizava o acompanhamento pedagógico por parte da Secretaria de Educação do município, mas, por outro, assustava e causava certa resistência por parte das famílias que habitavam o campo. Porém a ata registrou que não houve manifestação dos 24 participantes na reunião acerca da decisão de concentração das crianças em um único complexo escolar, mesmo porque esta foi realizada em maio de 1999, mas o jornal local noticiara a substituição de veículos para transportar os alunos da zona rural para a sede do município em primeiro de abril do mesmo ano (FOLHA DE CIANORTE, 1999). Na oportunidade, além de informar a comunidade a respeito da nucleação, realizou-se a adequação da nomenclatura da APM, com objetivo de “[...] beneficiar-se do Programa Dinheiro na Escola” do FNDE (CIANORTE, 1999).

Por meio da Resolução nº 03, de 04 de março de 1997, o Conselho Deliberativo do FNDE estabeleceu critérios para a transferência de recursos financeiros diretamente às escolas, entre eles o valor anual a ser repassado, de acordo com o número de alunos matriculados e com a região do país (BRASIL, 1997). Sob este prisma, podemos inferir que a nova nucleação das seis escolas-núcleo em funcionamento na zona rural no ano de 1999 foi uma ação voltada não só à questão da melhoria da qualidade do ensino com a concentração de professores e alunos em um mesmo prédio escolar, tendo em vista a redução de matrículas, mas vinculada à questão da subvenção das escolas. O município economizaria com apenas uma escola rural, facilitaria o acompanhamento pedagógico e o controle do

trabalho docente por parte da Secretaria Municipal de Educação, além de adequar as instituições para angariar recursos do Governo Federal.

Grosso modo, a situação indica a preocupação com os recursos, porém faz-se contraditória diante de tantos investimentos aventados às escolas-núcleo. Todo o processo com despesas e com o convencimento da população rural de que seria uma forma de melhorar o ensino ofertado às suas crianças foram dissolvidos em apenas três anos de funcionamento.

Em visita a alguns locais em que as escolas rurais foram estabelecidas observamos suas atuais condições: muitos prédios escolares estão em processo de demolição ou já foram demolidos para a devolução dos terrenos aos antigos proprietários, que cederam espaço para que a instrução primária chegasse à população rural. A imagem a seguir refere-se a um desses prédios, em fase de demolição:

Imagem 23 – Prédio da antiga Escola Rural Alagoas (2014)



**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.

A fotografia foi tirada por nós no dia 20/07/2014. Na oportunidade, visualizamos parte do prédio escolar rural com o madeiramento exposto, sem telhas, portas e janelas. A presença do automóvel no quintal, bem como outros objetos no

antigo corredor central da escola demonstram a utilização do espaço como residência.

Entre os demais prédios que restaram, alguns foram cedidos à comunidade para serem utilizados como local de reunião ou para moradia. A próxima imagem apresenta um deles, que sobrevive ao tempo:

Imagem 24 – Prédio da antiga Escola Rural Nilo Peçanha (2014)



**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.

A imagem 24 identifica as atuais condições do prédio utilizado pela Escola Rural Nilo Peçanha. Embora desgastada, a pintura amarela e branca nos remete ao padrão das escolas nucleadas em Cianorte. A moradora do local permitiu-nos adentrar às salas de aula e fotografar os ambientes. Confirmamos as metragens contidas nas fontes históricas e vimos as instalações ampliadas e adequadas para receber os alunos após a nucleação.

O prédio da Escola Rural Cruz e Souza, construída em 1963 na região do Patrimônio de Vidigal, sofreu um incêndio no dia 21/05/1977, restando apenas as colunas de tijolos que sustentavam a estrutura de madeira (CIANORTE, 1977a). Outros prédios, especialmente de três escolas, Dom João Bosco, General Ernesto Geisel e João Bueno de Godoy, anteriormente consideradas rurais pela sua localização na zona rural e nos distritos São Lourenço e Vidigal respectivamente,

desde o ano de 1993, não aparecem como escolas rurais nos documentos, hoje, são consideradas escolas municipais urbanas, sem as características de seu passado.

Diante do exposto, compreendemos que há muito a se esclarecer sobre o processo de nucleação das escolas rurais de Cianorte. Não poderíamos omitir as circunstâncias em que esse processo ocorreu, denunciadas nas fontes históricas, bem como deixar de emitir nossas considerações sobre o fim desta modalidade de ensino. Nossa intenção não foi esgotar as questões referentes ao processo de nucleação e extinção das escolas rurais, mas indicar que novas pesquisas poderão aprofundar-se no assunto que, devido às condições do espaço-tempo em que a presente investigação está inserida, não foi possível elucidar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais permitem retomarmos os principais aspectos percebidos e vivenciados no processo da pesquisa. Neste trabalho, foram dois anos de dedicação à causa das escolas primárias rurais e, sem despretensão, à minha formação como pesquisadora.

Neste trabalho de desvelamento e de formação, sistematizar uma representação da história do ensino primário rural de Cianorte no período em que esta modalidade escolar esteve em funcionamento no município foi a nossa intenção. Para isto, muitas e diferentes foram as peças que nos ajudaram a construir o panorama desta história, que visualizamos como um “mosaico”<sup>53</sup>, uma vez que pensamos a história da educação como construção dinâmica no interior das relações humanas, sociais, políticas, econômicas, e não como uma narração que, linearmente, traduz os acontecimentos. As peças que utilizamos na construção deste mosaico foram as fontes históricas e memorialísticas, a historiografia e o nosso olhar e posicionamento de pesquisadora, que procurou atentar aos vestígios e descobrir caminhos para a sua produção.

Ao questionar os documentos e localizar os pontos que seriam melhor aprofundados, ativemo-nos à problemática que impulsionou esta investigação: Em que medida o ensino primário rural esteve presente no processo de escolarização primária no Município de Cianorte durante o período de colonização e de expansão do município?

No percurso do espaço e tempo da pesquisa, bem como da busca por fontes que pudessem legitimar nosso intento, encontramos muitos documentos e informações. Diante de um acervo expressivo, porém disperso, a intervenção nos arquivos apresentou-se como tarefa primeira. Este procedimento, que resultou em um instrumento imprescindível à nossa pesquisa, o “Inventário de Fontes”, ampliou nossa expectativa e perspectiva com relação ao número de documentos textuais e iconográficos sobre o tema.

Neste íterim, foram surgindo questionamentos acerca da organização e funcionamento das escolas rurais, seus espaços e sua cultura, os quais tornaram

---

<sup>53</sup> Por ocasião do exame de qualificação deste trabalho, a comparação didática sobre o conceito de história como um mosaico, feita pela Professora Doutora Elaine Rodrigues, aproximou-nos do sentido de construção histórica dinâmica e não linear.

possível a escolarização primária da população rural cianortense: De que forma foi implementada a organização do ensino nestas escolas? Como se configuraram os espaços escolares rurais neste contexto? Quais fatores propiciaram a ascensão das escolas primárias rurais em Cianorte e, posteriormente, a extinção dessas instituições?

A contribuição destas instituições foi significativa, chegando a realizar mais de noventa e nove mil atendimentos, contabilizados ano a ano, no período em que os registros possibilitaram mensurar. A obrigatoriedade da escrituração escolar, estabelecida pela legislação do período, regulou as formas de registros e nos permitiu consultar informações sobre o atendimento escolar e conduzir nossas análises. Neste processo, consideramos que muitas foram as situações vivenciadas pelos personagens desta história. Assim, muitos problemas rondaram as instituições estudadas, antes, conhecidos apenas na historiografia e, agora, de forma singular, confirmados ou não em Cianorte.

Entre tais problemas, no que se refere aos recursos humanos, podemos citar a ausência de habilitação específica à docência do ensino primário por uma parte dos profissionais e a rotatividade de professores tendo em vista a preferência em lecionar nos centros urbanos em detrimento das zonas rurais. No entanto, gradativamente e dadas às condições, os professores procuraram qualificar-se, o que ocorreu por meio do cursos normais e projeto Logos II, em funcionamento na localidade. Mesmo no decorrer dos anos letivos, reuniões pedagógicas para instruções e orientações aos professores foram organizadas pela administração municipal.

Com relação aos recursos físicos e materiais, a existência de prédios escolares com estrutura simplificada, nem sempre adequada às necessidades essenciais de saneamento, e a presença da casa do professor em algumas escolas marcaram a educação rural do município. A mobília restrita a mesas, carteiras escolares individuais e duplas, os quadros de giz e a escassez de outros objetos de ensino, como cartilhas e livros, a inexistência de biblioteca nas escolas e a utilização de materiais alternativos, como papel de embrulho e recortes de jornais demonstram que estas escolas sobreviveram com condições precárias para o ensino. Além disso, os registros de informações sobre as instituições auxiliares da escola, como APM e caixa escolar, apontam a finalidade de envolver a comunidade para angariar

recursos, auxiliar os alunos pobres e realizar campanhas para o asseio das escolas, denunciando a carência de recursos.

No que se refere à organização da escola para a efetivação do ensino, o desdobramento em até quatro turnos foi uma saída, a fim de atender à demanda por escolarização. Algumas escolas aventuraram-se na oferta do curso noturno para os que não tiveram acesso em idade própria.

Por sua vez, os registros dos conteúdos escolares revelam a presença marcante das datas comemorativas e significativas, incorporando datas festivas do calendário civil ao calendário escolar. Dessa forma, os personagens heroicos, os rituais como o desfile cívico e os valores de apreço à pátria encontraram na escola rural de Cianorte um veículo para disseminar a cultura nacionalista do país. Os próprios nomes das instituições, vinculados aos estados brasileiros, presidentes, militares e outros personagens, retomam a questão da nacionalidade que se pretendia formar e manter.

Dessa forma, as características mencionadas respondem à questão sobre a organização do ensino nas escolas primárias rurais de Cianorte, bem como sobre a características dos espaços por elas ocupados.

Muitas escolas foram construídas na década de 1960, a partir da qual se iniciou também o êxodo rural, apontado pelo censo demográfico entre as décadas de 1960 e 1990. Entretanto o ápice do número de atendimentos realizados foi atingido na década de 1970, demonstrando que generalizações devem ser evitadas e comparações devem ser criteriosamente analisadas no curso da escrita da história da educação. Em Cianorte, o intenso processo de ocupação territorial na década de 1960 e a expansão gradativa do ensino no Estado do Paraná nas décadas de 1960 e 1970, contribuíram, sobremaneira, para os percentuais de atendimento escolar na zona rural de Cianorte.

Sem a intenção de esgotar a questão da extinção das escolas rurais municipais, exploramos os documentos no sentido de vislumbrar mais uma peça para este mosaico e responder à questão dos fatores que propiciaram a cessação gradativa das suas atividades escolares.

A análise dos materiais demonstrou que o declínio das escolas rurais não se deve essencialmente à ausência de demanda escolar, como documentado em algumas fontes. A nucleação de escolas rurais foi um processo vivenciado no

Estado do Paraná com vistas a melhorar a qualidade do ensino ofertado mediante a concentração de professores e alunos em um mesmo prédio escolar, com a finalidade de conter os gastos e possibilitar o controle das atividades escolares (CAPELO, 2000). No entanto, a extinção das escolas-núcleo, pouco tempo depois da nucleação em Cianorte, demonstra a sua relação com a questão da subvenção do ensino, promovendo um redirecionamento quanto à organização da educação por parte do governo municipal.

A municipalização do ensino ocorrida nos anos de 1990 e o consequente aumento da demanda nas séries primárias impulsionaram a nucleação, haja vista a reorganização da administração municipal para a subvenção das escolas. Em menor número, haveria menores gastos com a manutenção das instituições e o acompanhamento e controle pedagógicos poderiam ser feitos com mais frequência pela Secretaria Municipal de Educação. Entretanto observam-se resistências das comunidades rurais com relação à desativação das escolas que lhes eram próximas e à organização de escolas-núcleo em Cianorte, assim como em outras regiões do Estado, tendo em vista as dificuldades e receio das famílias quanto às distâncias a serem percorridas pelas crianças (BAREIRO, 2007; CATTELAN, 2014; TIBUCHESKI, 2011), as condições precárias do transporte escolar e pelo contato com ambientes culturalmente diferentes, entre outros (CAPELO, 2000).

Não obstante a junção dos estudantes e professores em apenas uma unidade, que, mais tarde, foi transferida para a zona urbana, foi uma decisão da Secretaria Municipal de Educação, justificada pelo pequeno número de alunos. Mas outro objetivo, ligado à subvenção, pairou sobre a extinção das últimas unidades escolares em funcionamento na zona rural: adequá-las a determinados critérios para o recebimento de recursos do FNDE. Todavia, atentando aos propósitos e ao espaço-tempo desta investigação, não foi possível aprofundar estas questões, embora importantes para a constituição da representação desta história.

Fatores como a demanda por escolarização existente na zona rural, a movimentação do Estado para a ampliação de vagas e as estruturas de organização simplificada que minimizaram os custos de manutenção das escolas contribuíram para a permanência dessa modalidade de ensino nos anos que recortam esta pesquisa. Por outro lado, as condições de sobrevivência das famílias e a mobilidade



do campo para cidade intensificaram a movimentação dos alunos, constatados pelos percentuais de desistências e transferências entre os anos de 1980 e 1999.

Apesar de todas as dificuldades dessas escolas, detectadas nas fontes documentais, a pesquisa nos permitiu considerar que o ensino primário rural de Cianorte teve papel relevante frente à escolarização da população do campo desta região.

Reconhecemos que os dados elencados acerca do ensino primário rural do município são relevantes para a história da educação de Cianorte. Mas temos certeza de que não esgotamos as possibilidades de análise do material. Com a finalização da pesquisa e por ocasião da última visita aos arquivos para o encerramento das atividades de organização do acervo, tivemos a surpresa de nos deparar com um documento inédito. Trata-se de um Livro Ata denominado “Registro Histórico da Inspeção Auxiliar de Ensino de Cianorte” que apresenta anotações sobre a educação no município, referente ao período de 1956 a 1974, redigidas pela então Sub Inspectora de Ensino Senhora Maria Eglê Polito Mafra.

Entre outros aspectos, as informações ali contidas reafirmam a precariedade do ensino primário rural quanto aos materiais pedagógicos, às dificuldades dos docentes leigos e às ações da caixa escolar para amenizar os problemas relacionados à subvenção das escolas, por meio de campanhas para mobilizar a comunidade no sentido de auxiliar as instituições e os alunos carentes. Além destas questões, o documento apresenta algumas fotografias dos profissionais e de poucas escolas da região, bem como a identificação dos docentes que ingressaram no magistério e registros de reuniões de início de anos letivos e outros eventos relacionados à educação.

Mas, diante da impossibilidade de trabalhar com esta fonte neste momento, abre-se a possibilidade de o estudo ser retomado posteriormente. Além disso, ainda são inúmeras as opções de diálogo com as fontes históricas existentes. Como afirma Chartier (1990, p. 61): “[...] todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor”. Assim, os documentos permanecem à disposição de outros leitores, para que outras questões possam ser respondidas com base nestas e em outras fontes. Neste sentido, as memórias dos seus atores, não contempladas neste trabalho, podem alavancar outras perspectivas de análise e suas lembranças retomarem outros aspectos sobre a organização destas escolas, como os métodos

de ensino, a relação professor/aluno, a formação docente, as ações da caixa escolar, o controle das atividades pedagógicas e do trabalho docente, bem como a cultura produzida no campo por meio da escolarização. Pesquisas sobre o processo de implantação da política de nucleação destas instituições no meio rural, a municipalização do ensino e os impactos dos programas federais para esta modalidade podem contribuir para a constituição da história da educação de Cianorte.

Reiteramos a importância de inventário de fontes como o organizado neste trabalho, que vem ao encontro da necessidade de se construir uma história da educação sem generalizações, portanto mais acurada da realidade (NUNES, 1996). A organização do acervo e a sistematização da representação da história do ensino primário rural de Cianorte que aqui se apresenta se volta para a preservação do patrimônio histórico escolar das comunidades local e científica, servindo de base para outras pesquisas.

Neste sentido, almejamos contemplar novos conhecimentos no que se refere à representação da educação rural no norte Paraná em um período de expansão e ocupação territorial. E, concomitantemente, contribuir para estudos posteriores neste campo, podendo servir ao conhecimento e a pesquisas comparadas da história da educação paranaense e brasileira. Entretanto, é oportuno lembrar que a pesquisa não se encerra neste trabalho, ficando aberto um diálogo com outros pesquisadores para que se suscitem questionamentos que possam confrontá-la ou complementá-la, enriquecendo a pesquisa educacional.

Quanto ao caminho percorrido para a produção deste trabalho, concordamos com Bacellar (2014, p. 24) que “[...] a prática da pesquisa, dia após dia, é o melhor caminho para o aprendizado”. Porém só entendemos este significado após vivermos o processo de entrega à pesquisa, quando voltamos para a reconstrução do passado por meio dos vestígios deixados por outrem, cujo significado, segundo Pinsky (2014), consiste ir em busca de experiências e aceitar os desafios da História.

Para finalizar, compartilho com Bacellar a afirmação de “[...] como os momentos passados em arquivos são agradáveis” (2014, p. 24). A sensação, expressa pelo autor, daquele que escreve a história por meio de fontes documentais representa nossa relação com o processo de fazer pesquisa.

O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade com escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. [...] Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura [...] (BACELLAR, 2014, p. 24).

Curiosidade frente aos documentos, problematizações e desafios diante do desconhecido nos conduziram e deram sentido a este processo de pesquisa. É com este sentimento e com o desejo de retornar aos arquivos que finalizamos, porém sem considerar concluído este trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia Mara de. **A política de cessação do curso de magistério no Estado do Paraná**: das razões alegadas às que podem ser aventadas. Curitiba: URPR, 2004. 236f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 59-107. (Coleção Educação Contemporânea).

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 25-44.

ANDRADE, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). In: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; CANDAU, Vera Maria. O Projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. **Cad. Pesq.**, São Paulo, p. 22-28, ago. 1984. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/567.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; NUNES PINTO, Rúbia-Mar (Orgs.). **Escola Primária na primeira república (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP: Junqueira e Marin Editores, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1848-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Volume II. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana\\_1948a1998.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1948a1998.pdf)> Acesso em 02 mar. 2015.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)**: uma abordagem comparada. Araraquara, SP: Unesp, 2013. 216f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Júlio Mesquita, SP, 2013.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BAREIRO, Edson. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná – 1930-2005**. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2007.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Dossiê Cultura Material Escolar: abordagens históricas, Curitiba: UFPR, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Do quadro-negro à lousa digital: a história de um dispositivo escolar. **Cadernos de História da Educação UFU**, n. 4, p. 133-141, jan./dez. 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo, RS: EdUPF, 1999.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Inventário dos acervos das escolas técnicas estaduais do Estado de São Paulo. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 9-13.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Dossiê - História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. n.18. Curitiba: UFPR, p. 103-141, 2001.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 299-321.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar. **Feminização do magistério: vestígios do passado que contam o presente**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. p. 163-191.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de janeiro de 1967. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de Julho de 1934. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Dinheiro na escola**: procedimentos operacionais. Brasília, DF: FNDE/MEC, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024**, de 20 de dezembro de 1961. 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967**. Mobral. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 01/03/2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manual de procedimentos do orientador e supervisor docente**. Projeto Logos II. Brasília, CIMEC, 1980.

BRASIL. **Reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a roça e o ditado**: a Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963. Curitiba: UFPR, 1994. 104f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina**: quando o presente reconta o passado. 2000. 287f. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

CARDOSO, Maria Angélica. **A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas: 1893 a 1932**. Campinas, SP: UNICAMP, 2013. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

CARVALHO, Rosana Areal; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora: UFJF, v. 16, n. 2, p. 141-158, set./2011-fev./2012.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2011.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914)**. Florianópolis: UDESC. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 39, p. 207-224, jan./abr. 2011.

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. 2014. 249f. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIANORTE. **Álbum de fotografias**. Prefeitura Municipal: Secretaria de Assessoria de Comunicação Social, 1977a.

CIANORTE. **Ata de reunião da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1999.

CIANORTE. **Boletim mensal de ajuda**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1985a.

CIANORTE. **Carta de doação Banco do Brasil**, de 5 de agosto de 1976. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1976.

CIANORTE. **Circular nº 03/75 – IRE**, de 28 de fevereiro de 1975. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1975a.

CIANORTE. **Decreto Municipal nº 018/2000**, de 25 de abril de 2000. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Alves, 2000.

CIANORTE. **Decreto Municipal nº 56/82**, de 16 de agosto de 1982. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Alves, 1982.

CIANORTE. **Estatuto da Associação de Pais e Mestres das Escolas Rurais Municipais de Cianorte**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar 1997a.

CIANORTE. **Fichas de Cadastro Funcional**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1976-1991.

CIANORTE. **Formulário de pedido de compra nº 20616**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1975b.

CIANORTE. **Histórico da Implantação do Núcleo 022 – Cianorte Logos II**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1977b.

CIANORTE. **Livros Ata de Exames das Escolas Rurais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1962-1979.

CIANORTE. **Livros Ata de Reuniões**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1970-1989.

CIANORTE. **Livros Ata Mobral**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1975-1985.

CIANORTE. **Livros Registro**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1977-1996.

CIANORTE. **Livros Registro**. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Alves, 1998-2001.

CIANORTE. **Localização de escolas isoladas do Município de Cianorte Est. Paraná**. Mapa. Prefeitura Municipal, s/da.

CIANORTE. **Mapa Rural – Glebas**. Prefeitura Municipal, s/db. Disponível em: <<http://www.cianorte.pr.gov.br/a-cidade/sobre-cianorte/mapa-geral>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CIANORTE. **Memorando nº 023/98**, de 05 de março de 1998. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1998.

CIANORTE. **Memorando nº 149/97**, de 15 de dezembro de 1997. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1997b.

CIANORTE. **Ofício nº 735/97**, de 08 de setembro de 1997. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1997c.

CIANORTE. **Pastas catálogo**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1996-1999.



CIANORTE. **Pastas individuais dos alunos**. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Aves, 1979-2000.

CIANORTE. **Processos de cessação de Escolas Rurais**. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Aves, 2006.

CIANORTE. **Projeto de Ampliação da Escola Municipal Rural Tiradentes**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1997d.

CIANORTE. **Projeto de Nuclealização (sic) Escolas Rurais Municipais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1985b.

CIANORTE. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Castro Alves**. Prefeitura Municipal: Escola Municipal Castro Alves, 2012.

CIANORTE. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal General Ernesto Geisel**. Prefeitura Municipal: Escola Municipal General Ernesto Geisel, 2011.

CIANORTE. **Recibos**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1975c.

CIANORTE. **Regimento das escolas municipais e rurais municipais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1989.

CIANORTE. **Relatório/Ficha das Escolas Rurais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, s/dc.

CIANORTE. **Relatório/Ficha das Escolas Rurais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1971-1972.

CIANORTE. **Relatórios Finais**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1978-1999.

CIANORTE. **Requisição**. Prefeitura Municipal: Divisão de Documentação Escolar, 1997e.

CIOFFI, H.; PRAXEDES I. G.; VARELLA, I. A. T.; MESQUITA, W. K. **Cianorte – sua História contada pelos pioneiros**. Maringá, PR: Gráfica Ideal, 1995.

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBREAL no Município de Patos de Minas/MG (1970-1980)** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

DAMASCENO, Maria Nobre, BESERRA, Bernardete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Dossiê Cultura Material Escolar: abordagens históricas, Curitiba: UFPR, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14. maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

FOLHA DE CIANORTE. **Alunos da zona rural falam sobre transporte escolar**. Edição 569, de 01 de abril de 1999, p. 22-23.

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em História da Educação. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, RS, v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/28854/pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **História e memória da casa escolar Cianorte (1955-1962)**. 27f. Monografia (Conclusão do Curso) – Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte, Cianorte, PR, 2013.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **História e memória: fontes documentais da escolarização primária no município de Cianorte-PR**. Projeto de Iniciação Científica – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva; SCHELBAUER, Analete Regina. História e memória da escolarização primária no município de Cianorte-PR: fontes documentais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 5. Ecoformação: a Educação na Teia da Complexidade. 17 a 19 de novembro de 2011. Cianorte-PR. **Anais...** UEM, 2011. p. 86-97.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. A implementação da lei 5.692/71 no Paraná: apontamentos sobre o processo, a partir das mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa do Estado. JORNADA DO HISTEDBR, 4. Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil, 2005, Ponta Grossa, **Caderno de Resumos** da VI Jornada do HISTEDBR (Nacional), Ponta Grossa: UEPG/HISTEDBR, 2005. v. 1, p. 1-16.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **História da formação de professores em Maringá:** a escola normal secundária entre as décadas de 1950 e 1970. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2007.

HERVATINI, Luciana. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas:** dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2011.

HISTÓRIA do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990): fontes históricas. Produção de Rosângela de Lima. Cianorte, PR: LIMA, Rosângela, 2015. 1 CD.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1960.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t14\\_pr.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1970.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd\\_1970\\_sinopse\\_preliminar\\_pr.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1980.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd\\_1980\\_v1\\_t1\\_n19\\_pr.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf)>. Acesso: em 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1991.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_PR.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_PR.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2000.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410550&idtema=90&search=parana|cianorte|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de dados do Estado – BDEweb.** Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** n. 1. jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá, PR: EDUEM, 2014.

LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface: comunicação saúde educação**, Botucatu-SP: UNESP, v. 14, n. 34, p. 647-660, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/14.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. In: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2007. p. 79-98.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; PR, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; PR, Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná; PR, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2004.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Significado e relevância do inventário de fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 19-32.

MORAIS, Pauleany Simões de. **As relações de poder na gestão da Escola Estadual Presidente Kennedy em Natal/RN**: as ações decisórias dos órgãos colegiados, o conselho de escola e o caixa escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 21-50.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação Disciplinador do Povo (São Paulo, 1808-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis-SP, 2003.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 5-19.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 1996.

PARANÁ. **Decreto nº 2.161**, de 09 de dezembro de 1983. Paraná/DIOE: 12 dez. 1983. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/1d38e762ee610bd003256a99006af266?OpenDocument>> Acesso em: 03 mar. 2015.

PARANÁ. Educação. Resolução nº 3034/07. **Diário Oficial do Estado**. Edição nº 7541. Paraná, 22 ago. 2007a. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=22%2F08%2F2007&dataFinalEntrada=22%2F08%2F2007&search=resolu%E7%E3o+3034%2F07&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>> Acesso em 02 mar. 2015.

PARANÁ. Educação. Resolução nº 3039/07. **Diário Oficial do Estado**. Edição nº 7541. Paraná, 22 ago. 2007b. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=22%2F08%2F2007&dataFinalEntrada=22%2F08%2F2007&search=resolu%E7%E3o+3034%2F07&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>> Acesso em 02 mar. 2015.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956, pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba-PR, 1956.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Pimentel, Governador do Estado, em 31/03/1970. Curitiba-PR, 1970.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Senhor Jayme Canet Junior, Governador do Estado em 1977. Curitiba-PR, 1977.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Senhor Jayme Canet Junior, Governador do Estado em 1978. Curitiba-PR, 1978.

PARANÁ. **Mensagem** apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Senhor José Richa, Governador do Estado em 1984. Curitiba-PR, 1984a.

PARANÁ. **Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º grau.** Zona rural. Curitiba: SEED, s/d.

PARANÁ. **Relatório** apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Pública”, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba, 1903.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Fundepar e Fundo Estadual do Ensino.** Lei 4.599, de 02 de julho de 1962. Curitiba: SEEC, 1962a.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **O ensino primário no Paraná:** nova seriação e programas para as escolas isoladas. Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962; Portaria nº 110/63. Curitiba: SEEC, 1963a.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **O ensino primário no Paraná:** nova seriação e programas para os grupos e casas escolares. Decreto nº 10.290, de 13 de dezembro de 1962; Portaria nº 109/63. Curitiba: SEEC, 1963b.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Programa Educacional de Emergência.** Curitiba: SEEC, 1962b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.** Curitiba: SEED, 1990. Disponível em: <<http://www.grugratulinofreitas.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/21/970/26/arquivos/File/materialdidatico/diversos/Ensino-Curriculo-Basico-para-a-Escola-Publica-do-Estado-do-Parana.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Decreto nº 2545/1988**, 14 de março de 1988. Curitiba-PR: Diário Oficial nº 2731, de 15 mar. 1988. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=44390&indice=3&totalRegistros=158&anoSpan=1995&anoSelecionado=1988&mesSelecionado=3&isPaginado=true>> Acesso em 03 mar. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 113/84**, de 13 de janeiro de 1984. Curitiba: SEED, 1984b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 3387/82**, de 10 de dezembro de 1982. Curitiba: SEED, 1982.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 4.056**, de 18 de outubro de 1996. Curitiba: SEED, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n.º 7282-GS/SEED**. Curitiba: SEED, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/resolucao72822012gspde.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

PARRA, Silvia. **O processo de conversão da ideia de projeto político pedagógico em política educacional pública no Estado do Paraná (1983-2002)**. Curitiba: UFPR, 2008. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PINESSO, Márcia Regina Falcioni; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **O ciclo básico no Estado do Paraná: a organização do tempo no processo de alfabetização**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1. e SEMANA DE PEDAGOGIA, 20. 11, 12 e 13 de novembro de 2008. Cascavel-PR: Unioeste. 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2001.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense. **Cad. Pesq.**, São Paulo, p. 19-23, maio/1991.

RODRIGUES, Elaine. **A (re) invenção da educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980 – 1990)**. Paraná: EDUEM, 2012.

SANTOS, J. M. T. P. O processo de municipalização no estado do Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, p. 257-279, 2003. Disponível em: <<http://www.nupe.ufpr.br/municipajussara.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SANTOS, Raquel Grein. Cronologia vida e obra. In: **Semana Erasmo Pilotto**. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.artes.ufpr.br/erasmopilotto/cronologia.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UPG, 2007. p. 3-27. (Coleção Memória da Educação).

SCHEFFLER, Israel. **A linguagem da educação**. São Paulo: Saraiva, EDUSP, 1974.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). In: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação UFU**, v. 12, n. 1. jan./jun. 2013.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. **O pré-escolar**: um estudo de leis e normas oficiais. 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.

SOUZA, Nadir Leandro de. **Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte – módulo Mandhuy e sua relação com a cidade de Cianorte, Paraná**. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). In: SOUZA, Rosa Fátima de. ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014a.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014b.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: Dossiê - História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n.18, p. 75-101, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermevalet al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 109-161. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. In: Dossiê Cultura Material Escolar: abordagens históricas. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013.



STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina, PR: Ed. UEL, 2002.

TIBUCHESKI, Jaqueline Kugler. **Educação rural no município de Araucária/PR**: de escolas isoladas a escolas consolidadas. Curitiba: UTP, 2011. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p.51-85.

VEIGA, Ilma Passos, Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos, Alencastro (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 11-35.

VENDRAMETO, Maria Cristina. Fontes documentais primárias do ensino técnico: um universo inexplorado. Roteiro para leitura técnica do inventário. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.) **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 43-46.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; ZAIA, Iomar Barbosa. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.) **Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 33-42.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR (PUCPR), (Palmas PR), (UNICS), (UEPG), 2004. p. 13-36. (Coleção Memória da Educação).

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2007.

## APÊNDICE

CD: História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990): fontes históricas<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> O CD foi organizado por nós durante a realização deste trabalho. Trata-se de um instrumento de pesquisa no qual as imagens de muitos documentos que compõem os acervos foram produzidas e sistematizadas a fim de subsidiar esta e outras pesquisas, bem como preservar o patrimônio histórico escolar do Município de Cianorte (HISTÓRIA...,2015). Este material foi entregue nas instituições em que a pesquisa foi realizada.